

**Superintendência do Desenvolvimento
da Amazônia - SUDAM**



Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima

2025

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Paulo Roberto Galvão da Rocha - Superintendente

Diretoria de Administração

Aline Dias Rossy – Diretora

**Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos Fiscais e de Atração
de Investimentos**

Wilson Luiz Alves Ferreira - Diretor

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Jorgiene dos Santos Oliveira - Diretora

Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Aharon Alcolumbre - Diretor

Governador do Estado de Roraima

Antonio Denarium

Vice-Governador do Estado de Roraima

Edilson Damião Lima

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento de Roraima

Rafael Fraia - Secretário

Secretaria de Estado dos Povos Indígenas

Síria Maria Mota Bezerra – Secretária

Fundação Nacional dos Povos Indígenas - CR Roraima

Marizete de Souza Macuxi - Coordenadora Regional

Ministério da Integração e do
Desenvolvimento Regional

Superintendência do Desenvolvimento
da Amazônia

Governo do Estado de Roraima

Secretaria de Estado de
Povos Indígenas de Roraima



**Plano Integrado de
Desenvolvimento
Sustentável dos
Territórios Indígenas
de Roraima**

BELÉM/PA

2025

2025 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.093-082

gabinete@sudam.gov.br

www.sudam.gov.br

<https://prda.sudam.gov.br/>

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2025.

1. Planejamento Regional – Território Indígena 2. Plano Integrado – Territórios Indígenas. 3. Desenvolvimento Sustentável – Roraima I. Título. II. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

CDU – 332.1:39(=82)

Ficha catalográfica: Maria Selma de C. Pereira – CRB 2/864

EQUIPE TÉCNICA

SUDAM (Coordenação dos Trabalhos):

Adilton Pereira Ribeiro – Geógrafo

Benedito Barros Caldas – Coordenador-Geral

João Nepomuceno de Faria Pereira – Engenheiro Civil

Jorgiene dos Santos Oliveira – Diretora

Karina Ferreira Castro Mesquita – Coordenadora

Vilmara Ferreira Salgado – Coordenadora

EQUIPE TÉCNICA SUDAM (Apoio):

Érika Almeida Leite – Coordenadora-Geral

Evanildes dos Santos Figueiredo – Secretária

Hélio Monteiro – Economista

Hugo Luiz Cordovil de Freitas – Assessor Técnico

Jakelyne Machado Lima da Silva – Analista de Sistemas

Luan Henrique Piedade Xavier – Estagiário

Sandra Sueli Magalhaes Melo- Assistente Técnico

EQUIPE TÉCNICA DO GOVERNO DE RORAIMA:

Adriana Bezerra de Lima – Assessora Especial da SEPI

Francineth dos Santos Raposo – Consultora Técnica da SEPI

ATORES REGIONAIS PARTICIPANTES

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Secretaria de Planejamento de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN-RR)

Secretaria dos Povos Indígenas (SEPI-RR)

Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES-RR)

APRESENTAÇÃO

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) acreditam que a participação social, a cooperação e trocas de experiências, são necessários para contribuir com desenvolvimento sustentável inclusivo no território amazônico.

Para tanto, a Sudam elaborou, junto com os atores do território de Roraima que atuam com a questão indígena, este Plano Integrado, que apresenta uma proposta de estratégia para o desenvolvimento sustentável, baseada no Plano Plurianual Federal (PPA 2024/2027), em suas atualizações e na escuta ativa local com atores de diferentes segmentos da sociedade pertencentes ou atuantes na causa indígena. A estratégia segue também as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) relacionados ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) sendo políticas públicas federais em âmbito de atuação nacional e regional. A última é o instrumento de planejamento regional a qual a Sudam é responsável junto aos nove estados da Amazônia Legal.

É importante mencionar que o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil. O PPA é um plano de médio prazo que abrange quatro anos, definindo as diretrizes, objetivos e ações do governo.

A elaboração do PPA federal referente ao período de 2024 a 2027, determina que as políticas públicas/ações governamentais devem ser pensadas em conformidade com o orçamento aprovado para esses anos. Isso significa que as ações e programas propostos devem estar alinhados com a disponibilidade orçamentária, financeira e as prioridades definidas pelo governo.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também estabelece que as políticas públicas devem ser planejadas com base na capacidade orçamentária, garantindo que o governo não comprometa o equilíbrio fiscal e que as ações tenham viabilidade financeira.

Assim, os planos integrados aos quais a Sudam vem elaborando, atendem a previsão do PPA e seguem as determinações da LRF, de que políticas públicas sejam pensadas a partir do orçamento aprovado, o que é validado com o PPA 2024-2027 já que dispõe de viabilidade financeira e atendem as necessidades sociais.

Neste aspecto o Plano Integrado a ser apresentado constitui-se em uma abordagem integrada entre planejamento, execução orçamentária e responsabilidade fiscal e social, ao assegurar que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para atender às demandas sociais dos atores locais do território Amazônico.

Este documento apresentará a sistematização das escutas ativas coletadas ou demandas sociais que os atores locais entendem como necessárias para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas do estado de Roraima, por meio do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, estadual e federal, da conservação dos recursos naturais e da redução das desigualdades sociais.

Apresentar soluções locais para os desafios identificados, unir esforços, governos e sociedade civil em torno de objetivos comuns é a principal proposta do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas do estado de Roraima (PIDSTI-RR).

Paulo Roberto Galvão da Rocha

Superintendente da Sudam

Antônio Denarium

Governador do Estado de Roraima

LISTA DE SIGLAS

BADAM	Banco de Dados da Amazônia Legal
CNPI	Conselho Nacional de Política Indigenista
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CORIFF	Comitê Regional de Instituições Financeiras Federais
CONDEL	Conselho Deliberativo da Sudam
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FAPERR	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FGF	Fórum de Gestores Federais
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MAPBIOMAS	Projeto de Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra no Brasil
MCOM	Ministério das Comunicações
MCID	Ministério das Cidades
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MINC	Ministério da Cultura

MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MPOR	Ministério de Portos e Aeroportos
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTUR	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PIDSTI-RR	Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRD	Plano Regional de Desenvolvimento
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
SEPI	Secretaria dos Povos Indígenas
SEPLAN-RR	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SETRABES	Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social
SIN	Sistema Interligado Nacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
URT	Unidade de Referência Tecnológica
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população de Roraima	19
Gráfico 2 – Evolução do IDEB anos iniciais do ensino fundamental em Roraima e Brasil	22
Gráfico 3 – Evolução do IDEB anos finais do ensino fundamental em Roraima e Brasil	23
Gráfico 4 – Evolução do IDEB anos finais do ensino médio em Roraima e Brasil .	23
Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo em Roraima e no Brasil (2016-2023).	24
Gráfico 6 – Taxa de mortalidade por causas evitáveis em crianças (2012-2023). .	25
Gráfico 7 – Taxa de mortalidade por mil habitantes (2012-2023).	25
Gráfico 8 – IDH médio da região norte, de Roraima e do Brasil (2012-2021).	26
Gráfico 9 – Taxa de crescimento do PIB Real (preços de 2010) de Roraima e da Região Norte (2011-2020).	27
Gráfico 10 – Top 10 municípios com maior proporção de TIs em Roraima.	30
Gráfico 11 – Locais de concentração de pessoas indígenas em Roraima.	32
Gráfico 12 – Características dos domicílios com moradores indígenas.	33
Gráfico 13 – Top 5 mais elevado de população indígena.	36
Gráfico 14 – Top 5 mais baixo de população indígena.	36
Gráfico 15 – Pirâmide etária da população indígena em Roraima	38
Gráfico 16 – Alfabetização de Indígenas em Roraima	38
Gráfico 17 – Alfabetização de Indígenas por grupo de idade em Roraima	39
Gráfico 18 – Taxa de desmatamento anual nas terras indígenas de Roraima.	41
Gráfico 19 – Focos ativos de queimadas detectados pelo satélite de referência, no período de 2010 a 2024	44
Gráfico 20 – Terras indígenas mais afetadas por queimadas em Roraima – 2024	44
Infográfico 1 – População indígena em Roraima.	34
Infográfico 2 – Etnias indígenas em Roraima.	35
Infográfico 3 – Razão de sexo e idade mediana.	37
Infográfico 4 – Dimensões do PIDSTI-RR.	50
Infográfico 5 – Etapas de formulação do PIDSTI-RR.	51
Infográfico 6 - Eixos do PIDSTI-RR relacionados aos ODS da Agenda 2030.	54
Infográfico 7 - Missão, Valor e Visão de futuro do plano	58
Infográfico 8 – Modelo de governança do PIDSTI-RR.	69
Infográfico 9 – Estratégia de monitoramento e avaliação do PIDSTI-RR	74
Mapa 1 – Divisão Municipal do Estado de Roraima	17
Mapa 2 – Resumo do zoneamento ecológico-econômico de Roraima.	20
Mapa 3 – Principais modais de transporte no estado de Roraima	21
Mapa 4 – Terras Indígenas em Roraima	29
Mapa 5 – Localidades indígenas em Roraima.	31
Mapa 6 – Espaços institucionalizados em Roraima.	40
Mapa 7 – Desmatamento em Roraima – 2008 a 2023	43
Quadro 1 – Terras Indígenas no Estado de Roraima.	28

Quadro 2 – Objetivos e ações necessárias para implementar o plano.....	47
Quadro 3 – Síntese das escutas ativas e vinculações às entregas setoriais no âmbito do PRDA 2024/2027.....	57
Quadro 4 – Síntese consolidada das escutas ativas e das entregas setoriais previstas no PRDA 2024–2027.....	59
Quadro 5 - Modelo Lógico para o PIDSTI-RR.....	62
Quadro 6 – Relação do Plano Integrado entre os atributos do PRDA e do PPA Federal.	65
Quadro 7 – Indicadores de monitoramento da implementação do PIDSTI-RR.	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente em Roraima, Região Norte e Brasil em 2010 e 2022	18
Tabela 2 – Terras Indígenas em Roraima	29
Tabela 3 – Espaços institucionalizados em Roraima	40
Tabela 4 – Desmatamento acumulado nas terras indígenas de Roraima.	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE RORAIMA	16
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DE RORAIMA.....	16
2.1.1 Aspectos locacionais	16
2.1.2 Aspectos demográficos	18
2.1.3 Aspectos fundiários	19
2.1.4 Infraestrutura	21
2.1.5 Educação e saúde	22
2.1.6 Economia e desenvolvimento	26
2.2. Caracterização dos territórios indígenas do Estado de Roraima.	27
2.2.1 Terras indígenas em Roraima	27
2.2.2 População indígena em Roraima	33
2.2.3 Aspectos ambientais	39
3. OBJETIVO.....	46
4. METODOLOGIA.....	49
5. MODELO LÓGICO	60
6. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS	64
7. SISTEMA DE GOVERNANÇA	68
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	72
9. CONSIDERAÇÕES	76
REFERÊNCIAS	78
ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO DE RORAIMA.....	81
ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDSTI-RR	142
ANEXO III – MATRIZ DE RISCO DO PIDSTI-RR.....	143

1. INTRODUÇÃO

Desde 2023, o Governo Federal vem empreendendo um conjunto de ações e estratégias voltadas à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável entre as regiões do país. Em consonância com o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, esse movimento se consolidou com o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualmente em sua terceira versão, instituída pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. A PNDR tem como finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades que promovam o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das populações brasileiras, com ênfase nos territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica.

No contexto atual do planejamento federal, as diretrizes estratégicas encontram-se sistematizadas na Dimensão Estratégica do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que define como Visão de Futuro para 2027: *“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.”*

Nesse marco, o planejamento assume caráter ético na administração pública, ao orientar decisões estruturantes que incidem sobre a redução das desigualdades, a promoção da justiça social e o desenvolvimento territorial sustentável. Entre suas diretrizes centrais destacam-se: promover a redução das desigualdades sociais e regionais, valorizar a diversidade cultural e territorial e potencializar a cooperação federativa. Essas diretrizes mantêm estreita convergência com os princípios e objetivos da PNDR e dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs), servindo de base conceitual e operacional para os Planos Integrados de Desenvolvimento Sustentável Sub-regionais, entre os quais se insere o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima (PIDSTI-RR).

No âmbito regional, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, instituiu a Sudam, autarquia federal responsável pelo planejamento, articulação e fomento de políticas públicas para a Amazônia Legal. A principal estratégia de atuação da Sudam é materializada por meio do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), instrumento que orienta o uso dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de subsidiar a concessão de incentivos fiscais voltados ao

fortalecimento do desenvolvimento sustentável e integrado nos nove estados da Amazônia Legal.

O PIDSTI-RR não surge como um instrumento concorrente ao PRDA, mas sim como um mecanismo complementar e sinérgico, concebido para aprofundar o processo de planejamento e execução de políticas em escala territorial específica. Enquanto o PRDA atua, quase que em sua totalidade, sobre projetos estruturantes de abrangência regional, o PIDSTI-RR introduz uma metodologia inovadora de planejamento territorial participativo, fundamentada na escuta ativa direta de lideranças indígenas, gestores públicos locais e representantes de organizações da sociedade civil. Essa metodologia permite captar demandas, percepções e prioridades que frequentemente não são contempladas por instrumentos de planejamento mais amplos, garantindo que as ações propostas respondam de forma mais precisa às realidades e potencialidades locais.

A estratégia metodológica adotada para a elaboração do PIDSTI-RR baseia-se em referenciais sólidos de planejamento público, incluindo o PPA 2024–2027, a PNDR, o PRDA, o Plano de Longo Prazo Roraima 2030, o PPA Estadual 2024–2027, os ODS da Agenda 2030 entre outros instrumentos. O Plano possui recorte temporal de quatro anos, em alinhamento ao do PPA Federal, e poderá também orientar-se pelo próximo ciclo do PPA 2028-2031, com previsão de avaliação contínua de resultados, assegurando coerência entre escutas ativas formatadas em projetos e execução.

O PIDSTI-RR também se alinha a um conjunto de políticas, planos e programas setoriais voltados aos povos indígenas, como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a Agenda Transversal Povos Indígenas (MPO, 2024), o Plano Distrital de Saúde Indígena 2024–2027 (MS, 2024) e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, entre outros. Essa ampla articulação institucional reflete o compromisso do Plano com a integração transversal de políticas públicas, ampliando sua capacidade de induzir resultados concretos e duradouros.

A aderência do PIDSTI-RR aos principais instrumentos nacionais e regionais de planejamento visa viabilizar a execução de demandas sociais priorizadas a partir de escutas ativas¹ realizadas pelo governo estadual, órgãos federais regionais,

¹ Escutas ativas: é o processo estruturado de ouvir atentamente e de forma intencional o discurso de uma pessoa, com a finalidade de obter informações detalhadas e apoiar a tomada de decisões.

prefeituras e movimentos indígenas. O processo de construção do Plano envolveu ainda a realização de uma oficina técnica junto ao público alvo do plano e seminário de validação de demandas, etapa essencial para o registro dos possíveis caminhos para atendimento das demandas existentes.

O PIDSTI-RR propõe, portanto, uma nova abordagem para o planejamento dos territórios indígenas, fundamentada em ações e projetos estratégicos e prioritários, construídos a partir do diálogo com as diversas etnias, instituições públicas e entidades de ensino e pesquisa. Seu eixo central é a integração e transversalidade das políticas públicas, de modo a potencializar o uso racional dos recursos, evitar sobreposições e ampliar o alcance dos resultados.

Em essência, o Plano adota uma lógica *bottom-up* (de baixo para cima), na qual as percepções e prioridades dos atores locais orientam a formulação das ações estratégicas, cabendo à Sudam e aos ministérios setoriais o papel de articular, apoiar e até mesmo implementar as iniciativas priorizadas.

Dessa forma, o PIDSTI-RR constitui-se como um instrumento inovador, indutor e integrador, concebido para fortalecer a governança territorial e superar entraves históricos ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas de Roraima. Ao promover a convergência entre planejamento, execução orçamentária e responsabilidade social, o Plano reafirma o compromisso do Estado brasileiro com um modelo de desenvolvimento inclusivo, participativo e respeitoso à diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia Legal.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE RORAIMA

Roraima é o estado mais ao norte do Brasil, fazendo fronteira com a Venezuela e a Guiana. Com uma vasta área coberta por florestas, savanas e montanhas, Roraima possui uma rica biodiversidade e possui uma população caracterizada por grande diversidade cultural, constituída por povos indígenas, migrantes e comunidades fronteiriças. Boa Vista, capital do estado, concentra a maior parte da população urbana, mas grande parte do território é composta por terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais.

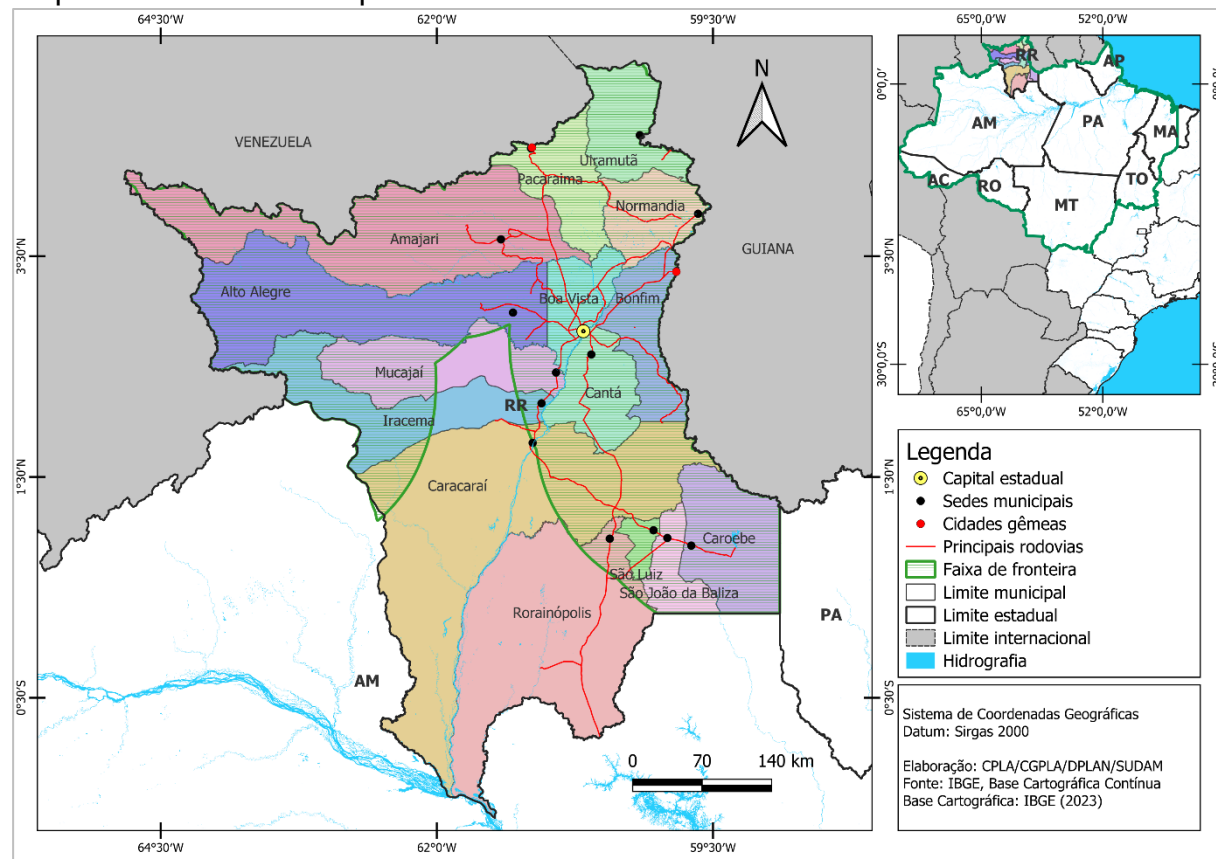
As terras indígenas em Roraima são de grande importância não apenas para os povos originários, mas também para o equilíbrio ambiental e social da região. Essas terras são essenciais para a proteção das florestas, dos rios e da fauna local. Também são fundamentais para a manutenção das tradições culturais, dos modos de vida e dos conhecimentos ancestrais desses povos, que possuem uma relação direta e sustentável com a natureza.

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DE RORAIMA.

2.1.1 Aspectos locais

Única unidade federativa que possui a capital localizada totalmente no hemisfério Norte. Ocupa uma área de 223.644,52 km², equivalente a 4,4% da Amazônia e 2,6% do Brasil. Limita-se a norte com a Venezuela e com a República da Guiana, ao sul com o Estado do Amazonas, a leste com a Guiana e o estado do Pará e a oeste com a Venezuela e o Amazonas (Mapa 1). Possui mais de 80% do seu território no hemisfério Norte. Apresenta 15 unidades político-administrativas e no Estado encontra-se o ponto extremo norte do Brasil (nascente do rio Ailã).

Mapa 1 – Divisão Municipal do Estado de Roraima



Fonte: IBGE (2023).

Roraima tem seu território totalmente incluído na faixa de fronteira, porção de 150 km de largura ao longo da fronteira terrestre, incluída no chamado Arco Norte da Fronteira no qual há política pública específica trabalhando recortes territoriais denominada de Programa Fronteira Integrada (PFI)² instituída pela Portaria MIDR nº2.413, de 09 de julho de 2024 e possui duas cidades gêmeas³: Bonfim e Pacaraima. O acesso à fronteira é possível a partir de duas rodovias: a BR-174, que liga Boa Vista à Venezuela e a BR-401 que liga Bonfim à Lethem na Guiana.

Possui a segunda maior fronteira internacional, 1.907 Km, tendo como vizinhos a Venezuela e Guiana, que passaram por enormes transformações econômico-sociais nos últimos anos, modificando sua relação com o Estado de Roraima.

A crise humanitária na Venezuela resultou na chegada de milhares de

² Programa Fronteira Integrada (PFI): é voltado para ações que impulsionem o desenvolvimento econômico e social nessas regiões específicas. cujo objetivo é promover o desenvolvimento regional, a integração e o fortalecimento das faixas de fronteira do Brasil.

³ cidades gêmeas: atribuída pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), refere-se a municípios, com população não inferior a dois mil habitantes, que estão cortados pela linha de fronteira, seja seca ou fluvial, e que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural com países vizinhos. Essas cidades podem ou não ter uma conurbação com uma localidade do país vizinho e são consideradas importantes para o desenvolvimento regional e a cidadania.

migrantes ao estado, pressionando políticas públicas locais, mas também fortalecendo os laços comerciais e aumentando as exportações de alimentos. Já a Guiana, após descobrir petróleo, tornou-se o país com maior crescimento econômico recente, elevando também as exportações de Roraima. Com a possível conclusão da estrada que liga Lethem a Georgetown, Roraima poderá ter uma saída estratégica para o mar, reduzindo custos logísticos e ampliando seu comércio, inclusive com a Ásia. Essas mudanças abrem caminho para um desenvolvimento econômico mais robusto no futuro.

2.1.2 Aspectos demográficos

De acordo com o Censo 2022 (IBGE), Roraima é o menor estado do Brasil em população, representando apenas 0,31% do total nacional e 3,56% da Região Norte. Apesar disso, apresentou um crescimento populacional muito superior à média: 41,34% entre 2010 e 2022, enquanto o Brasil cresceu 6,46% e a Região Norte, 9,39% (Tabela 1). Esse aumento foi fortemente impulsionado pelo fluxo migratório de venezuelanos, que, entre 2015 e 2022, elevou a população do estado em mais de 30%.

Tabela 1 - População residente em Roraima, Região Norte e Brasil em 2010 e 2022

Nível territorial	2010	2022	Variação
Roraima	450.479	636.707	41,34%
Região Norte	15.864.454	17.354.884	9,39%
Brasil	190.755.799	203.080.756	6,46%

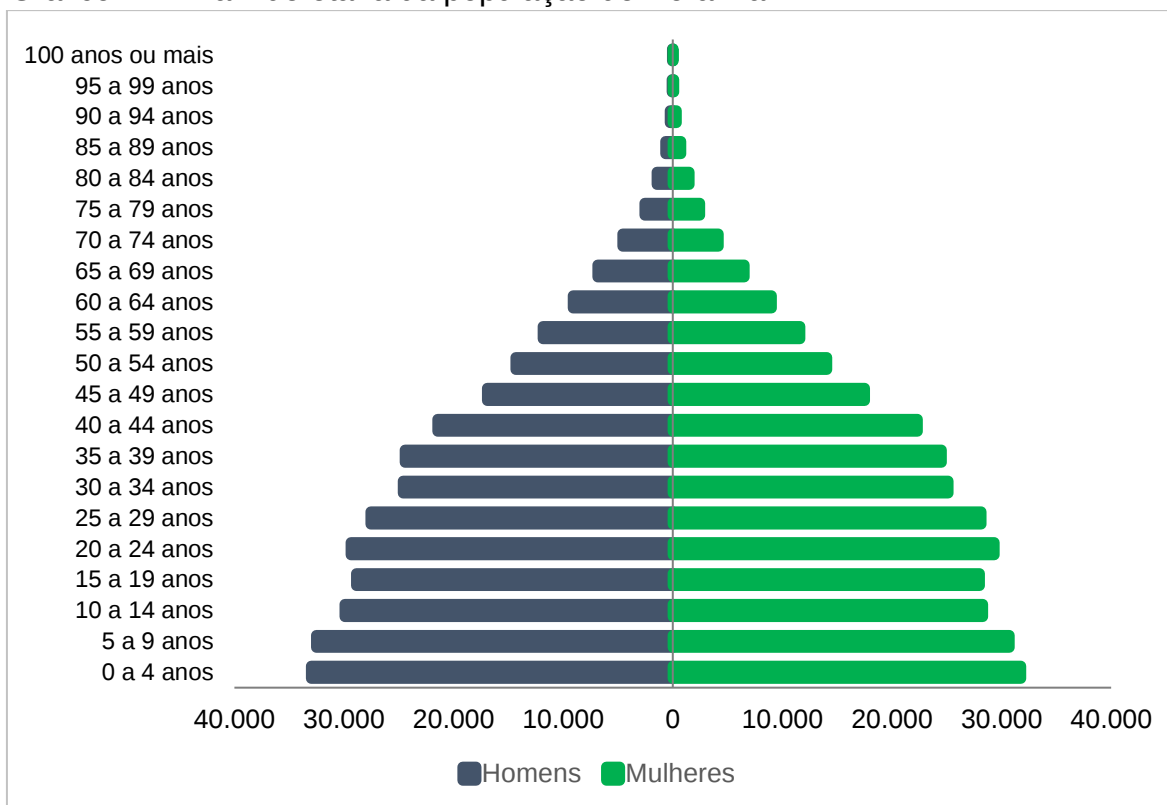
Fonte: IBGE (2022).

A população residente em 2022 era de 636.707 habitantes, com projeções mostrando crescimento contínuo, ainda que mais moderado nos próximos anos. Em termos demográficos, cerca de 66% da população está em idade ativa, representando um importante potencial para o crescimento econômico, e há um leve predomínio masculino (50,3%).

Atualmente, o formato da pirâmide etária (Gráfico 1) apresenta uma progressiva diminuição de sua base, devido à redução da participação de crianças e jovens e o aumento proporcional de adultos, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos, e de idosos, que já representam em torno de 5% da população do Estado. Apesar dessas mudanças, Roraima ainda apresenta um elevado percentual de crianças e jovens, com idade até 14 anos, atingindo 29% da população em 2022. A

população em idade ativa (15 a 64 anos) corresponde a 66% do total e vem aumentando progressivamente.

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população de Roraima



Fonte: IBGE (2022).

Boa Vista concentra a maior parte da população estadual, passando de 63,1% em 2010 para 64,3% em 2022. Municípios como Pacaraima (fronteira com a Venezuela) e Amajari se destacaram com os maiores crescimentos, acima de 80%, devido tanto à migração quanto à presença de populações indígenas. Além de Boa Vista, os municípios mais populosos são Rorainópolis, Alto Alegre, Caracaraí e Pacaraima, que juntos somam cerca de 14,75% da população total do estado.

2.1.3 Aspectos fundiários

Roraima possui cerca de 31% de áreas livres agricultáveis, descontadas as áreas protegidas (militares, faixa de fronteira e reservas), embora zonas urbanas reduzam mais ainda esse valor. Em alguns municípios, como São Luiz, Cantá e Boa Vista, há mais áreas livres, enquanto em Pacaraima, Uiramutã e Normandia, onde mais de 95% do território é protegido, há proporcionalmente mais área cultivada em relação à área livre disponível.

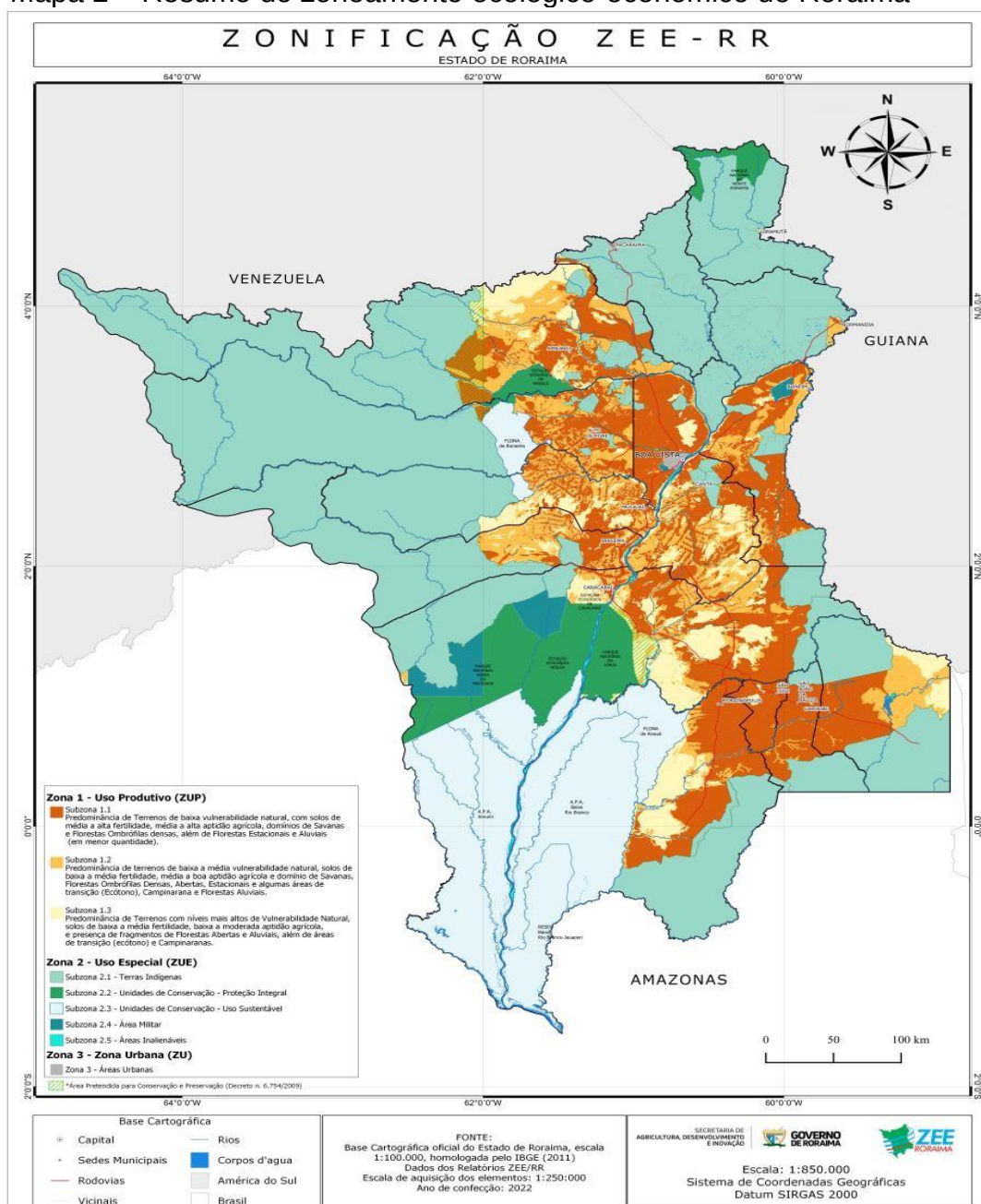
A principal atividade agrícola do estado é a soja, presente em seis dos quinze municípios e responsável por mais de 52% da área cultivada. Municípios como Alto

Alegre, Boa Vista e Bonfim concentram cerca de 78% das terras efetivamente cultivadas, sendo a soja dominante nessas regiões.

Nos últimos anos, a regularização fundiária avançou em Roraima, com 403 títulos definitivos expedidos apenas em 2021, reduzindo um dos principais obstáculos ao crescimento agropecuário.

O Estado também conta com um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que organiza o uso do solo com base em critérios ambientais, econômicos e sociais. Ele divide o território em zonas urbanas, zonas de uso especial (como terras indígenas e áreas de conservação) e zonas de uso produtivo, indicando as vocações naturais e econômicas de cada área para promover o desenvolvimento sustentável (Mapa 2).

Mapa 2 – Resumo do zoneamento ecológico-econômico de Roraima

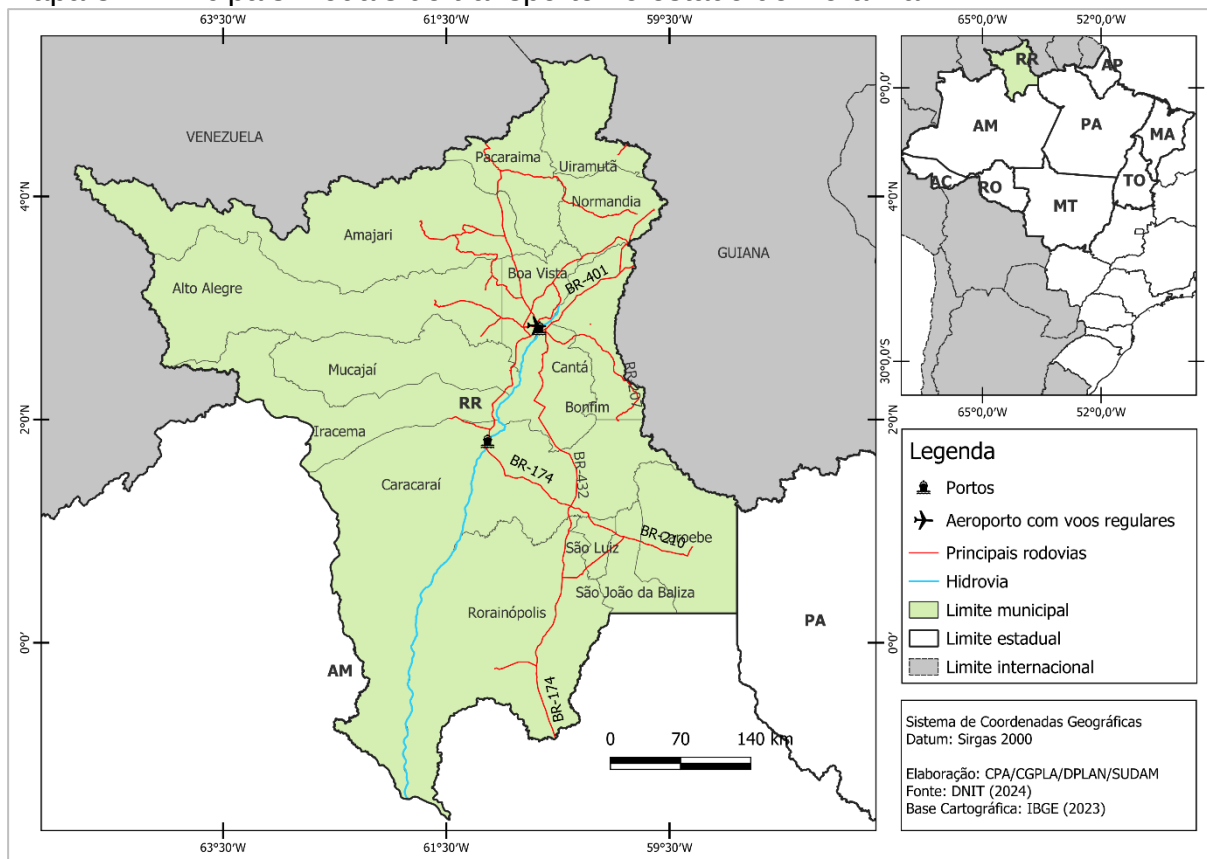


Fonte: Seplan-RR (2023).

2.1.4 Infraestrutura

O modal rodoviário é o principal meio de transporte de Roraima, conectando o estado ao restante do Brasil e aos países vizinhos, Venezuela e Guiana. Historicamente, a malha viária de Roraima é limitada e depende fortemente da BR-174, que liga Boa Vista a Manaus, e da BR-401, que conecta o estado à Guiana (Mapa 3). A pavimentação e manutenção dessas rodovias são fundamentais para o escoamento da produção agrícola e para o abastecimento de bens de consumo.

Mapa 3 – Principais modais de transporte no estado de Roraima



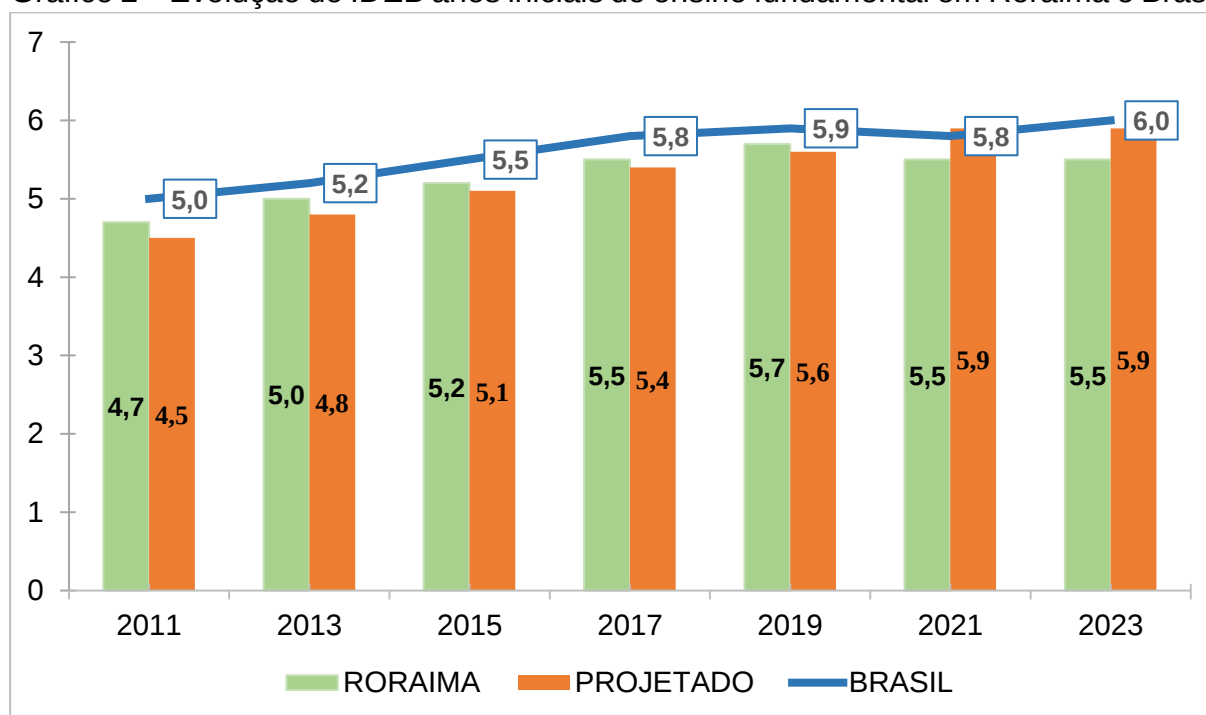
Fonte: DNIT (2024).

Os modais aéreo e hidroviário também são utilizados, mas de forma complementar. O transporte hidroviário, embora com potencial nos rios navegáveis como o Rio Branco, é pouco desenvolvido e enfrenta obstáculos como a sazonalidade das águas e a falta de infraestrutura portuária adequada. Já o transporte aeroviário tem papel essencial na mobilidade do estado, especialmente devido à dificuldade de acesso terrestre a diversas localidades, sendo o Aeroporto Internacional de Boa Vista o principal ponto de conexão com o restante do país. No entanto, o setor aéreo também carece de investimentos em ampliação e modernização para atender à crescente demanda e melhorar a conectividade regional.

2.1.5 Educação e saúde

Entre os anos de 2011 e 2023, o estado de Roraima apresentou uma trajetória de avanços e desafios no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com variações significativas entre as diferentes etapas da educação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental (Gráfico 2), Roraima demonstrou um desempenho positivo até 2019. O índice cresceu de 4,7 em 2011 para 5,7 em 2019, superando as metas projetadas em todos os anos desse período. No entanto, a partir de 2021, o estado apresentou uma leve queda do índice, ficando abaixo da meta projetada. Em comparação com a média nacional, Roraima esteve sempre um pouco atrás, embora a diferença tenha diminuído entre 2015 e 2019. Em 2023, o Brasil atingiu 6,0, enquanto Roraima permaneceu em 5,5, o que sugere a necessidade de reforçar políticas de recuperação da aprendizagem, especialmente após os impactos da pandemia.

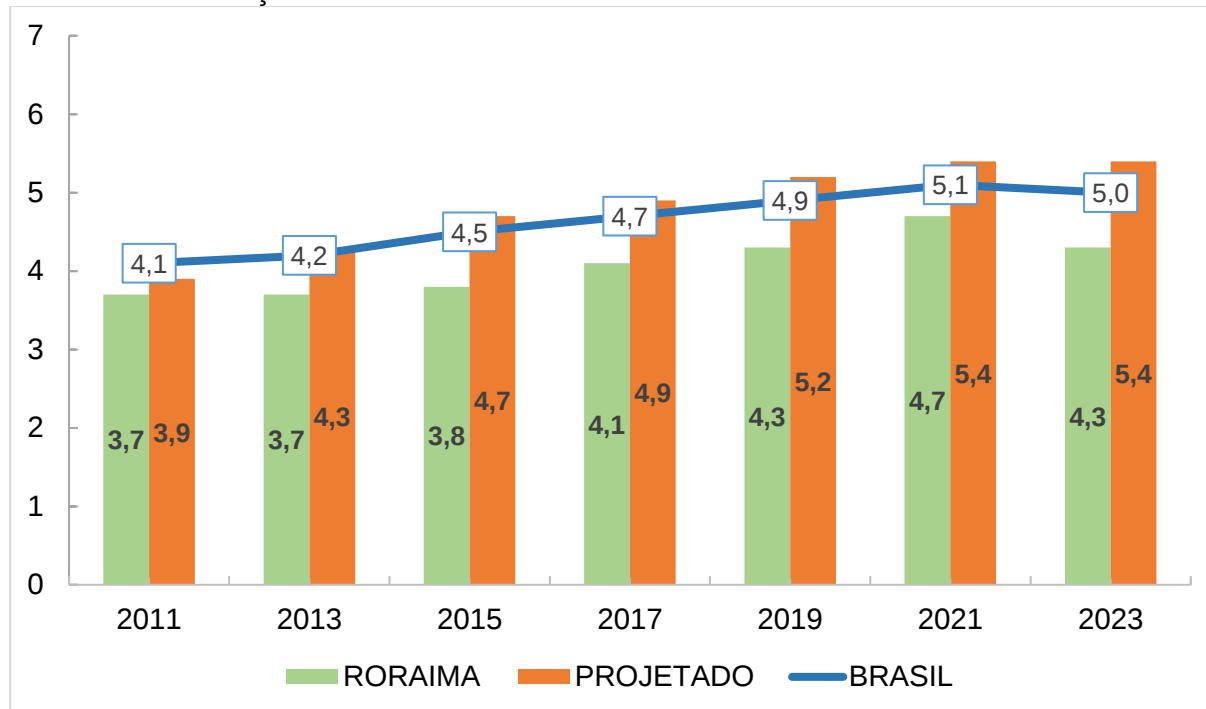
Gráfico 2 – Evolução do IDEB anos iniciais do ensino fundamental em Roraima e Brasil



Fonte: IDEB (2023).

Nos anos finais do ensino fundamental (Gráfico 3), o crescimento foi mais lento e irregular. O índice de Roraima passou de 3,7 em 2011 para 4,3 em 2019, com um leve aumento para 4,7 em 2021. No entanto, em 2023, houve uma queda de volta para 4,3, ficando bem abaixo da meta projetada de 5,4. Em todos os anos analisados, Roraima esteve consistentemente abaixo da média nacional, que chegou a 5,0 em 2023.

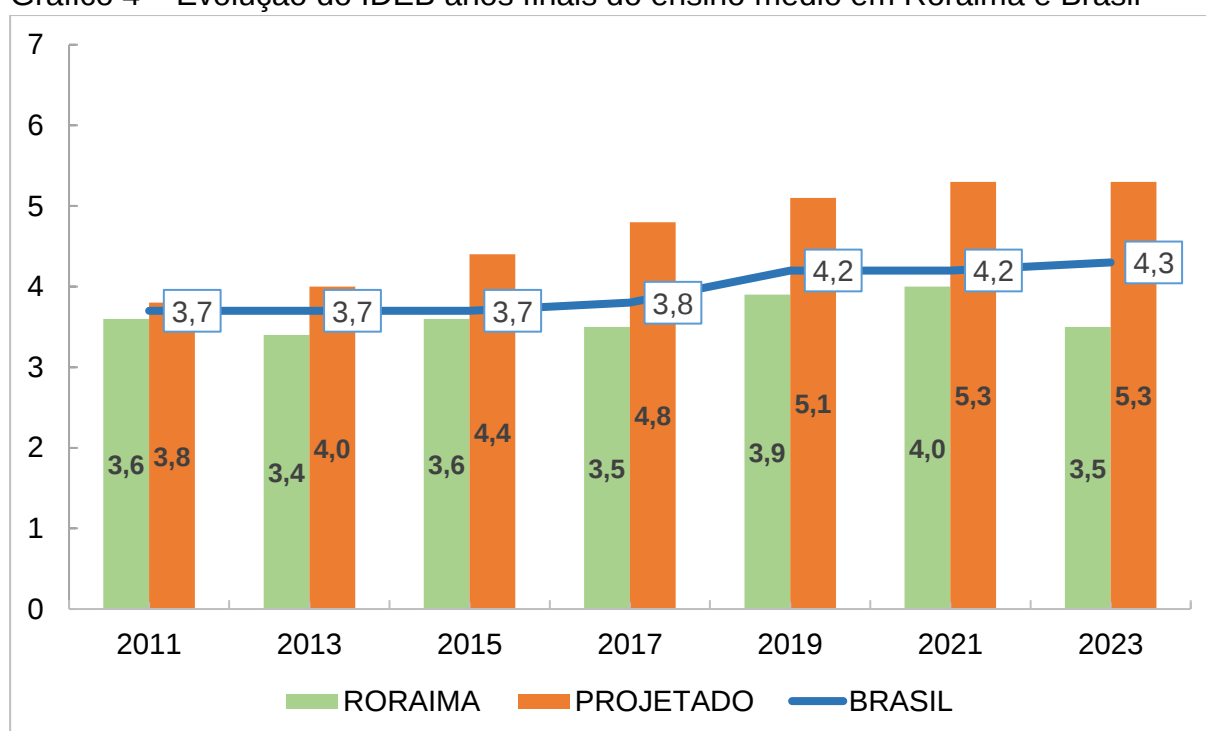
Gráfico 3 – Evolução do IDEB anos finais do ensino fundamental em Roraima e Brasil



Fonte: IDEB (2023).

No ensino médio (Gráfico 4), o desempenho de Roraima foi instável ao longo dos anos, com o índice caindo de 3,6 em 2011 para 3,4 em 2013, oscilando até 2019, quando atingiu 3,9. Em 2021, houve uma leve melhora para 4,0, mas em 2023 o índice caiu novamente para 3,5. Esse resultado está muito abaixo da meta projetada de 5,3 e também da média nacional, que foi de 4,3 em 2023.

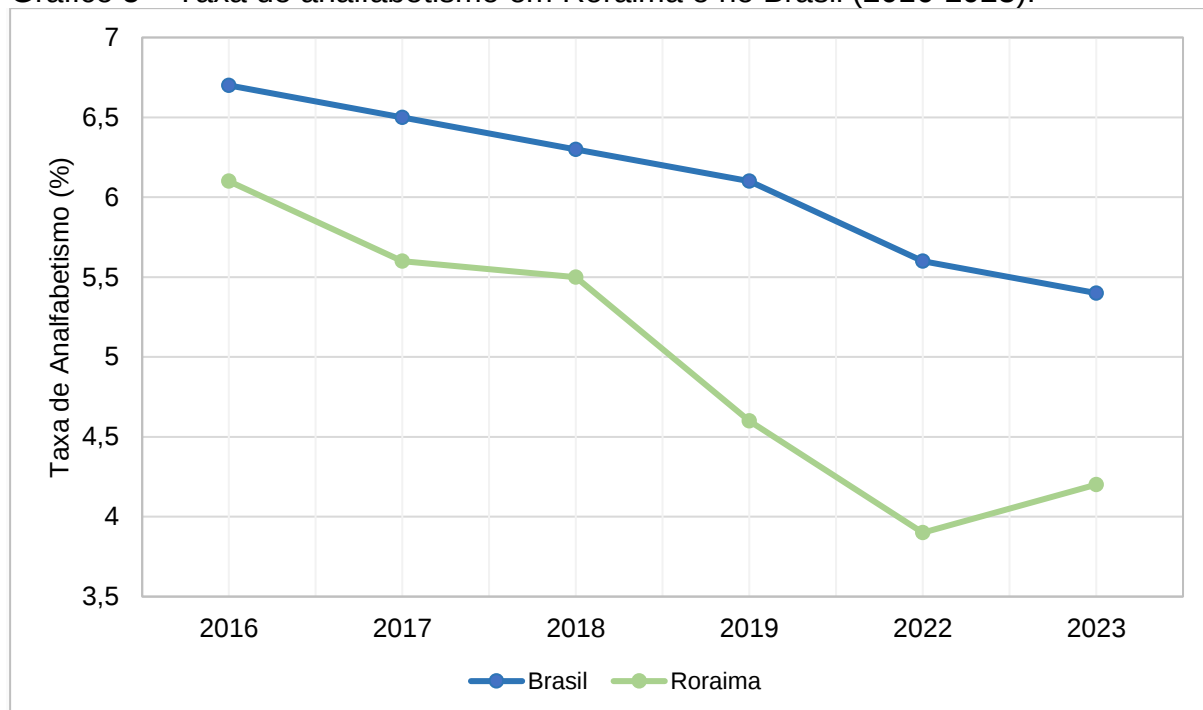
Gráfico 4 – Evolução do IDEB anos finais do ensino médio em Roraima e Brasil



Fonte: IDEB (2023).

O estado registrou uma redução expressiva na taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais, entre 2016 e 2023, passando de 6,1% para 4,2%. Roraima manteve taxas abaixo da média nacional em todos os anos analisados, com exceção de 2023, quando houve uma leve alta em relação a 2022 (de 3,9% para 4,2%). A redução no período foi de aproximadamente 31%, enquanto no cenário nacional ficou em torno de 19% (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo em Roraima e no Brasil (2016-2023).

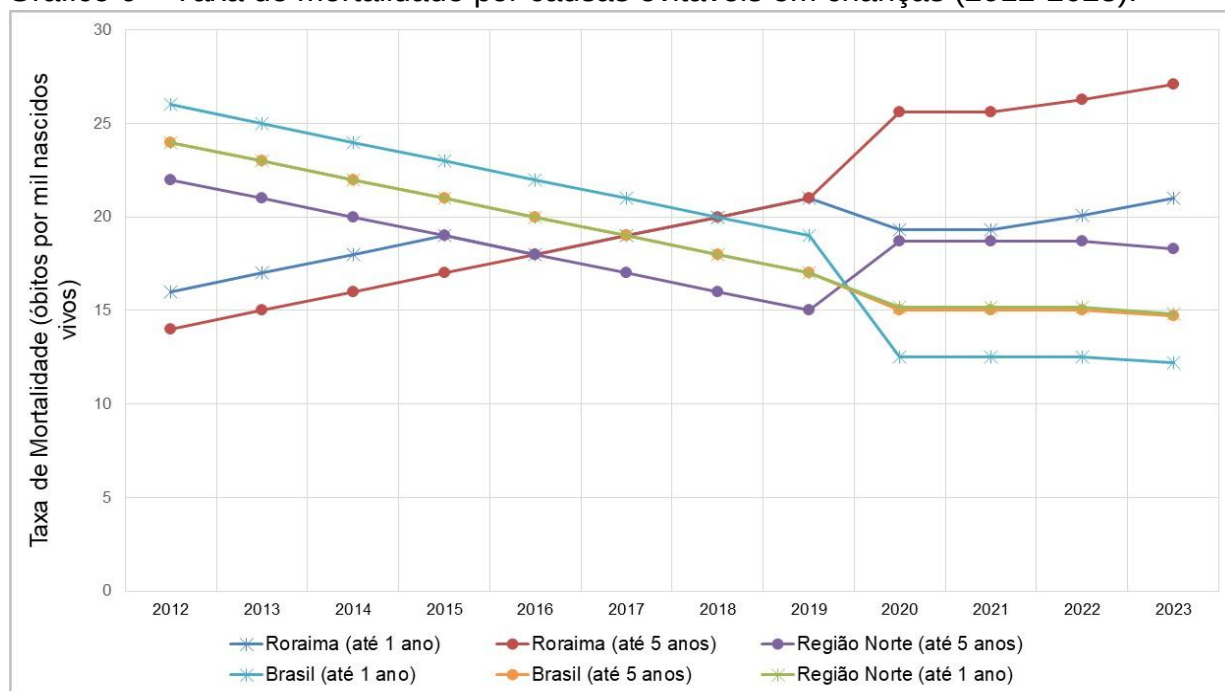


Fonte: IBGE, PNAD CONTÍNUA (2023).

Essa melhora reflete a correlação entre a alfabetização e a qualidade da educação, reforçando a importância de investimentos contínuos e políticas educacionais eficazes.

Na área da saúde, Roraima apresentou um aumento preocupante nas taxas de mortalidade por causas evitáveis em crianças de até 1 e 5 anos de idade, entre 2012 e 2023 (Gráfico 6). Enquanto Roraima mostra um crescimento contínuo nesses indicadores, tanto a Região Norte quanto o Brasil apresentam uma trajetória de queda.

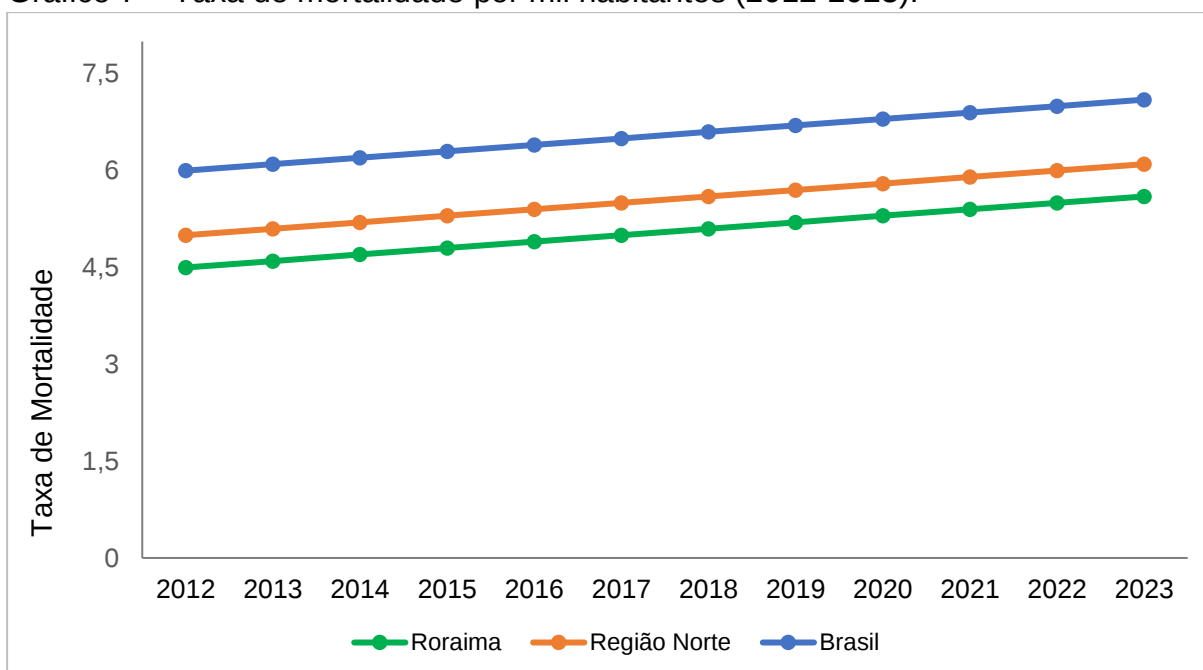
Gráfico 6 – Taxa de mortalidade por causas evitáveis em crianças (2012-2023).



Fonte: DATASUS (2023).

Além disso, a taxa de mortalidade geral por mil habitantes (Gráfico 7) também cresceu em Roraima, superando a média regional, especialmente após a pandemia de COVID-19. Roraima, apesar de apresentar os menores índices ao longo do período, mostra um aumento constante, passando de 4,5 para 5,6 óbitos por mil habitantes. A Região Norte segue uma trajetória semelhante, mas com taxas ligeiramente mais altas, enquanto o Brasil apresenta os maiores valores, alcançando 7,1 em 2023.

Gráfico 7 – Taxa de mortalidade por mil habitantes (2012-2023).

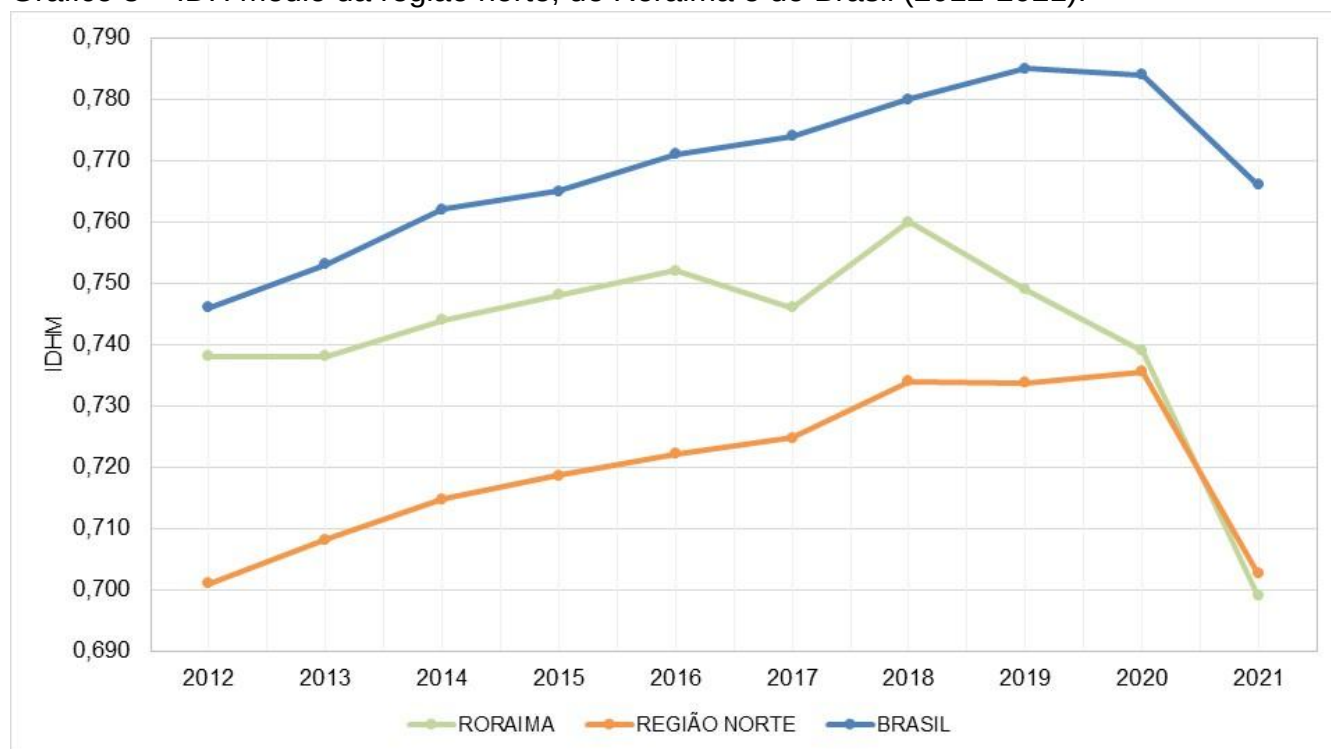


Fonte: DATASUS (2023).

2.1.6 Economia e desenvolvimento

Roraima tem apresentado avanços significativos em termos de desenvolvimento humano e econômico. O IDH do estado sempre foi superior à média da Região Norte (Gráfico 8), mas essa diferença diminuiu ao longo do tempo. A partir de 2017, o estado enfrentou uma queda no indicador, associada a uma crise político-econômica, enquanto a Região Norte continuou sua trajetória de crescimento. Apesar de uma breve recuperação entre 2018 e 2020, os impactos da pandemia de Covid-19 foram mais severos em Roraima, resultando, em 2021, na superação de seu IDH pela média regional pela primeira vez na série analisada. O Brasil, por sua vez, apresentou crescimento leve e constante, também apresentando queda em 2021.

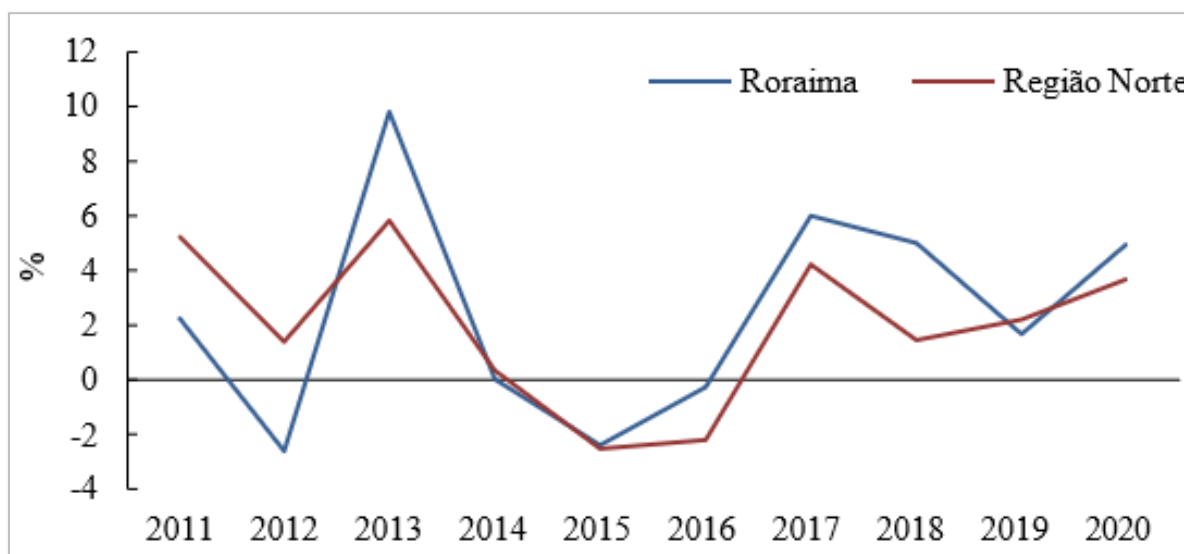
Gráfico 8 – IDH médio da região norte, de Roraima e do Brasil (2012-2021).



Fonte: PNUD (2021).

Apesar de ter a menor economia do país (0,2% do PIB nacional), Roraima tem apresentado taxas de crescimento superiores à média da Região Norte em vários períodos, indicando um processo de convergência econômica, embora lento. O PIB real per capita de Roraima (Gráfico 9) era um dos maiores da região no início da década, mas caiu após 2017 devido ao aumento populacional causado pela migração venezuelana, sem correspondente crescimento econômico. Os Estados do Pará e Rondônia superaram Roraima nesse indicador até 2020.

Gráfico 9 – Taxa de crescimento do PIB Real (preços de 2010) de Roraima e da Região Norte (2011-2020).



Fonte: SEPLAN-RR (2023).

A estrutura produtiva do estado também mudou: entre 2010 e 2020, houve aumento da participação do setor agropecuário, especialmente com a entrada da soja, e redução dos setores de indústria e serviços.

No comércio internacional, Roraima se destacou a partir de 2019, com aumento expressivo das exportações, principalmente para Venezuela e Guiana, gerando superávit comercial. Os principais produtos exportados incluem alimentos processados, óleo de soja e carnes.

2.2. Caracterização dos territórios indígenas do Estado de Roraima.

2.2.1 Terras indígenas em Roraima

O estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, abriga a maior proporção de terras indígenas do país em relação à sua área total. Possui aproximadamente 46% de seu território composto por terras demarcadas para povos indígenas, percentual bem acima do registrado em nível de Amazônia Legal (23%) e no país (14%).

Roraima possui, atualmente, 34 Terras Indígenas, desde áreas menores como a Terra Indígena Bom Jesus, com área de 859,12 hectares; até áreas de grande extensão territorial como a Terra Indígena Yanomami⁴, que se estende por uma área de 9.664.975,48 hectares dos estados do Amazonas e Roraima (Quadro 1).

⁴ A TI Yanomami, homologada pelo Decreto de 25/05/1992, está localizada na porção oeste de Roraima e norte do Amazonas. É a maior TI do país em área, com cerca de 9,5 milhões de hectares. Também é a TI com o maior número de habitantes indígenas do Brasil, segundo o Censo demográfico do IBGE (2022).

Quadro 1 – Terras Indígenas no Estado de Roraima.

Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	População residente (2022)	Fase do procedimento demarcatório
Ananás	Makuxí	RR - Amajari	1.769,4220	26	Regularizada
Anaro	Wapixana	RR - Amajari	30.473,9506	55	Regularizada
Aningal	Makuxí	RR - Amajari	7.627,0391	267	Regularizada
Anta	Wapixana	RR - Alto Alegre	3.173,8226	166	Regularizada
Araçá	Wapixana	RR - Amajari	50.018,3000	2.403	Regularizada
Arapuá	Makuxí, Wapixana	RR - Alto Alegre	-	-	Em Estudo
Barata Livramento	Makuxí, Wapixana	RR - Alto Alegre	12.883,2701	865	Regularizada
Bom Jesus	Makuxí	RR - Bonfim	859,1271	54	Regularizada
Boqueirão	Makuxí, Wapixana	RR - Alto Alegre	16.354,0776	473	Regularizada
Cajueiro	Makuxí	RR - Amajari	4.303,8482	246	Regularizada
Canauanim	Makuxí, Wapixana	RR - Cantá	11.182,4372	1.177	Regularizada
Jabuti	Makuxí, Wapixana	RR - Bonfim	14.210,6996	463	Regularizada
Jacamim	Jaricuna, Wapixana	RR - Bonfim, Caracaraí	193.493,5694	1.206	Regularizada
Malacacheta	Wapixana	RR - Cantá	28.631,8258	1.169	Regularizada
Mangueira	Makuxí	RR - Alto Alegre	4.063,7410	119	Regularizada
Manoa/Pium	Makuxí, Wapixana	RR - Bonfim	43.336,7308	2.720	Regularizada
Moskow	Wapixana	RR - Bonfim	14.212,9983	853	Regularizada
Muriru	Wapixana	RR - Bonfim, Cantá	5.555,9436	214	Regularizada
Ouro	Makuxí	RR - Amajari	13.572,0000	291	Regularizada
Pirititi	Isolados	RR - Rorainópolis	40.095,0000	-	Restrição de Uso
Pium	Wapixana	RR - Alto Alegre	4.607,6137	387	Regularizada
Ponta da Serra	Makuxí, Wapixana	RR - Amajari	15.597,0000	313	Regularizada
Raimundão	Makuxí, Wapixana	RR - Alto Alegre	4.276,8088	550	Regularizada
Raposa Serra do Sol	Ingarikó, Makuxí, Taulipáng, Wapixana	RR - Normandia, Pacaraima, Uiramutã	1.747.464,7832	26.695	Regularizada
Santa Inez	Makuxí	RR - Amajari	29.698,0449	234	Regularizada
São Marcos	Makuxí, Wapixana	RR - Boa Vista, Pacaraima	654.110,0998	18.210	Regularizada
Serra da Moça	Wapixana	RR - Boa Vista	11.626,7912	722	Regularizada
Sucuba	Makuxí	RR - Alto Alegre	5.983,0000	456	Regularizada
Tabalascada	Wapixana	RR - Cantá	13.014,7374	1.023	Regularizada
Trombetas/Mapuera	Hixkaryána, Isolados, Karafawyana, Katuena, Sikiyana, Tunayana, Waimiri Atroari, Wai Wai, Xereu	AM - Nhamundá, Urucará; PA - Faro, Oriximiná; RR - Caroebe, São João da Baliza	3.970.898,0420	896	Regularizada
Truaru	Makuxí, Wapixana	RR - Alto Alegre, Boa Vista	5.652,8410	447	Regularizada
Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari	AM - Novo Airão, Presidente Figueiredo, Urucará; RR - Rorainópolis, São João da Baliza	2.585.911,5689	2.200	Regularizada
WaiWái	Wai Wai	RR - Caracaraí, Caroebe, São João da Baliza	405.698,0085	500	Regularizada
Yanomami	Yanomámi	AM - Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira; RR - Alto Alegre, Amajari, Caracaraí, Iracema, Mucajaí	9.664.975,4800	27.228	Regularizada

Fonte: IBGE (2022); FUNAI (2025).

Das 34 Terras Indígenas, 32 são regularizadas e ocupam uma área aproximada de 10,3 milhões de hectares, com cerca de 80.345 de população residente (Tabela 2). Apenas 2 TIs não são regularizadas, pois ainda estão na fase de estudo (TI Arapuá) e de restrição de uso (TI Pirititi).

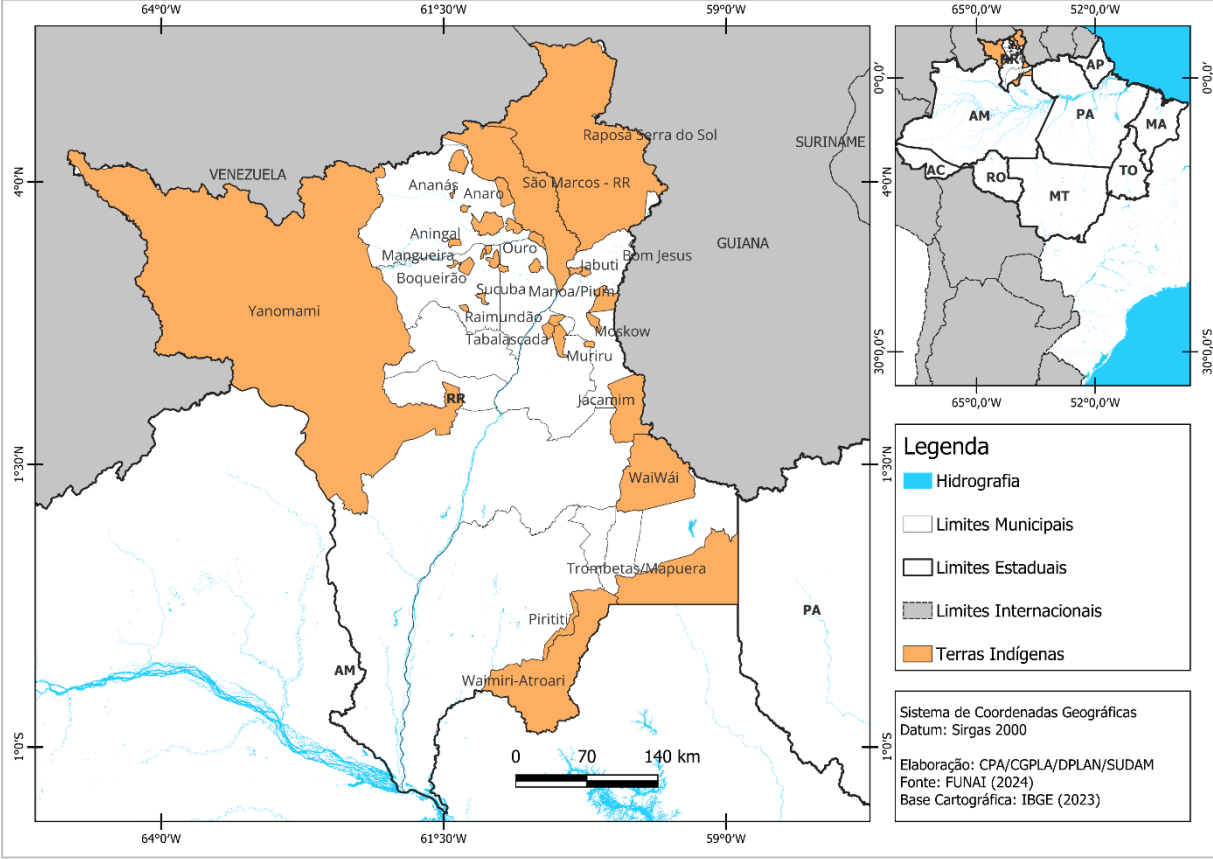
Tabela 2 – Terras Indígenas em Roraima

Situação das TIs	Quantidade de TIs	Área (ha)	% da área do estado
Regularizada	32	10.395.546,36	46,51
Em estudo	2	-	-
Total	34	10.395.546,36	46,51

Fonte: FUNAI (2025).

Em geral, as terras indígenas em Roraima estão concentradas nas regiões centro-norte e nordeste do estado (Mapa 4), em áreas de floresta, savana e serras — ambientes que possibilitam a manutenção dos modos de vida tradicionais, como a agricultura de subsistência, a caça, a pesca e o extrativismo. Além disso, muitas dessas terras coincidem com áreas de rica biodiversidade e recursos hídricos, o que reforça a importância dos povos indígenas na preservação ambiental.

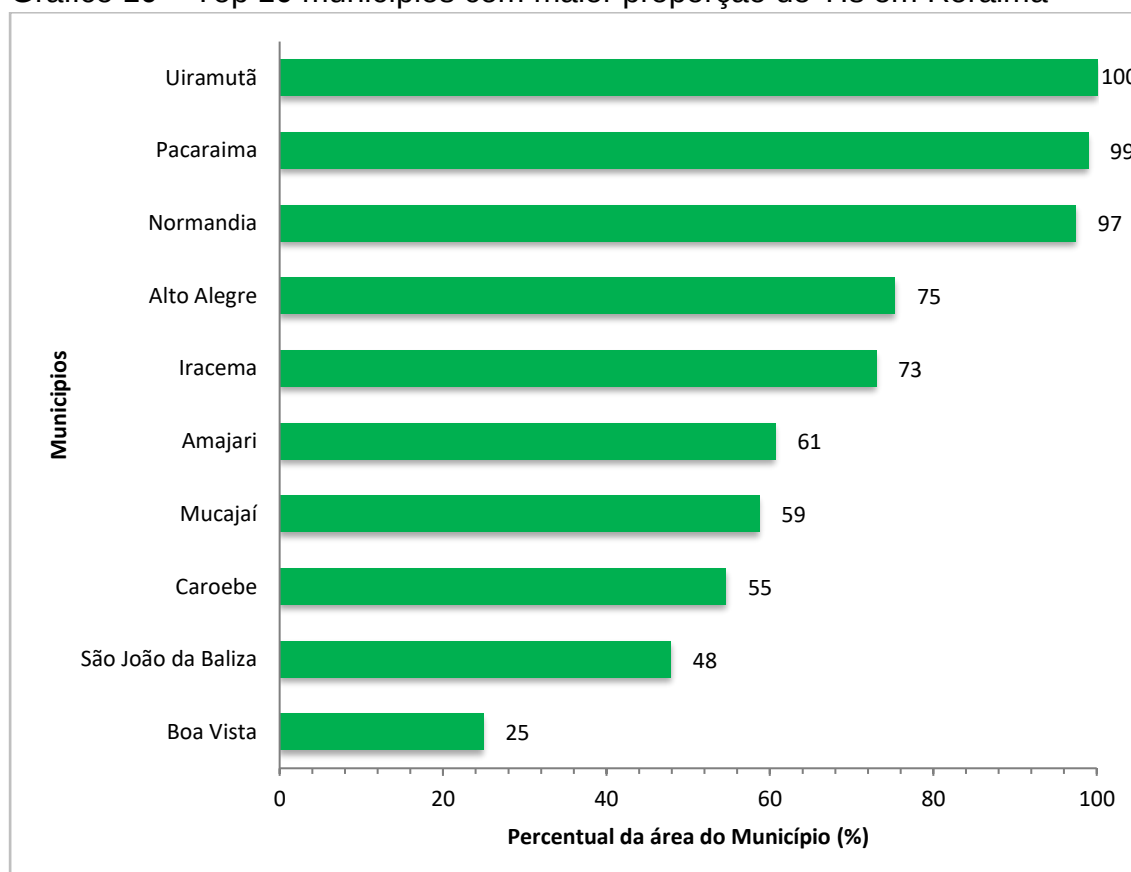
Mapa 4 – Terras Indígenas em Roraima



Fonte: FUNAI (2024).

A maioria dessas áreas em número de unidades concentram-se na porção centro-leste do estado, principalmente nos municípios de Alto Alegre, Amajari e Bonfim. Em relação aos territórios indígenas nos municípios de Roraima, apenas em São Luiz não há incidência de TIs. Por outro lado, os municípios de Iracema, Alto Alegre, Normandia, Pacaraima e Uiramutã apresentam elevado percentual de território ocupado por terras indígenas, variando de 75% a aproximadamente 100% do território municipal (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Top 10 municípios com maior proporção de TIs em Roraima



Fonte: FUNAI (2024); ISA (2025).

Outro fator importante é a proximidade de algumas terras indígenas com as fronteiras internacionais, o que traz desafios adicionais, como o controle do território, o combate a ilícitos transfronteiriços e a necessidade de articulação diplomática para proteger os direitos indígenas diante de ameaças externas.

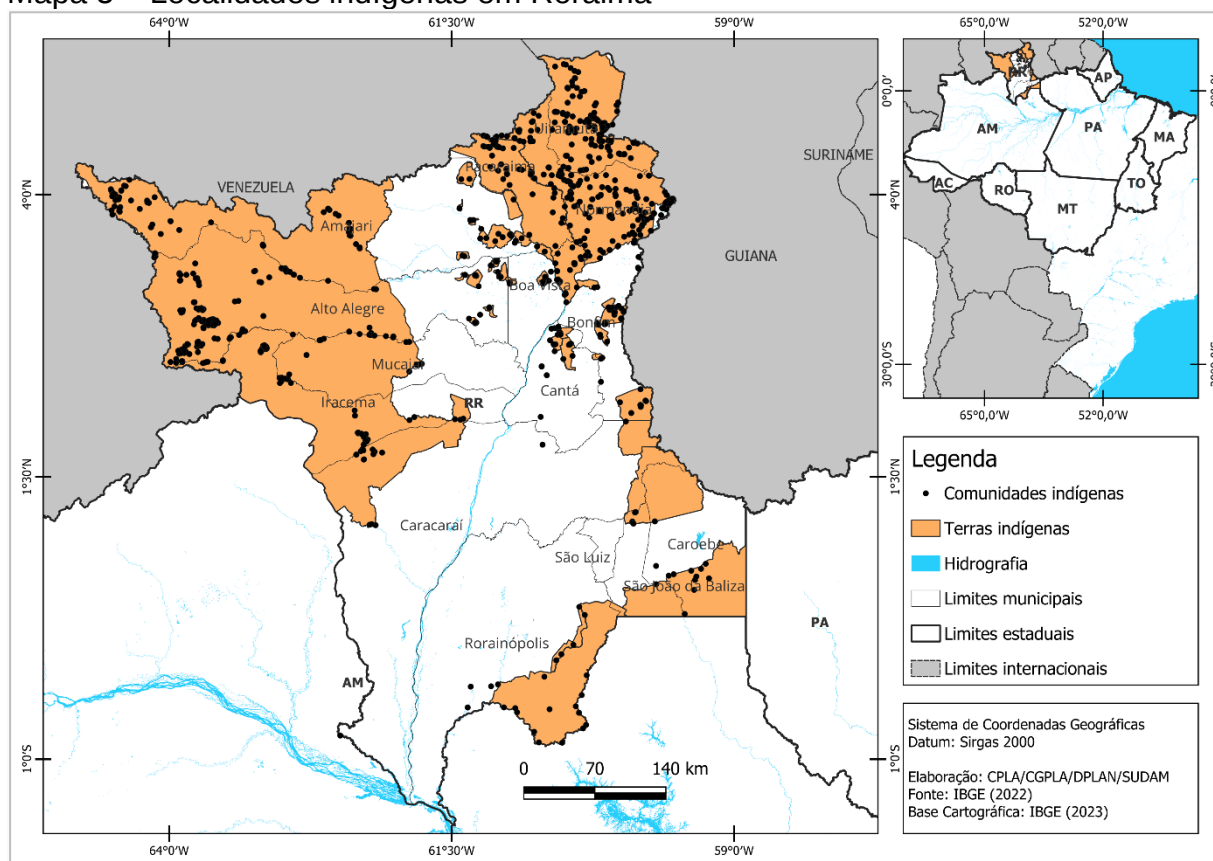
De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022), dos 211,9 mil domicílios particulares permanentes ocupados de Roraima, 23.023 (10,87%) têm pelo menos um morador indígena. Destes domicílios com pelo menos um morador indígena, 13.570 estão dentro de Terras Indígenas (58,94%), sendo o maior percentual por unidade da federação, e 9.453 estão fora de Terras Indígenas (41,06%).

Em 2022, havia 15.301 domicílios particulares em terras indígenas de Roraima, correspondendo a 7,22% do total estadual. A média de moradores por domicílios em terras indígenas do estado foi de 5,12 pessoas, enquanto no Brasil essa média foi de 4,41 pessoas.

Os dados mostram uma variação significativa no número de domicílios e na média de moradores por domicílio entre as diferentes terras indígenas. A TI Raposa Serra do Sol tem o maior número de domicílios (4.574), seguida pela TI Yanomami (4.271) e TI São Marcos (3.930), enquanto Ananás tem o menor (4 domicílios). Em termos de média de moradores por domicílio, Ananás tem a maior média (6,5), enquanto Anaro tem a menor (2,75).

A maioria das localidades indígenas em Roraima está situada em áreas rurais. A maior densidade de comunidades indígenas ocorre nas porções norte e noroeste do estado, especialmente próximo à fronteira com a Venezuela e a Guiana (Mapa 5). Essas regiões que ficam nos municípios de Alto Alegre, Normandia e Uiramutã abrigam terras indígenas extensas como a TI Yanomami e TI Raposa Serra do Sol que concentram, aproximadamente, 37% e 33% das comunidades indígenas de Roraima, respectivamente.

Mapa 5 – Localidades indígenas em Roraima

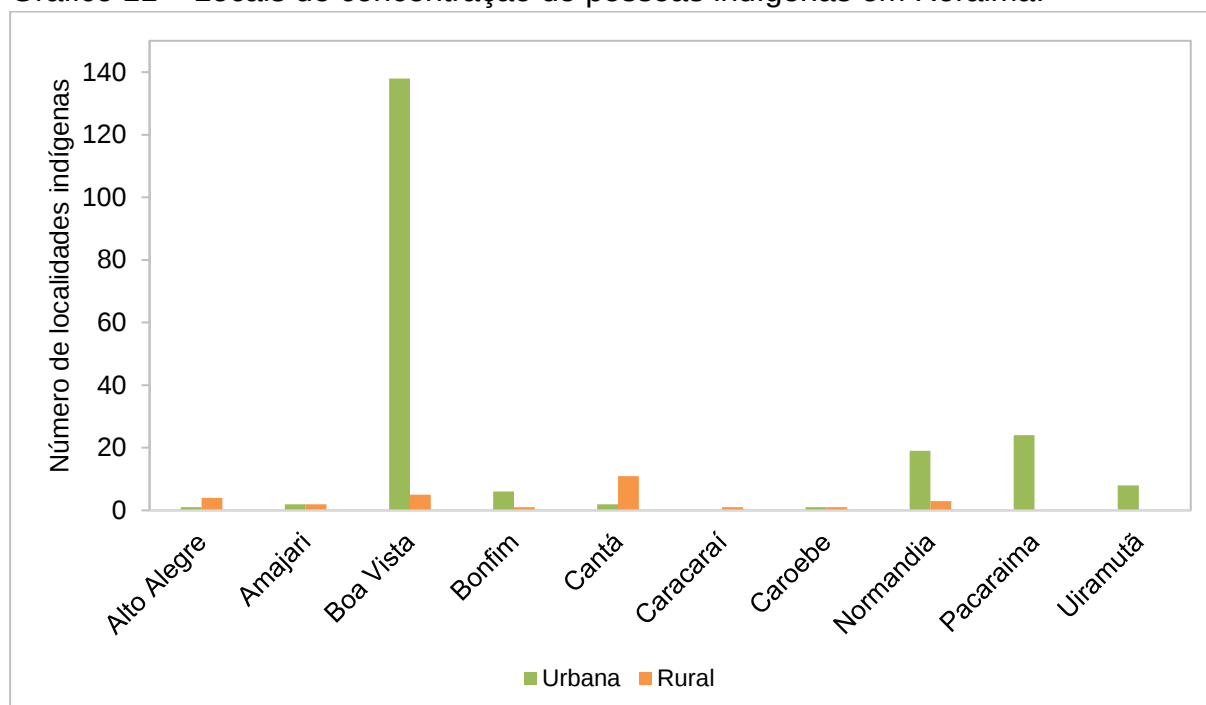


FONTE: IBGE (2022).

Essas localidades, muitas vezes compostas por pequenas comunidades, enfrentam desafios relacionados à infraestrutura e ao acesso a serviços essenciais.

Com relação aos locais de concentração de pessoas indígenas (Gráfico 11), os dados do Censo 2022 revelam um panorama diversificado da presença indígena no estado, com variações significativas na distribuição entre os contextos rural e urbano. Boa Vista destaca-se como o município com o maior número de localidades urbanas, totalizando 38. Esse dado sugere uma forte tendência de migração de populações indígenas em direção à capital do estado. Outros municípios com presença urbana relevante são Pacaraima, Normandia e Uiramutã.

Gráfico 11 – Locais de concentração de pessoas indígenas em Roraima.

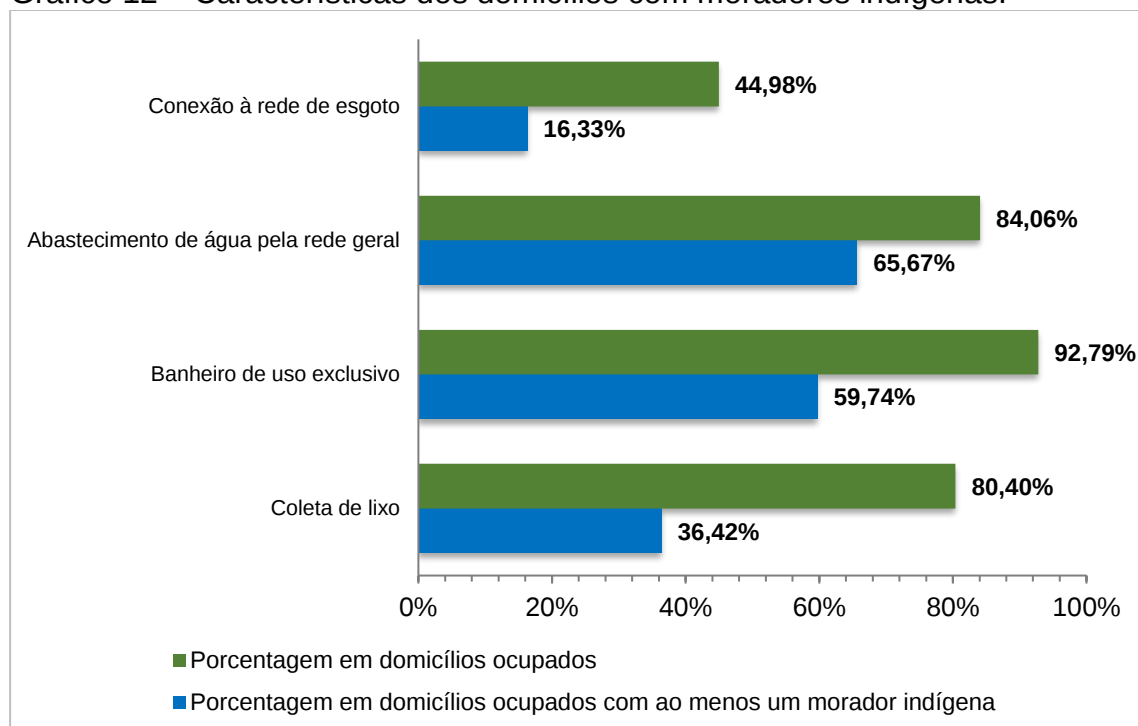


Fonte: IBGE (2022).

Por outro lado, o município de Cantá lidera em número de localidades indígenas em áreas rurais (11 registros). Alto Alegre e Amajari também apresentam presença relevante em áreas rurais, com quatro e duas localidades, respectivamente.

Os dados mostram que os domicílios com moradores indígenas em Roraima têm, em geral, menor acesso a serviços básicos como esgoto, abastecimento de água, banheiro exclusivo e coleta de lixo, comparados aos domicílios ocupados em geral. Apenas 16,33% dos domicílios ocupados por indígenas possuem conexão à rede de esgoto, o abastecimento de água atende 65,67% dos domicílios e 36,42% são atendidos com coleta de lixo (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Características dos domicílios com moradores indígenas.



Fonte: IBGE (2022).

Existem ainda disparidades significativas no acesso a serviços básicos entre domicílios indígenas em áreas urbanas e rurais de Roraima. As áreas urbanas têm melhor acesso a saneamento, abastecimento de água e coleta de lixo, enquanto as áreas rurais enfrentam desafios consideráveis nesses aspectos. Neste sentido, há necessidade de políticas públicas focadas em melhorar a infraestrutura e os serviços básicos nas zonas rurais para garantir condições de vida dignas para todos os moradores indígenas.

O Censo Demográfico mostra também uma diversidade de tipos de domicílios entre os moradores indígenas em Roraima, com uma predominância de casas e malocas. A presença de domicílios em condições precárias, como cortiços e estruturas degradadas, destaca a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de moradia dessa população. Além disso, a preservação das malocas indica a importância de respeitar e apoiar as tradições culturais indígenas.

2.2.2 População indígena em Roraima

O estado de Roraima destaca-se no cenário nacional pela forte presença de povos indígenas em seu contingente populacional. Segundo o Censo demográfico do IBGE (2022), o estado possui uma população de 636.707 habitantes, dos quais 97.668 são indígenas, representando 15,34% do total – o maior percentual entre todos os estados brasileiros (Infográfico 1).

Infográfico 1 – População indígena em Roraima.



Fonte: IBGE (2022).

Roraima ocupa a 5ª posição no ranking nacional de estados com maior número absoluto de indígenas, ficando atrás apenas do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco. No entanto, quando se considera o percentual em relação à população total, Roraima lidera com ampla margem. Isso significa que 1 em cada 6 pessoas em Roraima é indígena, um percentual altíssimo comparado à média nacional.

O elevado número de indígenas reflete não apenas a diversidade cultural da região, mas também a relevância histórica e social dos povos originários em Roraima. O estado abriga diversas etnias, como os Yanomami, Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang, entre outras (Infográfico 2), que vivem em comunidades distribuídas tanto em áreas urbanas quanto em terras indígenas demarcadas, no qual muitas delas estão localizadas em áreas de floresta e de difícil acesso.

Infográfico 2 – Etnias indígenas em Roraima.



Fonte: FUNAI (2024).

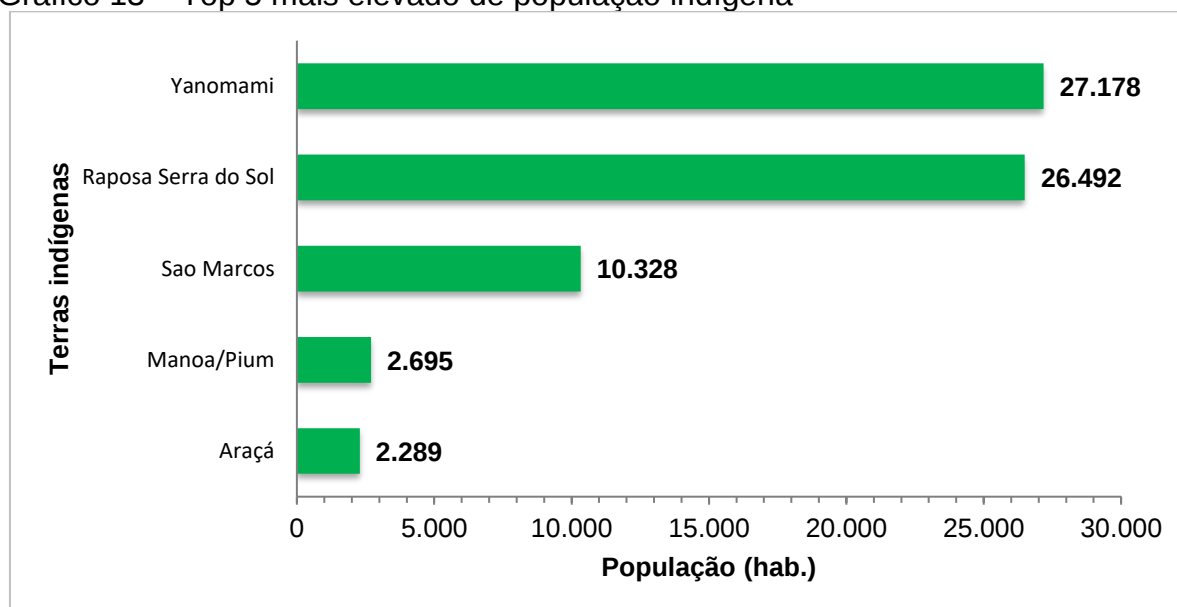
Os povos indígenas de Roraima desempenham papel fundamental na preservação ambiental, na proteção de saberes ancestrais e na manutenção de línguas e tradições culturais. Apesar disso, enfrentam desafios relacionados à demarcação de terras, saúde, educação e acesso a políticas públicas adequadas e que respeitem suas especificidades culturais.

Em 2010, quando foi realizado o censo anterior, foram contadas 55.922 pessoas indígenas no estado. Com o novo censo em 2022 foi evidenciado um acréscimo populacional equivale a 74,65% em 12 anos, período em que esse contingente quase dobrou. Esse aumento no número de indígenas no período intercensitário é explicado pelas mudanças metodológicas⁵ feitas para captação

⁵ MUDANÇA METODOLÓGICAS NO CENSO 2022: OCORREU DEVIDO O APRIMORAMENTO DE ANÁLISE NA IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA

dessa população. Em 2022, havia 80.345 habitantes em Terras Indígenas e 89,31% deles (ou 71.754) eram indígenas. A terra indígena com maior número de habitantes indígenas é a Yanomami (AM/RR): 27.178, ou 4,36% do total de indígenas em terras indígenas. Raposa Serra do Sol (RR) vem a seguir, com 26.492 indígenas e a Terra Indígena São Marcos (RR), com 10.328, aparece em terceiro lugar no ranking (Gráfico 13).

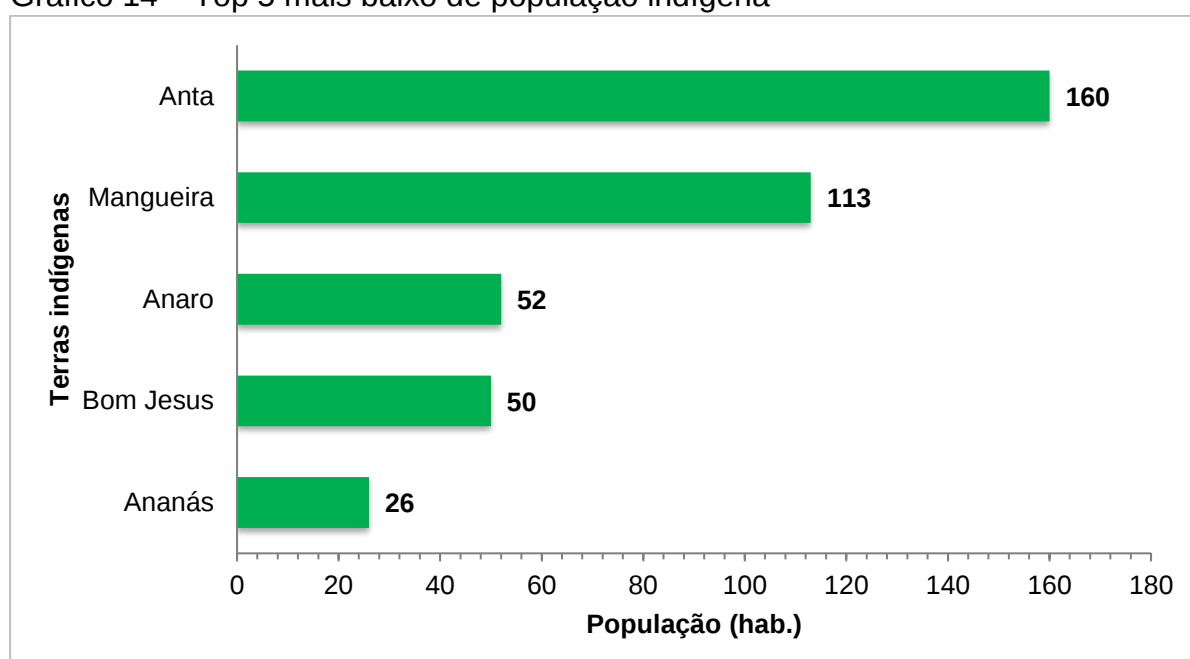
Gráfico 13 – Top 5 mais elevado de população indígena



Fonte: IBGE (2022).

Por outro lado, as terras indígenas com menores populações indígenas variam de 160 (TI Anta) a 26 (TI Ananás) habitantes (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Top 5 mais baixo de população indígena



Fonte: IBGE (2022).

O Infográfico 3 retrata os dados populacionais por sexo da população indígena. A razão de sexo indica que há aproximadamente 101 homens para cada 100 mulheres na população indígena de Roraima. Isso mostra uma situação de equilíbrio entre os sexos, com uma ligeira predominância masculina. A idade mediana de 18 anos sugere que a população indígena de Roraima é bastante jovem.

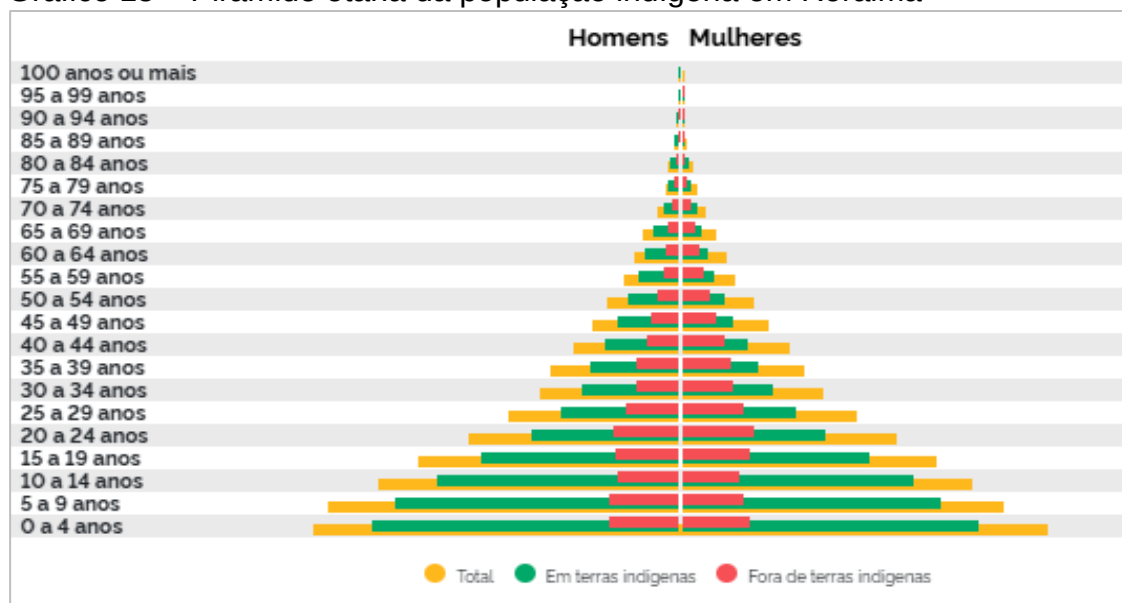
Infográfico 3 – Razão de sexo e idade mediana da população indígena



Fonte: IBGE (2022).

O Gráfico 15 ilustra a pirâmide etária da população indígena em Roraima. As faixas etárias mais jovens têm uma população maior, enquanto as faixas etárias mais velhas possuem população menor, demonstrando que a população indígena está em crescimento. Observa-se uma pirâmide com formato quase triangular, com uma base larga devido à elevada participação de jovens na população (cerca de 53%), principalmente na faixa etária de 0 a 04 anos. Já a população em idade ativa representava 43%, com os grupos etários superiores tornando-se menores que os inferiores, enquanto os idosos correspondiam a apenas 4%, caracterizando uma pirâmide com cume estreito.

Gráfico 15 – Pirâmide etária da população indígena em Roraima

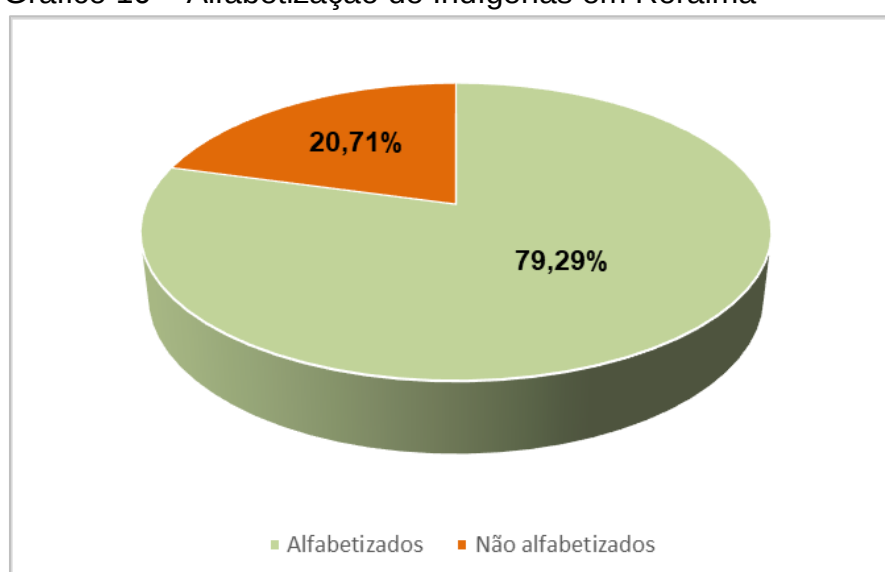


Fonte: IBGE (2022)

Este perfil com população significativamente maior nas faixas etárias de 0 a 19 anos, sugere uma alta taxa de natalidade. Neste sentido, ações e estratégias voltadas para a implementação de programas educacionais, capacitações, acesso a serviços de saúde, valorização da cultura, sustentabilidade e inclusão em políticas públicas são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das populações indígenas.

Os dados sobre a alfabetização dos indígenas em Roraima demonstram que quase 80% da população foi alfabetizada, contudo mesmo com a proporção de indígenas não alfabetizados sendo menor, ainda representa uma parte considerável da população, com mais de 20% (Gráfico 16).

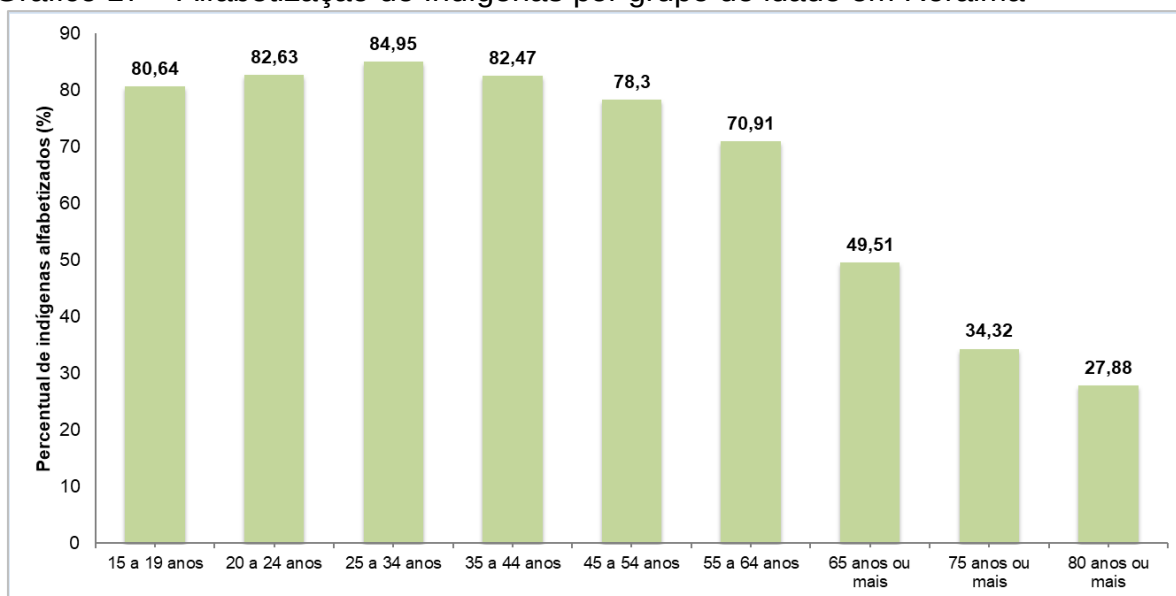
Gráfico 16 – Alfabetização de Indígenas em Roraima



Fonte: IBGE (2022).

Essa informação destaca a importância de continuar investindo em programas educacionais para alcançar os indígenas que ainda não foram alfabetizados, principalmente a partir dos 45 anos. Observa-se uma queda gradual na taxa de alfabetização, com uma diminuição mais acentuada nas faixas etárias mais avançadas (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Alfabetização de Indígenas por grupo de idade em Roraima



Fonte: IBGE (2022).

A alfabetização é fundamental para o desenvolvimento social e econômico, e garantir que todos tenham acesso à educação pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dessas comunidades. Há uma necessidade contínua de programas de alfabetização para adultos e idosos. Melhorar a alfabetização entre os indígenas mais velhos pode ser um desafio, mas também uma oportunidade para promover a inclusão social e econômica dessas populações.

2.2.3 Aspectos ambientais

No estado de Roraima, parcela considerável de sua extensão territorial está ocupada por Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Assentamentos Rurais. São aproximadamente 111 espaços institucionalizados, sendo 17 UCs com área de 6,4 milhões de hectares, 34 TIs com 10,3 milhões de hectares e 60 assentamentos da reforma agrária com 3,3 milhões de hectares (Tabela 3). Ainda que existam sobreposições territoriais, principalmente entre a TI Raposa Serra do Sol e o Parque Nacional do Monte Roraima, essas unidades ocupam aproximadamente 90% da área territorial do estado.

Tabela 3 – Espaços institucionalizados em Roraima

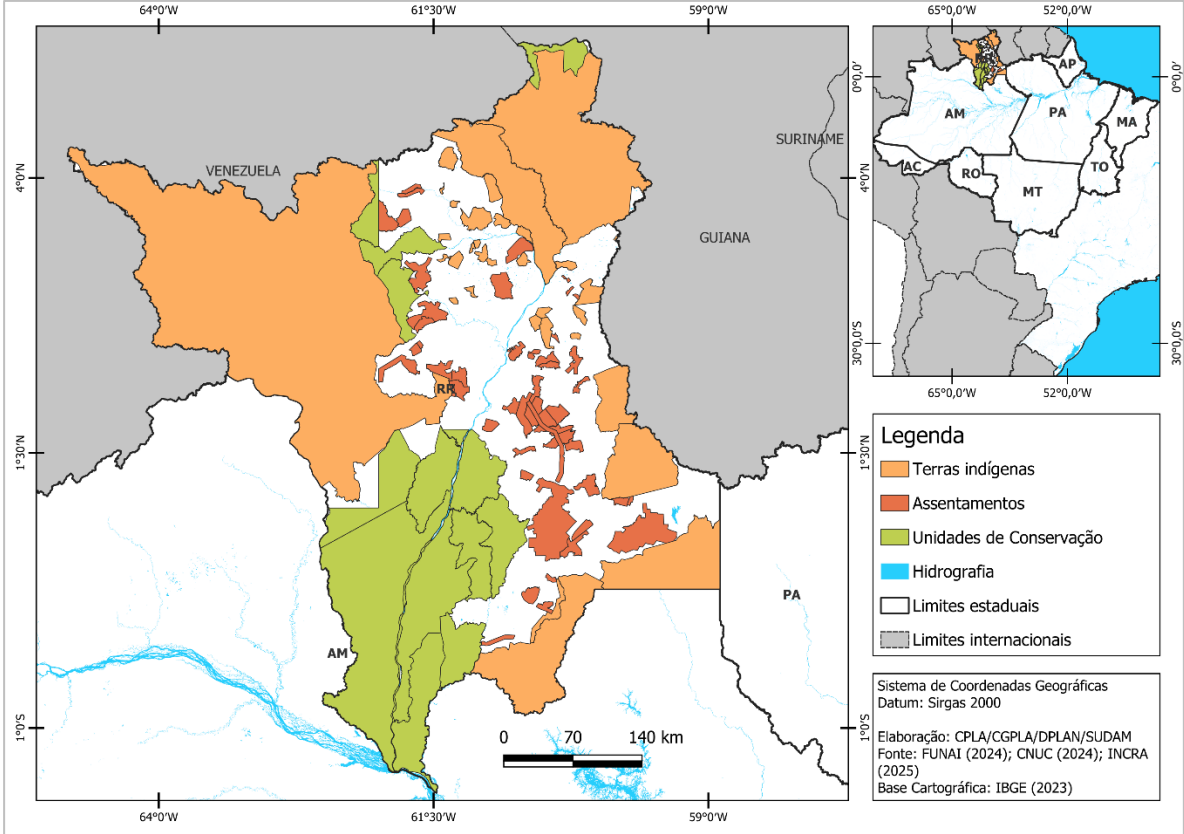
Espaços institucionalizados	Quantidade	Área (ha)	% área em relação ao estado
Unidades de Conservação	17	6.427.297,00	28,76
Terras Indígenas	34	10.395.546,36	46,51
Assentamentos	60	3.354.425,95	15,01

Fonte: CNUC (2024); FUNAI (2025); INCRA (2025).

Essas áreas possuem alguma restrição de uso, o que implica a necessidade de políticas adequadas de ordenamento territorial e de planejamento de base sustentável. Além disso, a distribuição espacial dessas áreas especiais revela uma complexa sobreposição de interesses territoriais e ambientais.

As TIs que ocupam uma parcela significativa parcela do território estadual (terras Yanomami e Raposa Serra do Sol) fazem limites ou até mesmo se sobrepõem a UCs federais, como o Parque Nacional do Monte Roraima, Serra da Mocidade, Floresta Nacional do Parina, de Roraima e Estação Ecológica de Maracá. Já os assentamentos rurais, concentrados principalmente no centro-sul do estado, frequentemente se aproximam dessas áreas protegidas, o que pode gerar conflitos fundiários e pressões ambientais, como desmatamento e uso indevido de recursos naturais (Mapa 6).

Mapa 6 – Espaços institucionalizados em Roraima.



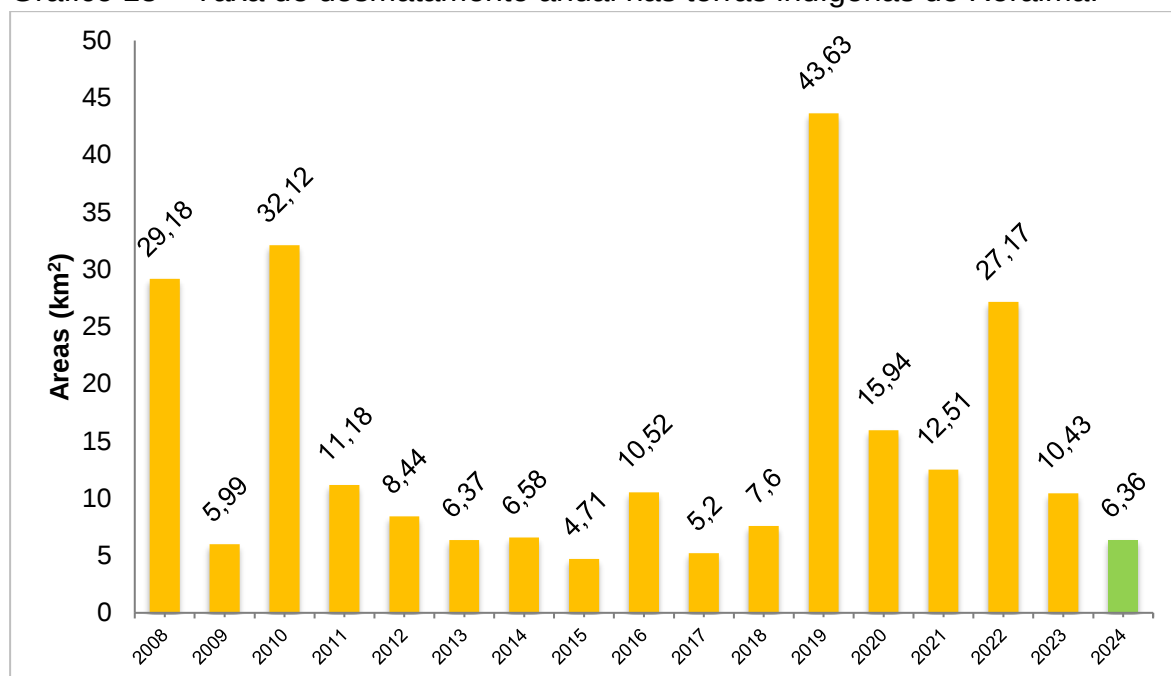
Fonte: CNUC (2024); FUNAI (2025); INCRA (2025).

Essa configuração espacial exige uma gestão integrada entre órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visando conciliar a conservação ambiental, os direitos territoriais dos povos indígenas e as demandas por produção agrícola sustentável.

O estado do Roraima apresenta uma situação privilegiada em função do baixo nível de antropismo, sendo o terceiro estado mais bem preservado do Brasil com cerca de 93% de sua cobertura vegetal nativa original (MAPBIOMAS, 2023). As áreas desmatadas no estado, segundo dados do INPE, somaram até 2023 um total de 9.908,00 km², o que corresponde a 4,43% de sua extensão territorial.

Nos últimos anos, houve queda acentuada das taxas de desmatamento nas terras indígenas de Roraima. Segundo dados do Prodes na plataforma Terra Brasilis, essa taxa passou de 43,6 km² em 2019 (maior taxa de desmatamento da série histórica) para 10,4 km² em 2023, com tendência de redução em 2024 (estimativa de 6,4 km²). De 2022 para 2023 a redução na taxa de desmatamento foi de 61,6% (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de desmatamento anual nas terras indígenas de Roraima.



Fonte: INPE (2024).

Pelos dados apresentados observa-se a tendência de redução acentuada das taxas de desmatamento ao longo dos últimos 05 anos, pois a média desse período correspondeu a 14,48 km², valor três vezes menor que o registrado em 2019 (43,6

km²), a maior taxa de desmatamento da série histórica.

Segundo o MapBiomas (2023), as terras indígenas contribuem para a preservação das florestas, pois estão entre as principais barreiras contra o avanço do desmatamento no Brasil. Nos últimos 30 anos, as terras indígenas perderam apenas 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 20,6%.

Em Roraima, o desmatamento acumulado nas TIs apresenta variações significativas, com alguns territórios enfrentando pressões intensas. Até 2024, as TIs do estado registraram 245 km² de desmatamento, representando 6% do total de Roraima (considerando o total registrado nas TIs Trombetas/Mapuera, Waimiri-Atroari e Yanomami que possuem territórios em outros estados). Entre as cem TIs mais desmatadas na Amazônia Legal, oito estavam localizadas em Roraima, destacando-se as TIs Yanomami (sexta mais desmatada), Raposa Serra do Sol e Manoa/Pium (Tabela 4).

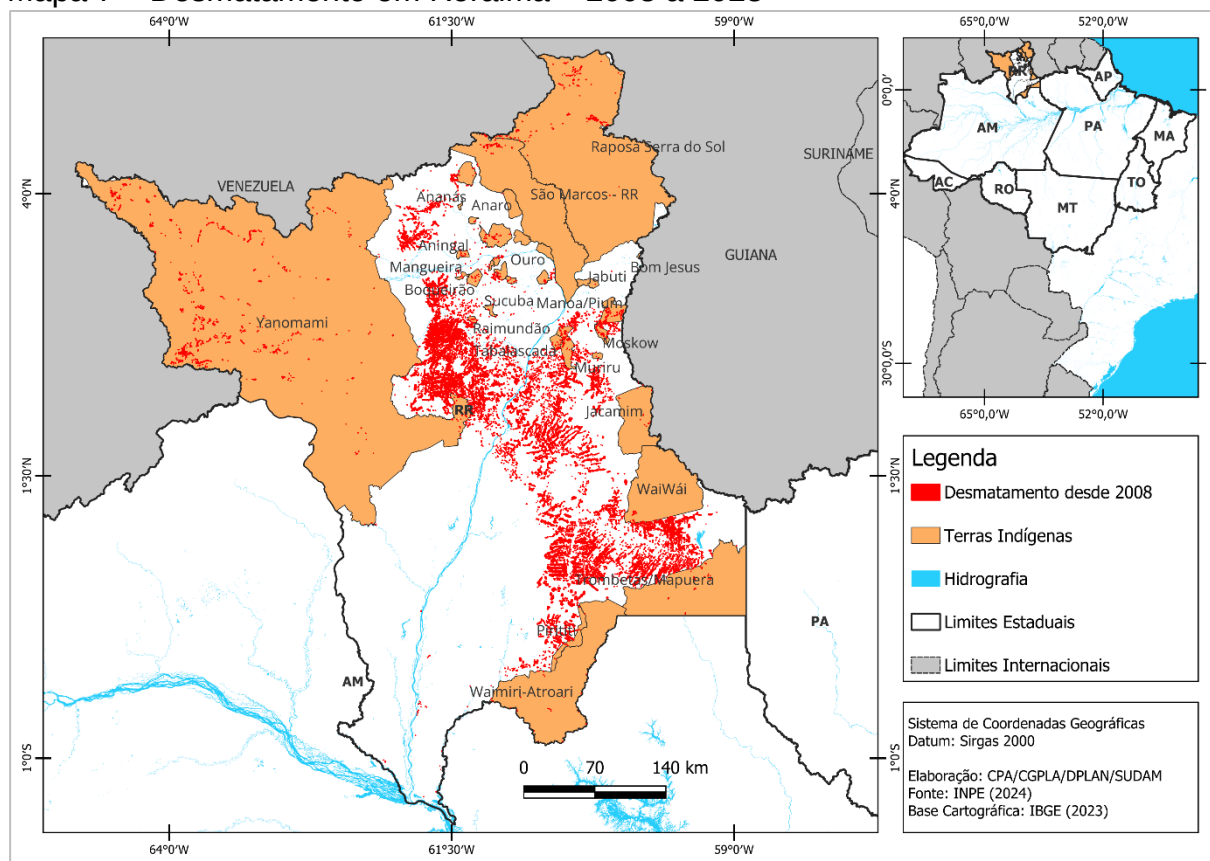
Tabela 4 – Desmatamento acumulado nas terras indígenas de Roraima.

Terras indígenas	UF	Desmatamento acumulado (km ²)	Posição Amazônia Legal
Yanomami	RR/AM	133,29	6º
Raposa Serra do Sol	RR	25,93	33º
Manoa/Pium	RR	11,96	58º
Waimiri-Atroari	RR/AM	10,50	64º
Trombetas/Mapuera	RR/AM/PA	10,09	68º
São Marcos	RR	9,32	72º
Malacacheta	RR	8,43	74º
Moskow	RR	5,76	94º

Fonte: INPE (2024).

A distribuição espacial do desmatamento nas terras indígenas de Roraima revela uma dinâmica relativamente contida em comparação com outras categorias fundiárias. Em Roraima, a maior parte desse desmatamento ocorreu em áreas privadas, com destaque para assentamentos e unidades de conservação. O Mapa 7 evidencia que as TIs Yanomami e Raposa Serra do Sol possuem as principais marcas visíveis deixadas pela remoção da vegetação nativa.

Mapa 7 – Desmatamento em Roraima – 2008 a 2023

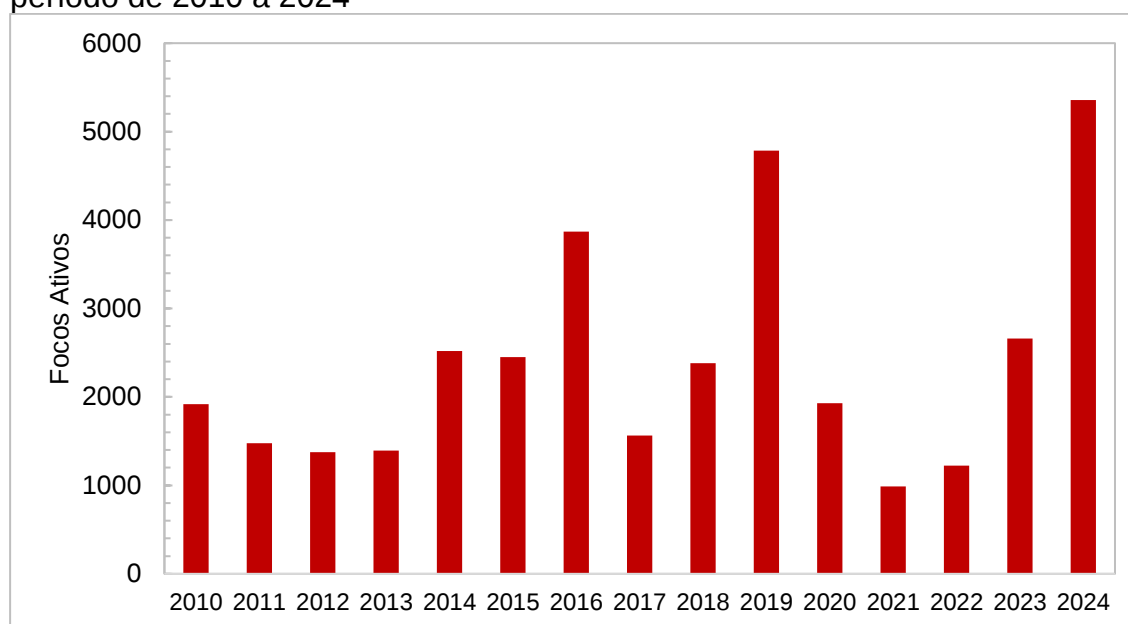


Fonte: INPE (2024).

Essa distribuição indica que, apesar das pressões crescentes, as terras indígenas ainda funcionam como importantes barreiras ao avanço do desmatamento, embora vulnerabilidades persistam, especialmente em áreas de contato com frentes de expansão agropecuária e garimpo ilegal.

Roraima tem enfrentado um aumento significativo das queimadas, especialmente nos anos mais recentes (Gráfico 19). O menor número de focos foi registrado em 2021, com 989 ocorrências, enquanto o maior pico ocorreu em 2024, com 5.358 focos ativos. Esses números refletem uma intensificação das queimadas, possivelmente relacionada a fatores como mudanças climáticas, pressões sobre o uso da terra e políticas ambientais.

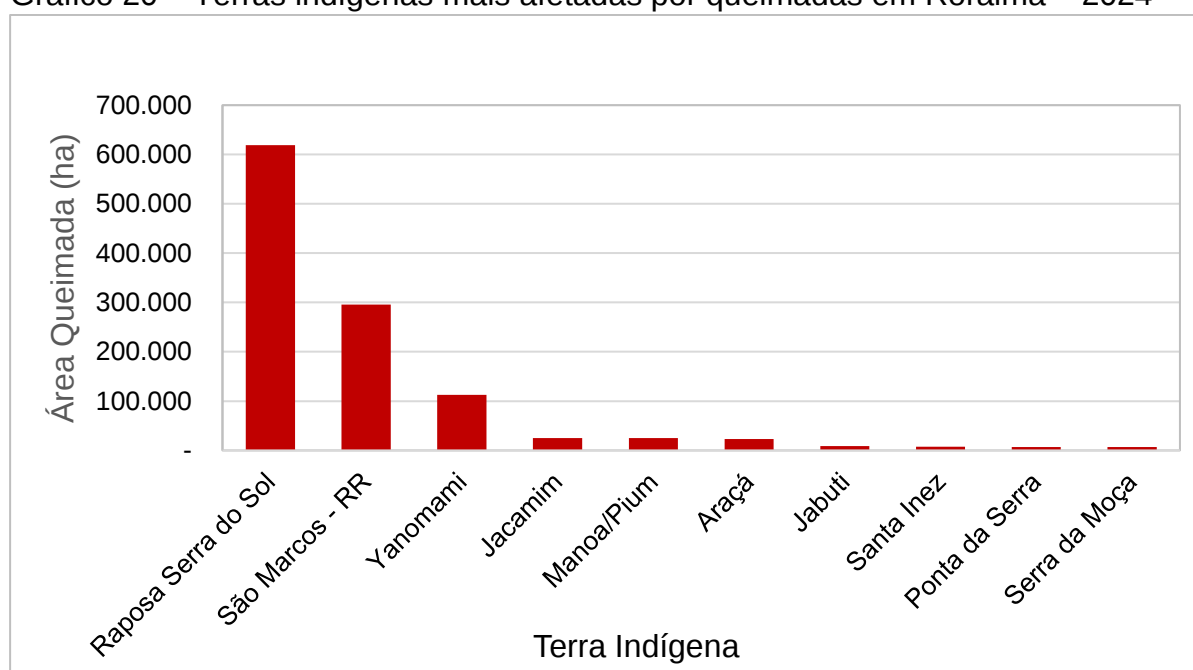
Gráfico 19 – Focos ativos de queimadas detectados pelo satélite de referência, no período de 2010 a 2024



Fonte: INPE (2024).

Diversos territórios indígenas localizados em Roraima apresentam áreas significativas e, portanto, são potencialmente vulneráveis aos impactos das queimadas. Em 2024, as TIs de Roraima se destacaram negativamente no cenário nacional de queimadas, com algumas das maiores áreas afetadas em todo o Brasil. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, por exemplo, registrou 619 mil hectares queimados, ocupando uma das primeiras posições no ranking nacional. Esse número não apenas a coloca como a mais afetada em Roraima, mas também como uma das mais impactadas em todo o país (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Terras indígenas mais afetadas por queimadas em Roraima – 2024



Fonte: INPE (2024).

Observa-se ainda que a TI São Marcos – RR aparece com 295 mil hectares queimados, seguida pela TI Yanomami, com mais de 112 mil hectares. Essas três terras concentram juntas mais de 1 milhão de hectares queimados, o que evidencia a magnitude da situação no estado. A presença de Roraima entre os primeiros colocados do ranking nacional de queimadas em terras indígenas é um sinal de alerta para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à proteção ambiental e aos direitos dos povos originários.

As terras indígenas de Roraima enfrentam diversas pressões e ameaças, principalmente relacionadas à exploração de recursos naturais e conflitos fundiários. A presença de garimpeiros é uma das ameaças mais recorrentes, afetando áreas como Raposa Serra do Sol, Yanomami, e Trombetas/Mapuera, onde também atuam pescadores, caçadores e madeireiros. Além disso, fazendeiros e posseiros exercem pressão fundiária significativa em territórios como São Marcos, Serra da Moça e Canaúanim. Essas atividades ilegais e predatórias comprometem a integridade ambiental e sociocultural das comunidades indígenas, colocando em risco seus modos de vida tradicionais e a preservação de seus territórios.

3. OBJETIVO

O objetivo central do plano integrado é promover/ coletar a escuta ativa no território e a integração efetiva entre o planejamento regional estratégico, a execução orçamentária e a responsabilidade fiscal e social, assegurando que as políticas públicas voltadas às comunidades indígenas sejam implementadas de forma coordenada, eficiente e sustentável.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano busca consolidar-se como uma ferramenta abrangente, colaborativa e inovadora, capaz de articular as demandas locais às ações e programas federais, fortalecendo a governança territorial e promovendo o desenvolvimento integrado dos povos indígenas de Roraima.

Nesse sentido, o Plano se estrutura com base em quatro diretrizes complementares:

1. Abrangência e colaboração – adota uma abordagem participativa, construída a partir do diálogo entre lideranças indígenas, órgãos públicos e instituições parceiras, de modo a refletir as prioridades e especificidades socioculturais de cada território;
2. Inovação – propõe metodologia e arranjos institucionais diferenciados para a gestão de políticas públicas, privilegiando soluções sustentáveis, tecnologias sociais e mecanismos de monitoramento territorial;
3. Integração – articula ações e investimentos provenientes de diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), garantindo a coerência entre o planejamento regional e os instrumentos nacionais, como o PRDA 2024–2027 e o PPA 2024–2027;
4. Indução ao desenvolvimento local – busca dinamizar a economia indígena e regional, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis, a inclusão social e a valorização dos saberes e práticas tradicionais.

Dessa forma, o foco está diretamente vinculado à viabilização do alinhamento entre políticas e programas públicos nacionais e locais, assegurando que as iniciativas do governo federal dialoguem com as demandas e potencialidades específicas dos territórios indígenas.

O Quadro 2 apresenta um resumo dos objetivos, da viabilidade e das ações correspondentes e necessárias a fim de a implementação por meio da visualização das relações de corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos e os caminhos para a efetiva operacionalização do Plano.

Quadro 2 – Objetivos e ações necessárias para implementar o plano

OBJETIVO	VIABILIDADE	AÇÃO
Realizar diagnóstico da Situação Atual	Uma análise das condições socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios indígenas em Roraima.	Diálogo com os parceiros institucionais federais e estaduais por meio da realização de reuniões estruturantes.
Apresentar objetivos e Metas	Definição de objetivos claros para o desenvolvimento sustentável, incluindo metas de curto e longo prazo	Realizar reuniões estruturantes e aprofundar o diálogo com as instituições locais envolvida com o público alvo.
Converter as escutas ativas em projetos elaborados com qualidade técnica	Parcerias a fim de viabilizar a elaboração dos projetos que reflitam as necessidades do território que foram capitaneadas por meio das escutas ativas	Firmar convênios, parcerias visando a formulação de projetos qualitativos refletindo a demanda obtida por meio da escuta ativa.
Considerar estratégias de Desenvolvimento sustentável a partir do território	Conhecer e atender as propostas de ações que podem ser implementadas para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, respeitando a cultura e os direitos dos povos indígenas.	Escuta ativa junto aos atores locais e instituições que desenvolvam trabalhos com o público alvo do plano.
Contribuir com a gestão de Recursos Naturais a partir do território	Colher diretrizes para a utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo práticas de manejo que preservem a biodiversidade.	Escuta ativa junto aos atores locais e instituições que desenvolvam trabalhos com o público alvo do plano.
Identificar as necessidades de Educação e Capacitação necessárias a partir da complexidade dos territórios	Planos para promover a educação e a capacitação das comunidades indígenas, visando fortalecer suas capacidades e autonomia	Viabilizar por meio de parcerias entre os membros do Comitê Gestor do Plano
Garantir a Participação Comunitária das populações dos territórios da Amazônia Legal	Mecanismos para garantir a participação das comunidades indígenas na elaboração e implementação do plano.	Reuniões periódicas entre a SUDAM, SEPI, SETRABES, FUNAI e ICMBio
Articular Políticas Públicas e Parcerias a partir das demandas dos territórios da Amazônia Legal	Sugestões para a articulação com políticas públicas e parcerias com organizações governamentais e não governamentais	Diálogo entre a SUDAM, Governo de Roraima, FUNAI-Lideranças Indígenas reconhecidas, Comitê Gestor
Realizar Monitoramento e Avaliação	Propostas para o acompanhamento e a avaliação das ações implementadas, assegurando a transparência e a eficácia do plano.	Elaborar relatórios de M& A SUDAM, Governo de Roraima e FUNAI- Lideranças Indígenas reconhecidas
Vincular as demandas do plano as diretrizes e prioridades do FNO e FDA A	Proposta de inserção de artigos aparando o atendimento da demanda do plano pelo FNO e FDA	Viabilizar por meio de resolução do MIDR, SUDAM
Mobilizar CORIF	Articular com os membros do CORIF apoio para atendimento das demandas	Diálogo constante entre os membros do Comitê de Governança do plano e o CORIF
Articulação com parceiros públicos ou privados para atendimento da demanda	Construção de uma rede em prol do desenvolvimento regional	Diálogo constante com os componentes da rede e a Sudam/ comitê gestor do plano e o Estado de RR

Fonte: SUDAM (2025).

Em síntese, o Plano tem como propósito induzir um modelo de desenvolvimento territorialmente integrado, fiscalmente responsável e socialmente inclusivo, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural dos povos indígenas de Roraima, em consonância com os princípios da PNDR e dos ODS da Agenda 2030.

4. METODOLOGIA

A formulação do PIDSTI-RR foi orientada por uma metodologia inovadora, integrada, participativa e multiescalar, comprometida com a realização/ coleta de escuta qualificada das comunidades indígenas, público-alvo do plano, e com a articulação interinstitucional entre os diversos entes estaduais, municipais e federais envolvidos no desenvolvimento regional. Essa abordagem está em consonância com a PNDR e o próprio PRDA, que enfatizam a integração de escalas de governo e a promoção de estratégias territoriais orientadas pela participação social e pela equidade regional (SUDAM, 2023).

No processo de articulação interinstitucional, buscou-se integrar políticas públicas e instrumentos existentes para a região, garantindo coerência entre os planejamentos de diferentes níveis federativos e assegurando a convergência de esforços em torno dos anseios locais. Esse método reflete a orientação defendida por Becker (2005), que compreendem o território amazônico como espaço de múltiplas escalas de governança e como sistema de interdependências políticas, sociais e econômicas que requerem coordenação interinstitucional.

O processo metodológico adotado alinhou as demandas locais aos principais instrumentos de planejamento público — PRDA 2024–2027, PPA Federal 2024–2027, PPA do Estado de Roraima 2024–2027, Plano Roraima 2030 e a Agenda 2030 da ONU — em consonância com a abordagem integrada e multiescalar defendida pelo IPEA (2022) no *Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*, que propõe metodologias baseadas na articulação entre escalas territoriais e na governança compartilhada.

Ademais, conforme a perspectiva das comunidades indígenas de Roraima, reconheceu-se a importância de sua protagonismo no processo de elaboração do plano, de modo que fossem sujeitos ativos em todas as etapas do trabalho voltado ao desenvolvimento de seus territórios. Tal princípio segue a orientação metodológica do PRDA 2024–2027 (SUDAM, 2023), que enfatiza a escuta qualificada e participativa como instrumento de legitimação e efetividade das políticas regionais, e reforça a centralidade da participação social na formulação e implementação de políticas territoriais integradas.

O resultado desse processo deve contribuir para o fortalecimento das atividades tradicionais, das organizações sociais locais e das capacidades de gestão governativa, promovendo o fomento de arranjos e cadeias produtivas sustentáveis, conforme diretrizes do IPEA (2020) sobre sustentabilidade produtiva e inovação na

Amazônia Legal. Assim, o PIDSTI-RR reafirma uma metodologia que conjuga desenvolvimento socioeconômico inclusivo, respeito às tradições culturais e preservação ambiental, em conformidade com as dimensões ambiental, cultural, econômica social e territorial (Infográfico 4) que orientam o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo da Amazônia Legal.

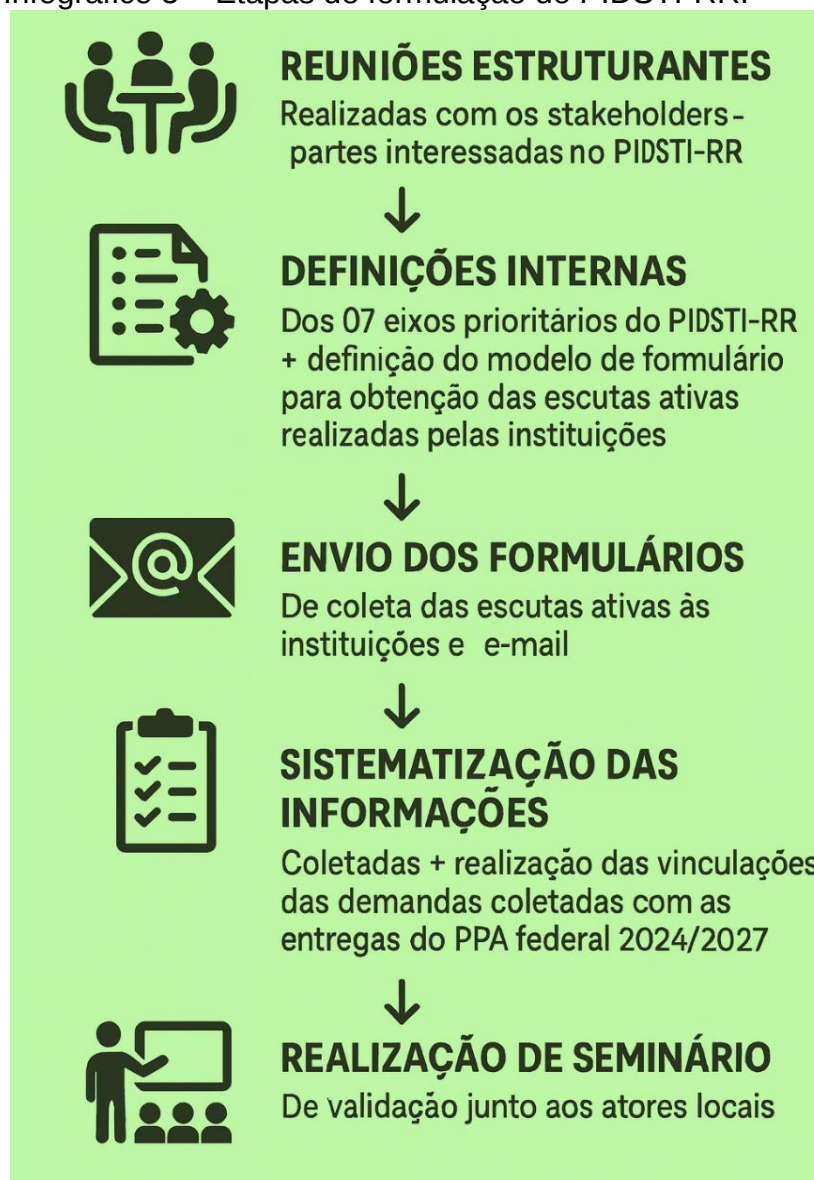
Infográfico 4 – Dimensões do PIDSTI-RR.



Fonte: SUDAM (2025).

Diante disso, a Sudam mobilizou o governo de Roraima, as instituições federais e municipais no início do ano 2025 convidando para reuniões estratégicas para apresentar a intenção da autarquia de formulação de um Plano Integrado com foco inicial na comunidade indígena Yanomami, porém após a realização de diálogos ficou estabelecido que estariam envolvidas todas as comunidades indígenas de Roraima, tendo em vista a necessidade de atendimento dos territórios em sua totalidade. O Infográfico 5 apresenta o fluxograma com as etapas de formulação do plano integrado.

Infográfico 5 – Etapas de formulação do PIDSTI-RR.



Fonte: SUDAM (2025).

O trabalho iniciou-se com a realização de reuniões estruturantes, cada uma com objetivos estratégicos distintos. A primeira reunião presencial, realizada em Boa Vista (RR), no mês de fevereiro de 2025, reuniu com o governador e demais representantes do Governo do Estado de Roraima, instituições federais, o “TUCHEL” geral do Centro Integrado Indígena, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e contou com a participação da Sudam, representada pela Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas.

Foram realizadas reuniões separadas. A primeira ocorreu com o governo de Roraima, contando com a presença do Governador do estado e alguns de seus secretários. Registra-se que o estado de Roraima dispõe de acento no Conselho Deliberativo da Sudam cuja função é aprovar as ações e medidas em prol do desenvolvimento sustentável e incluyente na Amazônia Legal. Em seguida, realizou-

se a segunda reunião na Casa de Governo de Roraima⁶ instituída pelo decreto nº 11.930/2024, de 28 de fevereiro de 2024, no qual estiveram presentes as instituições federais e representantes da prefeitura de Boa Vista. Por fim, houve a terceira reunião a pedido da FUNAI com o “TUCHEL” geral do Centro Integrado Indígena e demais instituições federais.

Nesses encontros, o objetivo foi esclarecer a possibilidade de elaboração de um plano integrado. Registrou-se, por parte dos participantes do governo estadual, na pessoa do governador, a necessidade de que o presente plano estivesse associado ao Plano Roraima 2030, bem como a recomendação de que os trabalhos partissem das demandas e escutas ativas realizadas com todas as comunidades indígenas de Roraima. Reforçou-se ainda a importância de aproveitar os registros já existentes, evitando a sobreposição de esforços e respeitando os processos conduzidos pelas instituições locais.

Além disso, o coordenador do Centro Integrado Indígena enfatizou, durante a reunião, que o protagonismo deve ser dos povos indígenas em qualquer processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, a proposição de elaboração do plano integrado foi bem recebida nas reuniões, incorporando algumas sugestões de linhas de trabalhos apresentadas pelo governo local, as quais foram acolhidas conforme corroborado pelo Plano. Outro ponto positivo a destacar foi o apoio do governo estadual, que se dispôs a contribuir no processo de formulação, bem como dos próprios indígenas, representados na reunião pelo Coordenador-Geral do Centro Integrado Indígena e pela representante da Funai.

A segunda reunião, realizada em formato on-line, ocorreu com a Secretaria de Planejamento (SEPLAN-RR) ainda no mês de fevereiro de 2025. Durante o encontro, houve alinhamento inicial dos trabalhos, com a apresentação da metodologia a ser desenvolvida, de caráter integrativo e participativo, destacando-se que o plano abrangeria toda a comunidade indígena do estado e estaria vinculado ao planejamento estadual, Plano Roraima 2030. Além disso, ressaltou-se que o foco do trabalho, nessa etapa, estaria centrado na catalogação das demandas (escutas ativas) realizadas com o público-alvo para em seguida realizar a vinculação dessas

⁶ Casa de governo em Roraima: criada para coordenar e monitorar a execução do Plano de Desintrusão e de enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami cujo objetivo é assegurar a retomada do modo de vida indígena e combater ações ilícitas, como desmatamento e mineração ilegal.

demandas com as entregas dos ministérios setoriais presentes no PPA 2024/2027. Diante dos pontos abordados, a representante da SEPLAN/RR registrou a necessidade de inserir no processo de forma mais ativa a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado (SEPI), por dispor de relação mais direta com o público-alvo do plano.

Após a referida reunião, a Sudam recepcionou algumas escutas ativas encaminhadas pela SEPI. A partir do recebimento do material, iniciou-se uma análise técnica mais detalhada, com o objetivo de estabelecer um padrão de coleta das escutas ativas, o que resultou na elaboração de um formulário específico para essa finalidade. Além disso, ocorreram discussões técnicas internas para a definição dos macroeixos temáticos do plano, fundamentados nos instrumentos de planejamento público mencionados. Dessa forma, foram propostos 07 macroeixos temáticos, vinculados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030 (Infográfico 6), os quais foram apresentados em reunião às instituições participantes do processo construtivo do Plano Integrado.

Infográfico 6 - Eixos do PIDSTI-RR relacionados aos ODS da Agenda 2030.

EIXO	ODS
GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL Este eixo busca fortalecer a autonomia e a capacidade organizativa das comunidades indígenas, promovendo uma governança participativa e inclusiva que respeite os sistemas de decisão tradicionais e dialogue com as instâncias governamentais. Envolve ainda o fortalecimento da capacidade do Estado na resolução de problemas públicos enfrentados pela população indígena, processos de consulta e espaços de decisão que impactam seus territórios e modos de vida.	    
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO Este eixo busca fortalecer práticas produtivas sustentáveis em territórios indígenas, respeitando os conhecimentos tradicionais, a biodiversidade local e os modos de vida das comunidades. A produção sustentável deve aliar segurança alimentar, geração de renda e preservação ambiental, garantindo a autonomia dos povos indígenas e a valorização de suas formas tradicionais de manejo dos recursos naturais.	     
INFRAESTRUTURA Este eixo visa promover o desenvolvimento de infraestruturas adequadas e sustentáveis em territórios indígenas, garantindo acesso a serviços essenciais, respeitando a organização sociocultural dos povos e minimizando impactos ambientais.	     
SAÚDE, BEM-ESTAR E ASSISTÊNCIA SOCIAL Este eixo busca garantir o direito à saúde e promover o bem-estar das populações indígenas, considerando suas práticas tradicionais, sua relação com o território e o acesso a serviços de saúde adequados e diferenciados. A saúde indígena deve ser abordada de forma integral, respeitando os conhecimentos ancestrais e fortalecendo o diálogo entre a medicina tradicional e o sistema de saúde pública.	    
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Este eixo busca fortalecer a educação indígena por meio de um ensino intercultural, garantindo o direito ao aprendizado de qualidade sem comprometer a identidade e os saberes tradicionais dos povos indígenas. Além disso, propõe a inclusão de tecnologias e inovação de forma adaptada às realidades locais, promovendo o acesso à informação e o desenvolvimento sustentável das comunidades.	    
CULTURA E DIREITOS PLURIÉTNICOS Este eixo tem como objetivo promover a valorização e a preservação das culturas indígenas, assegurando os direitos pluriétnicos e a autodeterminação dos povos indígenas. A diversidade cultural dos povos indígenas deve ser reconhecida e fortalecida por meio de políticas públicas que garantam o direito à identidade, à memória e à expressão de suas tradições, línguas, patrimônio cultural e formas de organização social.	    
SEGURANÇA E PROTEÇÃO TERRITORIAL Este eixo tem como objetivo garantir a segurança dos povos indígenas e a proteção de seus territórios contra ameaças como invasões, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e violência. A proteção territorial deve ser conduzida com o protagonismo das comunidades indígenas, fortalecendo mecanismos de vigilância, autodefesa e denúncia.	    

Fonte: SUDAM (2025).

Na terceira reunião, em formato *on-line*, realizada no início de abril de 2025 com os representantes das instituições federais, foram convidadas as mesmas que estiveram presentes na reunião presencial em fevereiro/2025, sendo elas: ICMBio, Funai, Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A motivação do encontro foi reiterar o objetivo do plano e, em especial, apresentar o formulário de coleta das escutas ativas, com a demonstração do seu preenchimento, além de apresentar os 07 (sete) eixos que

constarão no plano. Por fim, foi deliberado a aprovação dos eixos elaborados, bem como estabelecido que essas instituições deveriam registrar no formulário suas escutas ativas existentes e encaminhar à Sudam para análise e consolidação das informações prestadas.

A quarta reunião presencial foi realizada em Boa vista/RR no mês de maio de 2025 com os técnicos da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES) que tem atuação direta com o público alvo, tanto os residentes na capital como nos seus territórios de origem. A Secretária Adjunta em conjunto com a coordenadora da área indígena demonstrou entusiasmo com o que estava sendo trabalhado e a forma como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos. Solicitaram apenas que seja dada atenção aos indígenas que não habitam seus territórios de origem e que acabam vivendo em situação de rua, em especial, na capital do estado.

A quinta reunião presencial, realizada em Boa vista/RR no mês de maio de 2025, com a representante da Funai, teve como objetivo reforçar a importância da participação direta da instituição, bem como dos líderes indígenas aos quais a Funai tem acesso direto. Apresentou-se novamente o formulário de coleta das escutas ativas, demonstrando seu preenchimento e a apresentação dos 07 (sete) eixos que estarão presentes no plano, conforme mencionado anteriormente. Além disso, foi apresentado, de forma sucinta, o estágio dos trabalhos de formulação do plano. Nesta ocasião, foi solicitado à Sudam, representada pela Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas e pela coordenadora da Coordenação de Elaboração de Planos e Programas (CPLA), a realização de uma oficina presencial na qual pudessem estar presentes as lideranças indígenas, a fim de validar o protagonismo delas no processo de construção do plano e, ao mesmo tempo, possibilitar que as comunidades apresentassem suas próprias demandas após o conhecimento e entendimento da metodologia de formulação do PIDSTI-RR. O pedido foi aceito e viabilizado pela autarquia.

A sexta reunião, realizada de forma presencial no Palácio do Governo de Roraima, contou com a presença do governador do estado e de alguns de seus secretários, os quais foram informados sobre o estágio dos trabalhos. Reiterou-se, na ocasião, a necessidade de que as escutas ativas fossem encaminhadas à Sudam, visto que o número de formulários entregues era reduzido, o que gerava preocupação por parte da unidade técnica da autarquia, considerando que os dados levantados em pesquisa prévia indicavam que as necessidades de atendimento das demandas seriam maiores do que as formalizadas. Ficou estabelecido que a SEPI lideraria esse

trabalho, com o objetivo de reunir e consolidar as demandas de todas as secretarias do estado que tivessem relação direta ou indireta com o público-alvo do plano para, em seguida, encaminhá-las à Sudam.

A sétima reunião marcou a realização da oficina presencial, na sede da Funai, no final de maio de 2025, com caráter técnico-operacional. Nela, foram apresentados o objetivo do plano, a estrutura metodológica e o formulário de escuta ativa, além da demonstração prática de seu preenchimento, com vistas a garantir que as contribuições coletadas junto aos povos indígenas fossem sistematizadas com qualidade e precisão.

Após as fases de reuniões estruturantes, iniciou-se a fase de levantamento e consolidação das demandas, com foco nas escutas ativas realizadas pelas instituições federais e locais. O processo contemplou o envio de formulários por e-mail para essas instituições, a fim de preencherem as demandas, classificando-as nos macroeixos temáticos e estabelecendo prioridades de curto, médio e longo prazo. As rodadas de diálogo com as lideranças indígenas e instituições prosseguiram, visando esclarecer ainda mais o trabalho e assegurar a obtenção de demandas fidedignas às realidades e desafios vivenciados nos territórios.

Os trabalhos avançaram, e a etapa de sistematização das demandas coletadas buscou promover a vinculação técnica com as entregas previstas no PPA Federal 2024–2027 (Anexo I), garantindo maior efetividade e possibilidade de institucionalização das demandas obtidas por meio das escutas ativas. Essa etapa representa o ápice metodológico do plano, pois viabiliza a integração entre as prioridades dos territórios indígenas e os compromissos assumidos pela União, resultando inicialmente em 37 escutas ativas recebidas, o que ocasionou 89 vinculações com as entregas dos ministérios setoriais parceiros do PRDA 2024/2027 não repetidas em um total de 170 entregas vinculadas, gerando a possibilidade de atendimento das demandas por meio de 12 ministérios setoriais conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese das escutas ativas e vinculações às entregas setoriais no âmbito do PRDA 2024/2027.

Item	Descrição	Quantidade
1	Escutas ativas recebidas contribuições coletadas por meio de correio eletrônico institucional	37
2	Vinculações realizadas vinculações estabelecidas entre as escutas ativas e as entregas dos ministérios setoriais parceiros	89
3	Total de entregas vinculadas entregas distintas sem duplicidade	170
4	Ministérios setoriais envolvidos ministérios setoriais com potencial de atendimento às demandas identificadas	12

Fonte: Sudam, 2025.

A oitava reunião ocorreu em meados de agosto de 2025 tendo como foco o alinhamento e a união de esforços para realização da etapa de validação das escutas ativas recepcionadas. Além disso, foram apresentadas à conclusão de algumas etapas do processo de formulação do plano e a proposição de construção conjunta da missão, dos valores e da visão de futuro do plano.

Ressalta-se que diversas instituições federais e locais foram convidadas, por meio de ofícios-convite, em especial a SEPI/RR, o ICMBio, a Funai e as lideranças indígenas. Estas últimas foram as mesmas que apresentaram as demandas ao plano por meio das escutas ativas realizadas. Naquela oportunidade, foi solicitado apoio de infraestrutura e logística para realização do evento, no qual o estado de Roraima, por meio do representante da SEPI, confirmou a concessão de apoio e firmou a data de 18 de setembro de 2025 para sua realização.

A fase de validação das escutas ativas coletadas junto aos atores locais, especialmente representantes das comunidades indígenas, foi realizada por meio do Seminário de Validação das Escutas Ativas do PIDSTI-RR, ocorrido em meados de setembro de 2025, em Boa Vista/RR, com o apoio do Governo do Estado de Roraima, que disponibilizou o auditório da Fundação de Amparo e Pesquisa de Roraima (FAPERR) para a realização do evento (Anexo II).

O seminário contou com a participação de mais de 50 pessoas, entre representantes indígenas de etnias diversas como macuxi, yanomamis e outras. Assim como de instituições vinculadas à pauta indígena como a Funai, SEPE, MDS, INCRA, Embrapa e outras mais, que participaram de uma programação técnica estruturada em dois momentos principais. O primeiro consistiu na construção coletiva

da missão, dos valores e da visão de futuro do Plano, enquanto o segundo foi destinado à validação das 37 escutas ativas anteriormente recepcionadas e vinculadas ao PPA Federal 2024–2027 pela Sudam.

Na atividade inicial, realizada no período da manhã, os participantes contribuíram de forma colaborativa para a definição dos elementos estratégicos do Plano, alcançando os seguintes resultados conforme demonstra o Infográfico 7.

Infográfico 7 - Missão, Valor e Visão de futuro do plano



Fonte: Sudam, 2025

Na etapa de validação das escutas ativas, deliberou-se pela manutenção das 37 demandas inicialmente apresentadas, em razão da relevância e especificidade das necessidades identificadas pelas comunidades. Durante o seminário, realizaram-se ajustes pontuais quanto à área de alcance, os valores estimados e aos prazos, resultando em 34 escutas ativas consolidadas e complementadas.

Adicionalmente, foram incorporadas 56 novas escutas ativas, provenientes de etnias distintas, para fins de vinculação ao PPA Federal, conforme detalhado neste plano. Assim, o plano contempla 93 demandas (escutas ativas), associadas a 144 entregas não repetidas, totalizando 497 entregas relacionadas a 18 ministérios setoriais, os quais poderão direcionar esforços para o atendimento dessas demandas registradas conforme demonstra sinteticamente o Quadro 4 e de forma mais detalhada o Anexo I.

Quadro 4 – Síntese consolidada das escutas ativas e das entregas setoriais previstas no PRDA 2024–2027

Item	Descrição	Quantidade
1	Escutas ativas demandas registradas no plano	93
2	Entregas associadas (não repetidas) entregas distintas vinculadas às demandas identificadas	144
3	Total de entregas relacionadas entregas relacionadas ao conjunto das demandas contempladas	497
4	Ministérios setoriais envolvidos ministérios setoriais com potencial de direcionamento de esforços	18

Fonte: Sudam, 2025.

Com a realização do seminário, o conteúdo do PIDSTI-RR foi validado de forma participativa, garantindo que suas diretrizes e ações reflitam as demandas reais e legítimas das comunidades indígenas de Roraima.

Dessa forma, a metodologia adotada reforça o compromisso do Plano com o respeito aos modos de vida indígenas, o fortalecimento da governança colaborativa e a efetividade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas.

5. MODELO LÓGICO

O modelo lógico constitui um instrumento metodológico essencial para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas. Sua aplicação permite explicitar, de forma estruturada e integrada, a relação causal entre insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, favorecendo tanto a compreensão quanto a efetividade da intervenção pública. Por meio dessa ferramenta, torna-se possível identificar os recursos necessários, as ações planejadas, os resultados esperados e as transformações pretendidas, garantindo maior coerência e transparência na execução da política. Além disso, o modelo lógico contribui para o aprimoramento da comunicação entre gestores, executores e beneficiários, promovendo uma visão compartilhada sobre os objetivos e as estratégias de implementação (IPEA, 2018; SECCHI, 2010).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018), o modelo lógico é composto pelos seguintes elementos:

- **Insumos:** correspondem aos recursos indispensáveis à execução da política, sejam eles financeiros, humanos, materiais, institucionais ou de conhecimento. Incluem, por exemplo, o engajamento de atores locais, a atualização de marcos normativos, a elaboração de diagnósticos territoriais e a realização de estudos técnicos.
- **Atividades:** representam as ações e serviços desenvolvidos no âmbito da política pública. Podem ser diretas, quando incidem sobre os beneficiários (como capacitações e incentivos produtivos), ou indiretas, quando se referem a ações de suporte e gestão (como a formação de equipes, a estruturação de sistemas e a coordenação interinstitucional). Essas atividades devem ser organizadas em processos encadeados, de modo que cada uma delas tenha correspondência direta com os insumos necessários à sua execução.
- **Produtos (outputs):** são os resultados imediatos e mensuráveis decorrentes das atividades, expressos em termos quantitativos. Podem incluir, por exemplo, o número de projetos implementados, de famílias beneficiadas, de técnicos capacitados ou de iniciativas estruturantes executadas.
- **Resultados (outcomes):** referem-se às mudanças observáveis no curto e médio prazo, decorrentes das intervenções realizadas, como o fortalecimento de capacidades institucionais, a melhoria de práticas produtivas sustentáveis ou a ampliação do acesso a serviços e oportunidades no território.

- **Impactos:** traduzem as transformações de longo prazo geradas pela política, manifestas em alterações estruturais e duradouras sobre a realidade socioeconômica e ambiental, tais como o aumento do bem-estar social, a redução das desigualdades regionais e a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

A estruturação do modelo lógico do PIDSTI-RR foi concebida em consonância com o Manual *ex-ante* de Avaliação de Políticas Públicas (IPEA, 2018) e com a metodologia do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (SUDAM, 2023). Essa integração metodológica assegura a coerência entre a teoria da mudança da política e as especificidades territoriais do estado de Roraima, permitindo o alinhamento entre os instrumentos de planejamento regional e as diretrizes de desenvolvimento.

De forma inovadora, o modelo lógico do PIDSTI-RR incorpora os eixos temáticos identificados junto aos documentos de planejamento nacional e local adotado como base de formulação do presente plano. Ademais, o Seminário de Validação das Escutas Ativas, realizado com a participação de atores locais, constituiu-se como elemento estruturante da “árvore lógica” do Plano, a partir da qual se desencadeia uma análise de risco evidenciado no Anexo III- Matriz de Riscos do Plano.

Essa análise detém função estratégica essencial na gestão e no monitoramento do plano, com o objetivo de identificar, avaliar, classificar e propor estratégias de mitigação para riscos que possam comprometer a implementação, a sustentabilidade e os resultados previstos, assegurando a efetividade das ações e a proteção dos interesses dos povos indígenas e de seus territórios.

Nesse sentido, o Anexo III- Matriz de risco configura-se como um instrumento de gestão preventiva que apoia a tomada de decisão, protege a integridade das ações e visa assegurar a continuidade do desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas de Roraima.

No que concerne o modelo lógico do plano, cada eixo reflete uma cadeia de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos interligados, evidenciando a lógica de causalidade e a complementaridade entre as ações propostas. O Quadro 5 apresenta o modelo lógico para o Plano Integrado.

Quadro 5 - Modelo Lógico para o PIDSTI-RR



Fonte: SUDAM (2025).

No que se refere aos insumos, o Plano considera tanto os recursos orçamentários e financeiros, oriundos de fontes públicas (União, estados e municípios) e de fundos reembolsáveis e não reembolsáveis, quanto os recursos não orçamentários, baseados em ativos de natureza intelectual, institucional e organizacional, fundamentais para a coordenação e execução das ações. As atividades, por sua vez, compreendem os esforços técnicos e operacionais necessários à implementação dos projetos estruturantes definidos.

Os produtos resultam das entregas concretas do Plano - projetos elaborados e executados, capacitações realizadas, arranjos produtivos fortalecidos e ações administrativas adotadas - demonstrando sua eficácia imediata. Os resultados traduzem os efeitos positivos sobre a dinâmica territorial, expressos no fortalecimento da governança regional, no incremento da competitividade local e na melhoria das condições socioeconômicas. Por fim, o impacto reflete a transformação estrutural do território, consolidando bases sustentáveis de desenvolvimento, integração produtiva e inclusão social no longo prazo à sociedade.

6. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS

Considerando as demandas sociais prioritárias identificadas para os territórios indígenas de Roraima, este documento consolida e detalha um conjunto de ações estratégicas formuladas a partir de um processo participativo de coleta e análise de dados. As informações foram obtidas por meio de escutas ativas realizadas em diferentes etapas e contextos, conduzidas pela SEPI, pelo ICMBio e pelas lideranças indígenas, com apoio técnico e metodológico da Funai.

Essas escutas ocorreram em reuniões, seminários, oficinas e *workshops* realizados especificamente para o território, tendo como foco principal identificar as prioridades sociais, econômicas, ambientais e culturais apontadas pelas próprias comunidades indígenas, respeitando seus modos de vida e formas tradicionais de organização.

O conjunto de ações priorizadas obtidas a partir das escutas ativas recepcionadas foi distribuído em três horizontes temporais de implementação: curto prazo (até 2 anos), contemplando ações emergenciais e estruturantes; médio prazo (até 5 anos), com foco na consolidação de políticas públicas continuadas; longo prazo (acima de 5 anos), voltado ao fortalecimento institucional, à sustentabilidade econômica e à consolidação de modelos de governança territorial e ambiental autônomos e participativos.

O quadro apresentado no Anexo I deste documento sintetiza o cruzamento entre as demandas sociais levantadas e as entregas interministeriais, evidenciando as potencialidades de sinergia entre as políticas públicas existentes e as necessidades específicas dos povos indígenas de Roraima. Essa relação entre demandas e entregas reflete um esforço de coordenação interinstitucional que espelha a metodologia aplicada na elaboração do PRDA 2024–2027.

O processo de construção do PRDA 2024–2027 representou um marco de inovação na política regional ao promover uma articulação inédita entre os instrumentos de planejamento regional e o PPA Federal 2024–2027. Essa integração permitiu que os programas finalísticos do governo federal fossem alinhados aos eixos estratégicos de desenvolvimento da Amazônia Legal, possibilitando uma pactuação efetiva de recursos, metas e entregas voltadas a promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento das economias locais e comunitárias.

No âmbito do PRDA 2024–2027, em 2024 foram pactuadas 79 Ações Estratégicas e 247 ações indicativa com 20 Ministérios Setoriais parceiros, resultando na previsão de 58 programas com 657 entregas institucionais distribuídas entre os nove estados da Amazônia Legal. Essas entregas abrangem desde ações de infraestrutura e logística sustentável até programas de fomento à bioeconomia, educação diferenciada, saúde indígena, inclusão produtiva e fortalecimento da governança territorial.

A proposta deste documento é aplicar a mesma lógica de integração e pactuação interinstitucional em um recorte territorial mais específico, voltado PIDSTI-RR. Esse plano busca traduzir, para a escala local, o modelo de governança e de execução pactuada do PRDA, assegurando que as políticas públicas federais cheguem de maneira mais eficiente, adaptada e coordenada às realidades dos povos e comunidades indígenas do estado.

O Quadro 6 apresenta, de forma ilustrativa e comparativa, informações gerais sobre os atributos do PRDA e os ministérios setoriais já comprometidos com sua implementação na Amazônia Legal. Esse quadro serve como referência metodológica e técnica para a estruturação das ações do PIDSTI-RR, reforçando a importância da integração entre os instrumentos de planejamento territorial, a execução orçamentária federal, a responsabilidade tributária e as demandas sociais identificadas pelas populações indígenas.

Quadro 6 – Relação do Plano Integrado entre os atributos do PRDA e do PPA Federal.

EIXOS DO PRDA	PROGRAMAS DO PRDA	MINISTÉRIOS PARCEIROS
Desenvolvimento Produtivo	Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável	MIDR/MDIC/MDA/MCTI/MTUR/MMA
	Agropecuária Inclusiva e Sustentável	MAPA/MDA/MMA/MPA
	Indústria e Serviços Sustentáveis	MTUR/MinC/MDIC/MIDR
Pesquisa, Inovação e Educação	Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia	MCTI/MAPA/MS
	Qualificação do Capital Humano	MEC/MMA/MCTI
Infraestrutura Econômica e Urbana	Logística e Integração	MT/MPOR/ MCOM/MIDR
	Infraestrutura Rural e Urbana	MCID/MT/MME
Meio Ambiente	Sustentabilidade e Conservação Ambiental	MMA/MPI/MCTI/MME
Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	MIDR/MCID
Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Inclusão Produtiva	MTE/MEC/MPI
	Bem-estar Social	MS/MEC/MJSP/MPI/MDHC

Fonte: SUDAM (2023).

Em síntese, este documento pretende fortalecer o papel do PIDSTI-RR como instrumento estratégico de planejamento participativo e territorializado, capaz de orientar o investimento público de forma coordenada, sustentável e alinhada aos princípios PNDR e aos ODS da Agenda 2030. Busca-se, assim, assegurar que o desenvolvimento dos territórios indígenas de Roraima ocorra de modo inclusivo, respeitoso às especificidades culturais e ambientalmente responsável.

Com base no potencial de articulação já realizado com o governo federal, e considerando os territórios indígenas de Roraima como espaço prioritário de intervenção pelo governo estadual e por esta autarquia, a atuação poderá contar com um conjunto de Entregas dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027 a serem negociadas para sua implementação (Anexo I). Esse processo de pactuação com os Ministérios Setoriais deverá compor a estratégia de governança do PIDSTI-RR, incluindo a possibilidade de atualização contínua das demandas do Plano para incorporar, de forma alinhada, as entregas previas no próximo ciclo do PPA Federal.

Assim, o Anexo I – Demandas prioritárias para os territórios indígenas de Roraima apresenta a relação de demandas por área de abrangência e em horizontes temporais de Curto, Médio e Longo prazos que correspondem a até 2 anos, até 5 anos e mais de 5 anos, respectivamente.

Ademais, o Anexo I – que registra demandas com recursos estimados e parceiros apresenta os valores estimados e necessários para a execução de cada ação, os possíveis parceiros regionais e os ministérios setoriais com suas entregas previstas no PPA federal para o período de 2024-2027. O mapeamento dessas entregas espelha a transversalidade entre demanda e oferta, com a indicação de possíveis recursos orçamentários para a execução das ações, orientando a implementação das políticas no território e favorecendo a articulação de instituições como a Sudam junto aos ministérios setoriais.

Somam-se aos recursos orçamentários presentes nos Planos Plurianuais os instrumentos de ação da Sudam como meios para dar eficácia às demandas priorizadas, tais como o FNO, o FDA, os Incentivos Fiscais e as transferências voluntárias. Além destes, é possível articular o aporte de recursos de fundos de caráter nacional e supranacional, como o Fundo Amazônia.

Os territórios indígenas de Roraima precisam ser integrados ao processo produtivo e fortalecimento de suas cadeias produtivas, com sustentabilidade socioeconômica e ambiental, contribuindo para o alcance dos ODS, especialmente

aqueles voltados à redução das desigualdades sociais, à erradicação da pobreza e ao acesso à água potável e ao saneamento, entre outros, visando a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios onde estão as T.I que compõem a área de abrangência do Plano.

7. SISTEMA DE GOVERNANÇA

Dentro de um Estado democrático, a participação social é destacada e reivindicada pela sociedade como forma de cogestão, controle social das políticas públicas e de indução do desenvolvimento econômico, principalmente após a institucionalização de canais participativos com a edição da Constituição Federal de 1988.

O PIDSTI-RR é resultado de um processo de concertação interinstitucional e participativa, envolvendo o Governo Federal, o Governo do Estado de Roraima e as lideranças representativas dos povos indígenas. Essa construção coletiva reconhece e valoriza o protagonismo dos povos originários na formulação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, assim como o papel das instituições regionais que atuam na promoção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural.

O processo de elaboração do Plano fundamenta-se na cooperação entre diferentes esferas de governo e no diálogo permanente com os atores locais, assegurando que as ações propostas estejam alinhadas às demandas reais das comunidades indígenas, ao fortalecimento das capacidades institucionais regionais e à integração de políticas públicas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e o respeito à diversidade sociocultural dos territórios de Roraima.

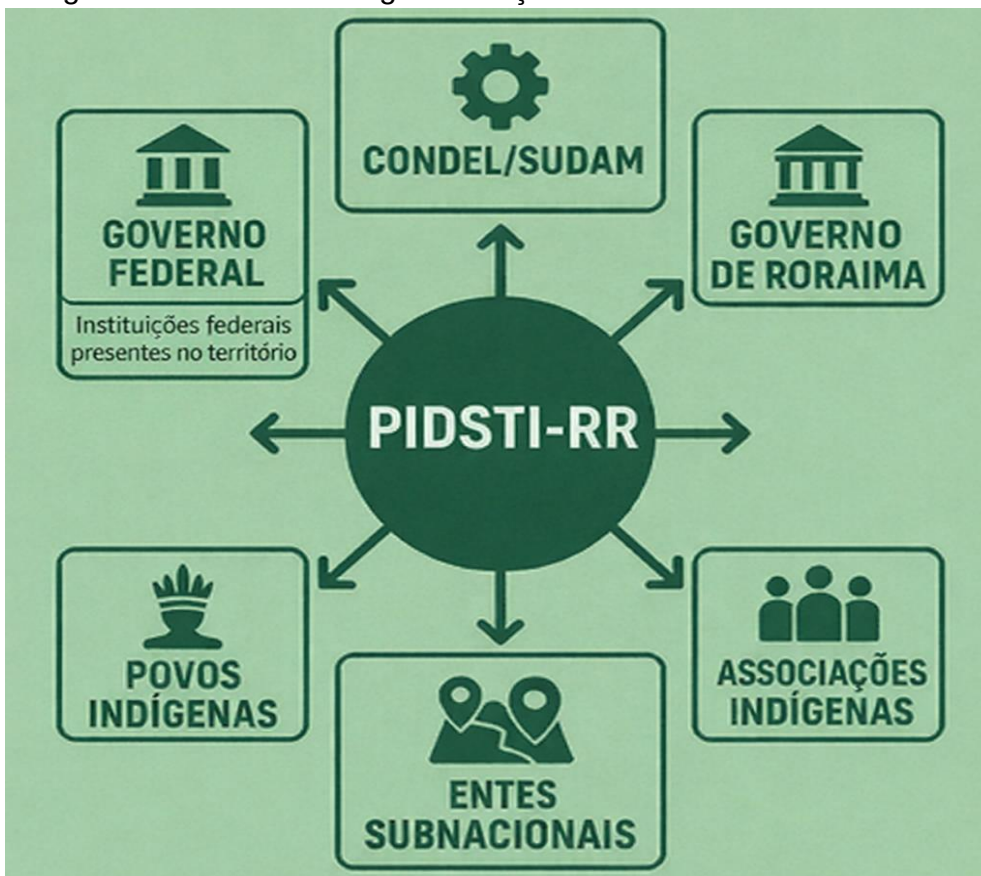
O Plano foi construído a partir de um amplo processo de discussão e de pactuação entre os diversos atores que conhecem e vivenciam o cotidiano dos povos originários do território de Roraima, bem como os problemas e as dificuldades enfrentados quanto às estruturas deficientes e a precariedade dos serviços públicos oferecidos pelo poder público. Ao dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São pessoas que têm, portanto, diferentes leituras sobre o território e, conseqüentemente, forma peculiar de demandar ao poder público.

Além do compromisso com os princípios democráticos e com o atendimento aos princípios legais, o Plano Integrado reconhece a importância de que os processos participativos conferem maior legitimidade ao planejamento territorial, porque possibilitam uma leitura mais assertiva do espaço público e promove o engajamento da sociedade com os compromissos e as estratégias adotadas.

Busca-se, portanto, que o PIDSTI-RR fomente políticas públicas capazes de promover desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, irradiando

benefícios para toda a comunidade e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem nesses territórios. O Infográfico 8 apresenta o modelo de governança para o Plano Integrado.

Infográfico 8 – Modelo de governança do PIDSTI-RR



Fonte: SUDAM (2025).

- O modelo de governança do Plano Integrado tem como elemento central o Conselho Deliberativo da Sudam – Condel/Sudam instituído por meio da Resolução CD/Condel/Sudam nº 65 de 29 de dezembro de 2017 é o órgão superior de direção, composto por representantes federais, estaduais e do setor produtivo da Amazônia Legal.
- A composição do Condel inclui o Ministro do MIDR- presidindo, Superintendente da Sudam como secretário executivo, os governadores dos estados da Amazônia Legal, representantes dos ministérios setoriais, representantes da região (bancadas estaduais do Congresso Nacional e prefeitos representantes das capitais da Amazônia Legal) e setor produtivo (Presidentes de Federações das Indústrias (FI) dos estados da região, Presidentes de Federações da Agricultura e Pecuária (FA) dos estados da região.) sendo a instância legal responsável por consolidar as demandas sociais e estabelecer a conexão entre a sociedade local, o governo federal e as demais instituições regionais, em especial, na definição de diretrizes, prioridades e

aprovação do PRDA e o uso do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), assim como do Fundo Constitucional do Norte (FNO)..

No âmbito federal, a governança do PIDSTI-RR envolve a atuação articulada dos ministérios setoriais e instituições federais presentes no território e que tenham atuação junto ao público alvo do plano, com destaque para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Cultura (MinC).

O MIDR exerce papel central por ser o órgão responsável pela coordenação e acompanhamento de políticas públicas como a PNDR, Cidades Intermediadoras⁷, além de ter o seu titular na presidência do Condrel/Sudam. O MPI desempenha função estratégica na articulação das políticas voltadas aos povos indígenas, tendo sob sua estrutura a Funai, entidade de referência na implementação de ações e na mediação de demandas territoriais e socioculturais. O MinC, por sua vez, contribui para a salvaguarda em conjunto com MPI as tradições e expressões culturais dos povos originários.

Ainda no contexto federal, a Sudam, a Funai, os representantes do Ministérios Setoriais constituem instituições-chave na governança do Plano, com responsabilidades de coordenação técnica, articulação interinstitucional e integração das políticas públicas federais direcionadas aos territórios indígenas de Roraima. Ambas atuarão em cooperação com os demais ministérios e órgãos federais com competências complementares, assegurando coerência e sinergia nas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à valorização das comunidades indígenas.

Em nível estadual, a SEPI representará oficialmente o Governo de Roraima, atuando como instância de interlocução junto às demais secretarias e órgãos estaduais para garantir a convergência de políticas e programas governamentais no território.

A gestão municipal também desempenhará papel relevante na estrutura de governança do PIDSTI-RR, por constituir o locus de implementação de diversas ações. Sua participação, representada pelos prefeitos ou delegados formais, assegura a aderência das ações à realidade local e fortalece a coordenação Inter federativa.

A representação dos Povos Indígenas, público-alvo do Plano, será de fundamental importância para o direcionamento estratégico e a legitimidade das

⁷ Programa Cidades Intermediadoras: visa fortalecer a rede urbana brasileira e promover o desenvolvimento regional cujo objetivo é ampliar o acesso a bens e serviços públicos, bem como criar centro de dinamização em cidades de médio porte, conectando regiões periféricas e dinamizando a economia local.

decisões. Essa participação se dará por meio das lideranças étnicas ou representantes designados pelas comunidades, assegurando a escuta ativa e o protagonismo dos povos originários em todas as etapas da governança e execução do PIDSTI-RR.

Como instância de apoio técnico, o Condel/Sudam contará com o suporte de um Comitê Técnico, por ele instituído, composto por representantes do Fórum de Gestores Federais (FGF) e do Comitê Regional de Instituições Financeiras Federais (CORIFF). Esse Comitê terá como atribuições acompanhar e avaliar a execução do Plano, emitir recomendações técnicas e articular ações complementares junto aos órgãos e entidades envolvidas, assegurando o alinhamento operacional e maior efetividade das iniciativas previstas no PIDSTI-RR.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são componentes cruciais na gestão de qualquer plano, programa ou projeto, seja ele público ou privado. Segundo o Guia Prático de Análise *ex ante* de Políticas Públicas (IPEA, 2018), o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Por monitoramento, entende-se o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política. Essa visão em tempo real do desempenho é vital para evitar desperdícios de recursos e para maximizar o impacto das ações implementadas, conforme apresentado no Quadro 7

Quadro 7 – Indicadores de monitoramento da implementação do PIDSTI-RR.

TIPO DE INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	OBJETIVO
Formulação de Projetos	$\frac{[\text{Total de projetos formulados}]}{[\text{Total de escutas ativas validadas}]}$	Medir o atendimento das escutas ativas validadas por meio da formulação de projetos, indicando o percentual de formulação de projetos.
Execução Física dos Projetos	$\frac{[\text{Total de Projetos Concluídos}]}{[\text{Total de Projetos Planejados}]} \times 100$	Medir o progresso físico dos projetos, indicando o percentual de conclusão em relação ao planejado.
Execução Financeira dos Projetos	$\frac{[\text{Despesas Realizadas}]}{[\text{Orçamento Alocado}]} \times 100$	Avaliar a utilização dos recursos financeiros, mostrando a proporção do orçamento que foi efetivamente gasto.
Medidas Administrativas Implementadas	$\frac{[\text{Número de Medidas Administrativas Implementadas}]}{[\text{Total de Medidas Administrativas Planejadas}]} \times 100$	Monitorar a implementação e eficácia de ações administrativas específicas dentro do Plano de Ação, garantindo a aderência aos procedimentos e políticas estabelecidas.
Percentual de Implementação Geral	$\frac{[\text{Número de Ações Implementadas}]}{[\text{Total de Ações Pactuadas}]} \times 100$	Monitorar o avanço geral do Plano de Ação, indicando quantas das ações pactuadas foram efetivamente realizadas.

Fonte: SUDAM (2025).

A avaliação, por outro lado, oferece uma análise mais profunda e retrospectiva. Segundo o Ipea (2018), a avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política. Ela é essencial para compreender questões como os desafios enfrentados e a medição da eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, avaliando se os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos iniciais. Assim, a avaliação contribui para maior

compreensão do curso das ações, permitindo que lições sejam aprendidas e aplicadas em futuras iniciativas. Além disso, a avaliação desempenha papel crucial na prestação de contas aos atores envolvidos no processo, justificando o uso de recursos e reforçando a transparência nas ações.

A estratégia de monitoramento e avaliação do PIDSTI-RR tem como objetivo estabelecer um sistema contínuo e participativo que possibilite acompanhar a implementação, mensurar a eficiência e a efetividade, promover a transparência e gerar aprendizados para o aperfeiçoamento das ações do Plano.

Os princípios orientadores da estratégia de monitoramento e avaliação são: participação ativa das comunidades indígenas e das instituições federais e locais; transparência e prestação de contas; foco em resultados de desenvolvimento sustentável; gestão adaptativa e aprendizado contínuo; e, por fim, respeito à cultura e aos saberes tradicionais

Esse processo compreenderá duas partes. A primeira terá foco na implementação das ações, ou seja, serão monitorados e avaliados os indicadores de formulação, execução física e financeira dos projetos elencados, bem como o percentual de implementação das demais ações que forem pactuadas. Assim, cada formulação, entrega materializada de um projeto, medida administrativa ou outro tipo de ação definida terá uma métrica, pela qual será identificado, ao longo do andamento do Plano, o quanto está evoluindo. A análise conjunta dos indicadores de implementação das ações mostrará o percentual de execução dos projetos e ações propostas, relacionado a uma análise de eficácia, que se destina a demonstrar a entrega dos produtos dentro do modelo lógico do Plano.

O monitoramento e a avaliação da implementação do Plano Integrado evidenciarão, ainda, as dificuldades encontradas para a execução das ações, dentro de um processo de discussão de soluções necessárias entre os atores envolvidos. Assim, durante o processo de monitoramento, devem ocorrer reuniões de alinhamento estratégico para identificação de entraves e pactuação de ações corretivas.

O monitoramento deve contemplar a definição de indicadores-chave e um processo de coleta e análise de dados, com a definição de sistemas de coleta de dados e aplicação de métodos analíticos para interpretar os dados coletados e informar decisões futuras. Ademais, será estabelecido um cronograma de monitoramento, com revisões periódicas, para garantir a atualização constante dos dados e ações.

A avaliação de implementação, isto é, da eficácia das ações, retratará o processo de execução bianual, demonstrando os principais avanços e desafios enfrentados. Serão utilizadas técnicas para identificar barreiras na implementação do plano, incluindo questões legais, logísticas e de engajamento dos atores. Além disso, será importante a utilização de canais de comunicação eficazes para receber feedback contínuo dos stakeholders.

A segunda parte da estratégia de monitoramento e avaliação do PIDSTI-RR será voltada principalmente à avaliação de eficiência e efetividade, a qual será realizada ao final da vigência do Plano. Para isso, serão utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas que terão por objetivo identificar o impacto e o custo-benefício das ações implementadas em indicadores de desenvolvimento sustentável, cujo desempenho será acompanhado ao longo do período. Além disso, os indicadores abordados na seção de contextualização socioeconômica serão acompanhados no período por meio do conjunto de indicadores de implementação abordados anteriormente, com o objetivo de obter uma visão ampla da situação local mais recente e ajustar o curso das ações conforme se demonstrar necessário.

Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do PIDSTI-RR será implementada conforme ilustrado no Infográfico 9.

Infográfico 9 – Estratégia de monitoramento e avaliação do PIDSTI-RR



Fonte: SUDAM (2023).

A estratégia, bem como os procedimentos de monitoramento e avaliação executados no âmbito do PIDSTI-RR terão como base o Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas (BRASIL, 2018) e o Guia metodológico para monitoramento

e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional (INSTITUTO PUBLIX, 2023), publicado pela Sudam, além de outras referências a serem definidas no momento de elaboração dos documentos.

Quanto a frequência de emissão dos relatórios de Monitoramento e Avaliação, estes ocorrerão bienalmente e terão ampla publicidade, por meio do site da autarquia e do Portal do PRDA. O referido trabalho buscará resultados que promovam a cultura do aprendizado e da melhoria contínua, em que a revisão periódica do Plano permitirá o ajuste estratégico, a priorização de ações mais efetivas e o reforço da autonomia indígena na governança do território.

9. CONSIDERAÇÕES

O Plano representa um marco no processo de planejamento voltado aos territórios indígenas do estado de Roraima, consolidando uma nova etapa de construção participativa e de valorização do conhecimento local. Ao incorporar a escuta qualificada da sociedade e reconhecer a diversidade de percepções sobre o território, o Plano rompe com abordagens exclusivamente técnicas e centralizadas, promovendo uma visão mais ampla, inclusiva e alinhada às realidades socioculturais das comunidades indígenas.

A metodologia empregada permitiu a identificação de demandas específicas e plurais, revelando que cada etnia possui uma leitura própria do território e, portanto, formas distintas de interação e de demanda ao poder público. Essa aproximação entre o planejamento institucional e as percepções locais fortaleceu o princípio da governança territorial participativa, base essencial para a efetividade das políticas públicas de desenvolvimento regional.

O PIDSTI-RR sistematiza as principais demandas sociais, culturais e produtivas dos territórios indígenas, sem a pretensão de exauri-las, mas com o propósito de oferecer um instrumento de coordenação e integração entre diferentes esferas de governo, instituições públicas e organizações sociais. Sob a liderança do Condel/Sudam, o Plano articula esforços junto aos ministérios setoriais, a parceiros regionais, locais e do setor privado para viabilizar ações que promovam transformações econômicas, sociais, ambientais e institucionais duradouras.

A convergência entre as demandas sociais identificadas e as ações planejadas em âmbito federal possibilitou a elaboração de uma matriz de correspondência demanda–entrega, detalhada no Anexos I deste documento. Essa estrutura reforça a importância da mobilização de recursos orçamentários e não orçamentários, além de outras fontes de financiamento complementares, fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas de Roraima.

Os resultados esperados com a implementação do Plano são expressivos e abrangem melhorias concretas nas condições de vida das populações indígenas, com destaque para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento da produção local e da renda, a garantia da segurança jurídica e fundiária, a preservação ambiental e a modernização da gestão pública local. Tais resultados refletem o compromisso institucional de promover um desenvolvimento que una equidade, sustentabilidade e prosperidade.

O PIDSTI-RR, portanto, afirma-se como um instrumento estratégico de indução e integração de políticas públicas, capaz de articular diferentes atores e iniciativas em torno de um objetivo comum: a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas de Roraima. Ao fomentar a cooperação interinstitucional, o diálogo social e o protagonismo comunitário, o Plano consolida uma base sólida para a construção de um futuro mais justo, inclusivo e ambientalmente equilibrado.

O MIDR e a SUDAM, ao cumprirem suas missões institucionais, reafirmam a convicção de que a participação social, a cooperação federativa e o intercâmbio de saberes constituem os caminhos mais promissores para alcançar um desenvolvimento sustentável, integrado e incluyente na Amazônia Legal.

Assim, o Plano deixa como legado não apenas um plano de ação, mas uma visão de futuro compartilhada, construída com diálogo, respeito e compromisso com a transformação positiva do território e de seus povos.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Garamond. 2005.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.v.2.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). **Banco de informações de transportes**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bit-mapas>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Informações de Saúde (TABNET)**. 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). **Plano Distrital de Saúde Indígena 2024-2027**: Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima. Roraima, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/planos-distritais-2024-2027/plano-distrital-leste-de-roraima/view>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2024. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 23 mai. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Terras Indígenas: dados geoespaciais e mapas**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Base de Dados. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=42093>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/7113>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento territorial sustentável: abordagens e experiências brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil**: Referencial Conceitual e Metodológico. Brasília: IPEA, 2022. (Relatório Institucional nº 2).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. v.1. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos – relação de projetos**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). PRODES. **Desmatamento**. In: TERRABRASILIS. 2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados do IDEB**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO PUBLIX. **Guia para monitoramento e avaliação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional**. Brasília: Instituto Publix, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/sudam/pt-br/central-de-conteudo/repositorio-de-conhecimento/copy_of_e_book_3_sudam.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Terras indígenas no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MAPBIOMAS. **Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil de 1985 a 2023**. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Fact_Colecao-9_21.08-OK.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Painel IDHM**. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 23 mai. 2025.

RORAIMA. Governo do Estado. **Roraima 2030**: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima. Roraima, 2023. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/roraima2030-cgplan/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

RORAIMA. Governo do Estado. **Plano Plurianual Roraima 2024-2027**. Roraima, 2023b. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/ppa-cgplan-2024-2027/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027.** Belém: SUDAM, 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó.** Belém: SUDAM, 2023.

ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO DE RORAIMA

continua

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação social	Realização anual do Fórum Estadual de Organizações e Lideranças Indígenas, visa fortalecer a governança participativa.	Garantir um espaço representativo e intercultural de diálogo, articulação política e construção coletiva, que funcione como instrumento de monitoramento de políticas públicas, controle social e defesa de direitos, como a consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT, em respeito aos direitos dos povos indígenas	Todas as etnorregiões de Roraima	Médio	1.200.000,00	SEPI, Prefeituras municipais, Organizações Indígenas e FUNAI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
								Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação Social	Chamada Pública para Apoio a Eventos de CT&I voltados à Governança Indígena e bem-estar digital	Chamada pública da FAPERR para apoio a eventos que utilizem Ciência, Tecnologia e Inovação no fortalecimento da governança indígena em Roraima, integrando metodologias participativas e tecnologias sociais. A iniciativa visa ampliar a capacidade de formulação e monitoramento de políticas públicas pelos povos indígenas, promovendo diálogo entre saberes tradicionais e o Estado, com base na consulta livre, prévia e informada."	Todas as etnorregiões de Roraima	Curto	1.500.000,00	SEPI, FAPERR, UFRR, UERR, IFRR, IERR, FUNAI, SEED-RR, MGI, organizações indígenas e ONGs especializadas	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1984	Projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas a povos indígenas apoiados
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação social	Fortalecimento da participação da TWM nas instâncias governamentais	Participação da organização TWM nas instâncias governamentais é importante para garantir que as demandas das comunidades sejam atendidas.	Estado de Roraima	Médio	200.000,00	FUNAI; Prefeitura de Pacaraima; Governo de Roraima	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação social	Amazonizar a gestão	Projeto visa realizar cursos formativos sobre gestão e incidência política institucional. Assim como preparar lideranças indígenas para participação em Conselhos, Fórum, Consultar Prévias e Estudos.	Boa Vista e Pacaraima/ Taurepang, Macuxi, Wapichana e Sapará	Médio	100.000,00	SENAC, IFRR e INSIKIRAN	MPI	Direitos Pluriétnicos- Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Oficina de Produção de Redes de Descanso com fibras naturais, algodão, lã	Apoiar e valorizar a produção de redes na cultura indígena	Todos os povos indígenas do estado de Roraima	Curto	250.000,00	ICMBio, Embrapa, SEPI, Texoli Associação Ninan do Estado de Roraima e Hutukara – Associação Yanomami. OBS: Convênio ICMBio/FEST – Eixo Extensão (em operação)	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais.
									2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
									1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Oficina de Artesanato com Miçangas	Valorização do artesanato indígena	Todas as etnorregiões	Curto	400.000,00	SEPI, ICMBio, Hutukara Associação Yanomami e CASAY Recursos ADPF 709 e Convênio ICMBio/FEST – Eixo Extensão, SEPI	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais.
									2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
									1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da cidadania e o Bem viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Banco de Sementes tradicional	Iniciativa busca fomentar, preservar e valorizar sementes tradicionais das comunidades indígenas em Roraima.	Todos os povos indígenas do estado de Roraima	Médio	900.000,00	FUNAI, Embrapa, CONAB, CIR, MDA, IATER, SEADI, FEMARH, UFRR, IFRR, PREFEITURA, SEPI e Comunidades Indígenas.	MDIC	Neoindustrialização Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
									128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							MAPA	Agropecuária sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
								Pesquisa e inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
									425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial
									332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
							MCTI	Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI).
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
									903	Ações e projetos de inclusão e qualificação produtiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nos arranjos produtivos de plantas medicinais aromáticas, condimentares e fitoterápicos
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Cultura e Vidas	Fomento as atividades produtivas auto sustentáveis em terras indígenas com a aquisição de 500 matrizes e 50 reprodutores de ovinos e caprinos e insumos para as comunidades indígenas.	Todas as etnorregiões	Médio	2.500.000,00	MPI, FUNAI, EMBRAPA, IATER, ORGANIZAÇÕES INDÍGENA	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
									159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
							MAPA	Pesquisa e inovação agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
									47	Aumento do volume de crédito rural contratado
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
									1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Fomento às culturas anuais com kit de irrigação	a aquisição e distribuição de 200 KITS DE IRRIGAÇÃO em comunidades indígenas, considerando as mudanças climática, está fundamentada em fatores sociais, ambientais e econômicos que visam garantir a segurança alimentar, a preservação ambiental e o fortalecimento da autonomia dessas comunidades	Todas as etnorregiões	Curto	3.500.000,00	SEPI, FUNAI, GER, Prefeituras Municipais	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
							MAPA	Agropecuária sustentável	347	Instalação de Unidades de Referência Tecnológica (URTs) com sistemas irrigados sustentáveis, integrados a ações de conservação de água e solo e Águas do Agro
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	910	Mecanização e modernização de áreas da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, integradas à realidade local
									912	Tecnologias sociais para a agricultura familiar adquiridas e implementadas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Identidade cultural e território	Fortalecer e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades indígenas relacionadas à Confecção de cerâmicas e artesanatos tradicionais.	Todas as etnorregiões	Médio	600.000,00	SEPI, FUNAI, Minc, CIR, OMIR, APTSM, KAPOI, ODIC, KUAKRI, DUNUI, SANAU, SODIURR, APIR, TWM, ALIDICIR, KAMUU, KANDAN, APIW, UFRR, IFRR, PREFEITURAS, SEPI e Comunidades Indígenas	MDIC	Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional;	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							MTur	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
									MIN	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais.
									2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
								Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas
									1929	Feiras de artes, artesanatos e outros produtos da sociobiodiversidade indígenas apoiadas
									2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
							Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Produção, beneficiamento e sustentabilidade	Fortalecer agricultura, valorizando produtos orgânico indígena como: Farinha regional castanha, café e feijão e assim contribuindo para uma produção agrícola sustentável.	Todas as etnorregiões	Médio	1.800.000,00	FUNAI, Embrapa, CONAB, IATER UFRR, IFRR, PREFEITURAS, SEPI, Organizações Indígenas e Comunidades Indígenas	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
									910	Mecanização e modernização de áreas da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, integradas à realidade local
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Trad	1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
									1184	Participação de quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais na venda para mercados institucionais ampliada
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
									156	Capacitação de produtores

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Agropecuária indígena	Fortalecer a autonomia dos povos originários na produção de bovinocultura como forma de geração de renda e sustentabilidade em terras Indígenas	Todos os territórios que tem criação de bovinos.	Longo	5.000.000,00	FUNAI, Embrapa, CONAB, CIR, UFRR, IFRR, PREFEITURAS, SEPI, ATER, CIFRSS, IFRR, Organizações e Comunidades Indígenas	MAPA	Agropecuária Sustentável	331	Cadeias produtivas agropecuárias sustentáveis, descarbonizadas e resilientes
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1919	Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas em implementação
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Viveiros: espécies nativas.	Garantir ao plantio de árvores nativas madeiráveis e frutíferas que contribuirão a recuperação dos ecossistemas florestais nas áreas degradadas nas Terras Indígenas em Roraima	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Médio	2.000.000,00	FUNAI, Embrapa, CONAB, UFRR, IFRR, PREFEITURA SEPI, Organizações e Comunidades Indígenas	MMA	Bioeconomia para um ciclo de prosperidade	608	Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA implementado
							MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1934	Ações para recuperação ambiental em Terras Indígenas em andamento

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Fomento às Atividades Produtivas Auto Sustentáveis em Terras Indígenas.	Aquisição patrulhas mecanizadas: 3 patrulhas por região	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	9.500.000,00	SEPI	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo;
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Reflorestamento participativo com espécies nativas de valor ecológico, cultural e econômico (como pau-rosa, açaí, buriti), em parceria com comunidades indígenas, fortalecendo a soberania ambiental, o uso sustentável da biodiversidade e a inclusão socioprodutiva	Promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo por meio do reflorestamento participativo de áreas degradadas. As ações incluem a criação de viveiros comunitários, oficinas de educação ambiental, mutirões de plantio coletivo e O projeto busca integrar a restauração ambiental à preservação da cultura indígena, o cuidado com as florestas e o fortalecimento das novas gerações indígenas.	Todas as etnorregiões	Médio	400.000,00	SEPI, Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH	MMA	Bioeconomia para um ciclo de prosperidade	608	Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA implementado
								Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1934	Ações para recuperação ambiental em Terras Indígenas em andamento

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Oficinas de Biojoias, com sementes na confecção e produção de pulseiras, brincos e colares; Ensinar técnicas e seleção, preparo e manuseio das sementes para a produção de biojóias; Apoiar artesãos na criação de novas geração de renda através da comercialização de biojóias. Apresentar o empreendedorismo e promover a infraestrutura social para melhoria de vida e redução das desigualdades regionais.	Promover a valorização da biodiversidade e incentivando práticas ecológicas. Gerando impacto social e econômico positivo. Além de contribuir para a redução do desperdício, o uso de sementes proporciona uma alternativa econômica e criativa para a confecção de acessórios, fortalecendo comunidades artesanais e incentivando a preservação das espécies vegetais.	Boa Vista, atender as etnias: Macuxi Wapixana Ye'keana Taurepang Patamona e outras.	Curto	30.000,00	SUDAM	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais.
									2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
									1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
								Direitos Pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Agricultura Familiar, Bovinocultura, Avicultura, Piscicultura suinocultura	Projetos voltados para o plantio de mandioca, maracujá, macaxeira, milho, feijão, banana e criação de animais para seu sustento familiar e arames para cerca.	Comunidades indígenas (Interior) macuxi, Wapixana, Taulipang Ingaricó,	Médio	3.500.000,00	FUNAI, SEPI, IATER, SEADI	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
									2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
							MDA	Agricultura familiar Agroecologia e	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
									715	Contratos de crédito de custeio no âmbito do Pronaf para a produção de alimentos
									2261	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Agroecologia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
									908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
									906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
									910	Mecanização e modernização de áreas da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, integradas à realidade local
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Trad		1195	Cadastro da Agricultura Familiar - CAF para quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais
									1184	Participação de quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais na venda para mercados institucionais ampliada
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem-viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê.	1927	Organizações produtivas indígenas fortalecidas e articuladas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
									159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
									158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável inclusivo	Fortalecer as práticas produtivas nas comunidades indígenas.	As produções indígenas são fundamentais para garantia na segurança alimentar, geração de renda, preservação ambiental, sendo necessário ter apoio técnico, comercial para alcançar bons mercados visando o reconhecimento dos produtos indígenas.	Município de Pacaraima	Médio	400.000,00	FUNAI; Prefeitura de Pacaraima; Governo de Roraima (secretaria de agricultura, Secretaria do Estado dos Povos Indígenas)	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
								Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
									2025	Produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada por meio da fiscalização e aplicação de mecanismos de controle, para a garantia da qualidade orgânica
									373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
									47	Aumento do volume de crédito rural contratado
									2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
									128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
									2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
							MTE	Economia popular e solidária sustentáveis	1784	Implementação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Economia Popular e Solidária
							MDA	Abastecimento e soberania alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
									968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
								Agricultura familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
									2261	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Agroecologia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
									2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável Inclusivo	Fortalecer projeto da cadeia Produtiva da Castanha do Brasil, TI Trombetas mapuera.	Compras de equipamentos, combustível para acompanhamento de expedição, escoamento de produção. acompanhamento técnico, diárias de embarcadores de castanha. Pagamento de Frete de escoamento. Custo administrativo	Comunidades indígena Waiwai TI de Trombetas Mapuera, município de Caroebe	Curto	300.000,00	ISA	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
									158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
									128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							MAPA	Agropecuária sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
								Pesquisa e inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
									425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial
									332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
							MCTI	Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI).
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$		Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Apoio a empreendimentos econômicos indígenas, como artesanato, Culinária e comércio de produtos tradicionais.	Promover Cursos e oficinas de artesanato, Culinária como Panela de Barro, Fibra de buriti, entalhado de madeiras, biojóias e plumarias, e trançado de palha, e curso para comercialização de produtos tradicionais.	Boa Vista-RR e Estado de Roraima	Médio	*	CONAB FUNAI Secretarias Municipais Estaduais Poder legislativo SEADI SEPI IATERR Setrabes	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais.
									2805	Fomento/apoio a projetos culturais das cadeias produtivas da economia criativa
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
									1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1929	Feiras de artes, artesanatos e outros produtos da sociobiodiversidade indígenas apoiadas
									2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

*Valor total estimado de R\$ 35.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Implementação de hortas comunitárias e quintais produtivos agroflorestais, promovendo segurança alimentar e geração de renda, e sustentabilidade.	Promovendo segurança alimentar e geração de renda, com Projeto de produção agrícola de hortaliças e fruteiras nos quintais de casa na capital Boa Vista e Agrícola urbana e Periurbana conforme exemplificado no projeto Amazônia Indígena Sustentável.	Boa Vista-RR e Estado de Roraima	Médio	*	CONAB FUNAI Secretarias Municipais Estaduais Poder legislativo SEADI SEPI IATERR Setrabes	MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
							MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
									128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							MAPA	Agropecuária sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
								Pesquisa e inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
									425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial
									332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
							MCTI	Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI).
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MDA	Agricultura familiar e agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
									903	Ações e projetos de inclusão e qualificação produtiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nos arranjos produtivos de plantas medicinais aromáticas, condimentares e fitoterápicos
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1919	Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas em implementação
									1920	Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena em implementação

*Valor total estimado de R\$ 35.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Facilitação do acesso a programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para comercialização de produtos da sociobiodiversidade, da agricultura Periurbana.	Desburocratização para acessar as inscrições para o Programa PAA para comercialização e recebimento de alimentos para as Associações indígenas da capital Boa Vista como a Associação ODIC-RR como forma de assegurar o direito de ter segurança alimentar para famílias indígenas residente na capital de Boa Vista.	Boa Vista-RR e Estado de Roraima	Médio	*	CONAB FUNAI Secretarias Municipais Estaduais Poder legislativo SEADI SEPI IATERR Setrabes	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1923	Oficinas realizadas visando a qualificação de indígenas para o acesso ao PAA, ao PNAE e à PGPMBIO
							MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Trad	1184	Participação de quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais na venda para mercados institucionais ampliada
								Agricultura familiar e agroecologia	903	Ações e projetos de inclusão e qualificação produtiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nos arranjos produtivos de plantas medicinais aromáticas, condimentares e fitoterápicos
									905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade

*Valor total estimado de R\$ 35.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Projeto Compre Produto Indígena	Projeto para dar apoio na produção de agrícola indígena, com estudo de gestão ambiental e administração de recursos na produção. Além da criação de um selo para produtores indígenas do Estado.	Baixo São Marcos e Alto São Marcos (Boa Vista e Pacaraima) Macuxi e Wapichana	Longo	200.000,00	CCA - UFRR	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
									1920	Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena em implementação
									1922	Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada
									1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas
									1927	Organizações produtivas indígenas fortalecidas e articuladas
									1929	Feiras de artes, artesanatos e outros produtos da sociobiodiversidade indígenas apoiadas
Infraestrutura	Construção de prédio	Construção da sede própria da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI	Estado de Roraima	Curto	12.000.000,00	SEINF/MAPA	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1974	Edificações tradicionais construídas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Casa de Passagem Yanomami Ye'Kwana	Construção de imóvel tipo casarão de aldeia culturalmente adequado em madeira com alojamentos, banheiros, cozinha comunitária e demais espaços de convivência comunitária.	Terra Indígena Yanomami -Ye'Kwana no Vale do Ajarani	Curto	700.000,00	MDS, FUNAI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1974	Edificações tradicionais construídas
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
Infraestrutura	Construção de prédio	Construção da sede própria da OPIR (Organização dos Professores Indígenas)	Estado de Roraima	Médio	7.000.000,00	SEINF/ MAPA, FUNAI, GER, MPI, MEC	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1974	Edificações tradicionais construídas
Infraestrutura	Aquisição de materiais de uso permanente diário, para suprir as necessidades de consumo na associação, nas expedições de documentos e materiais para trabalhar na confecção das biojoias.	O uso desses materiais como folha A4, canetas, grampeador, cadernos, agendas, Furadeira de Impacto elétrica GSB 450 RE 450w, tesoura, fio encerado	Boa Vista Associação o Kapói	Curto	10.000,00	FUNAI, SUDAM	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Aquisição de materiais permanentes (10 mesas, 200 cadeiras de plástico, 100 cadeiras de palha, 01 Bebedouro, 05 Armários e 10 arquivo estantes de ferro).	Os materiais permanentes, por sua durabilidade longa auxiliar, na associação Kapói na logística das apresentações de oficinas de sementes, oficinas de algodão, oficina da fibra de buriti, na dança parixara.	2 mil associados das etnias: Macuxi, Wapixana, Ye'keana, Taurepang, Patamon e outras.	Curto	50.000,00	SUDAM, FUNAI	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
Infraestrutura	Construção de uma sede própria, (casa) para fazer de alojamento, atendimento, e fortalecimento para dar continuidade dos trabalhos aos associados com serviços, saúde, sociais e econômico.	Com uma sede própria(casa) para dar alojamento e assistência social com atendimento de documentação, com parcerias e Instituições de órgão públicos, sempre procurar manter as tradições indígenas como a língua materna, a dança parixara, os artesanatos feitos de sementes, fabricação do bejú, fabricação do caxiri, para manter a cultura indígena viva, em novo ambiente da zona urbana.	Município de Boa Vista na zona urbana, com as várias etnias que procurarem apoio	Médio	300.000,00	BASA, Governo do estado de Roraima, Prefeitura de Boa Vista, SUDAM e FUNAI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1974	Edificações tradicionais construídas
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Aquisição e utilização de uma van Renault Master 2.3 Dci Diesel Minibus Executivo16l L3h2 3p com capacidade para 15 lugares, destinada ao transporte para apresentações da dança Parixara e exposições de seus artesanatos.	A cultura indígena é um patrimônio vivo que deve ser preservado e difundido. A dança Parixara, em especial, representa tradições ancestrais e carrega consigo um profundo significado histórico e social. Além disso, o artesanato indígena é uma forma de expressão artística e uma importante fonte de renda para as comunidades. Inclusão dos indígenas em eventos culturais e comerciais, promovendo intercâmbio e aprendizado, quando vão para o país vizinho Guiana Inglesa.	Município de Boa Vista na zona urbana, com as várias etnias: Macuxi, Wapixana, Lanomami, Xirixana, Ye'keana, Taurepang Patamona e outras	Médio	300.000,00	BNDES, SUDAM, FUNAI	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
Infraestrutura	Aquisição de barco para Coleta de palha de buriti e sementes para produção dos artesanatos	Um transporte para locomoção fluvial, nas colheitas de palhas, buriti e utilizar também para pesca (auxiliando as famílias em situação de vulnerabilidade) no rio Branco, na cidade de Boa Vista	Município de Boa Vista: Macuxi, Wapixana, Ye'keana, Taurepang, Patamona e outras.	Curto	10.000,00	FUNAI	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
							MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional.	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Construção de casas, banheiros, sistema de saneamento básico, telecomunicações, redes de energia elétrica, pavimentação e recuperação de estrada, sistema irrigação (lavouras).	Para atender comunidades indígenas que não possuem os serviços essenciais, fortalecendo a qualidade de vida, o desenvolvimento rural e geração de renda.	Comunidades indígenas (Interior) macuxi, Wapixana, Taulipang Ingaricó, Yanomami	Longo	25.000.000,00	MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA GOVERNO DE RORAIMA, PREFEITURA MUNICIPAL DNIT, SEINF/RR RTI	MCID	Saneamento Básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para todos)
									1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
									2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
									1790	Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos
							MPI	Moradia Digna	1845	Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)
									1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1974	Edificações tradicionais construídas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Garantia de acessos para mobilidade dentro dos territórios indígenas	Melhorar acessos dentro dos territórios indígenas é fundamental para que as comunidades possam escoar suas produções, acesso para o transporte escolar, de saúde.	Município de Pacaraima	Médio	3.000.000,00	Prefeitura de Pacaraima; governo de Roraima; DNIT; emenda parlamentar.	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
									992	Manutenção rodoviária
									996	Pavimentação de rodovias
Infraestrutura	Melhoramento ao acesso do projeto da castanha, pela vicinal 20 até no galpão da castanha.	Atendimento da necessidade de escoamento de do produto. Construção de portão para impedir o acesso de invasores da terra indígena.	Comunidades da TI Trombetas Mapuera. Município de Caroebe	Curto	300.000,00		MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
									992	Manutenção rodoviária
									996	Pavimentação de rodovias
Infraestrutura	Melhoria das condições habitacionais, atendendo os Indígenas que residem na capital em Programas Habitacionais do governo federal com a cota pra os Indígenas que residem na área Urbanas, respeitando o promovendo o bem-estar dos Indígenas Urbanos.	Participação em programas de melhorias ou reformas nas habitações dos Indígenas das Cidades no contexto Urbano e com o atendimento como cota de 30% por cento para os Indígena que vivem no contexto Urbano em vulnerabilidade Social, com acesso a serviços básicos como água potável, saneamento básico, energia elétrica.	Indígenas que vivem nas cidades	Médio	70.000.000,00	Órgãos públicos municipais Estaduais Federais	MPI	Direitos Pluriétnicos -Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1974	Edificações tradicionais construídas
									1851	Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores
							MCID	Moradia Digna	1845	Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Garantia de acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e energia elétrica, adaptados às necessidades das comunidades e indígenas urbanos.	Participação em programas de melhorias ou reformas nas habitações dos Indígenas das Cidades no contexto Urbano e com o atendimento como cota de 30% por cento para os Indígena que vivem no contexto Urbano em vulnerabilidade Social, com acesso a serviços básicos como água potável, saneamento básico, energia elétrica.	Município de Boa Vista-RR Capital	Médio	50.000.000,00	Prefeitura de Boa Vista, Governo de Roraima	MCID	Saneamento Básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
									2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
									2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
									2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1977	Autorizações emitidas para a instalação de sistemas de energia fotovoltaica em terras indígenas na Amazônia Legal
							MME	Energia Elétrica	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Infraestrutura	Implantação de uma escola de Educação Indígena e Língua Materna dentro da capital Boa Vista.	Construção de uma escola de educação intercultural Indígena com o ensino da língua materna dentro da capital de Boa Vista para atender as Crianças indígenas que residem na capital de Boa Vista.	Município de Boa Vista-RR Capital	Médio	25.000.000,00	Secretaria do Município de Boa Vista e Estado IFRR Setrabes SEED Escolegis	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras
									1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para Educação Básica
									1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
Infraestrutura	Criação de espaços de aprendizagem comunitária para os Indígenas urbanos, equipados com recursos tecnológicos e materiais didáticos adequados.	Criação de espaços de aprendizagem Comunitária voltados para os jovens indígenas com recursos tecnológicos e materiais didáticos adequados para os indígenas do Contexto urbano que vivem na cidade.	Município de Boa Vista-RR Capital	Médio		Secretaria do Município de Boa Vista e Estado IFRR Setrabes SEED Escolegis	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras
									1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para Educação Básica
									1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
									1481	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso
Infraestrutura	Acesso seguro à Comunidade	Projeto para permitir acesso seguro nas comunidades indígena do Alto São Marcos	Alto São Marcos (Pacaraima) - Taurepang, Macuxi, Wapichana e Sapará	Longo	200.000,00	DNIT	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
									992	Manutenção rodoviária
									996	Pavimentação de rodovias

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Medicina Indígena	Fortalecer e ampliar iniciativas sobre medicina tradicional, transmitindo conhecimento cultural acerca da medicina indígena.	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Médio	700.000,00	FUNAI, DSEI Y, DSEI LESTE, Embrapa, CIR, UFRR, IFRR, PREFEITURAS, SEPI, INCRA, MDA, IATER, CONAB, Organizações Indígenas e Comunidades Indígenas	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
							MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1599	Fortalecimento e/ou estruturação de grupos e redes de ensino, pesquisa e extensão em SSAN junto a Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Desenvolver ações de educação em saúde por meio de palestras e oficinas nas comunidades indígenas, voltadas à conscientização sobre os riscos do uso de drogas, com respeito às tradições, saberes e práticas locais.	palestras e oficinas educativas nas comunidades indígenas, com foco na conscientização sobre os riscos e consequências do uso de drogas, tanto ilícitas quanto ilícitas, alcoolismo, gravidez precoce, bem como saúde mental	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Médio	800.000,00	SEPI, SESAI, DSEI LESTE, DSEI Y, SESAU, Conselho Tutelar Municipal-CT, CRAS, CREAS, OPIR, FUNAI, SEPI, UFRR, IFRR	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1971	Conteúdos traduzidos em línguas indígenas tradicionais, em particular aqueles que orientam povos indígenas em toda sua diversidade quanto aos seus direitos e ao acesso a políticas e serviços públicos e ao sistema de justiça e garantia de direitos
									1980	Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social
									1981	Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados
									1982	Comunidades escolares apoiadas para elaboração, adequação e implementação de projetos político-pedagógicos e currículos específicos com a perspectiva indígena

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Programa de Proteção Social aos Povos Indígenas do estado de Roraima	Serviços, projetos, benefícios e ações de média complexidade aos Povos indígenas; reconhecimento da categoria, formação, capacitação, remuneração para os agentes territoriais de segurança indígena e amparo legal desses agentes	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Médio	10.000.000,00	MDS, MPI, DSEI Y, MEC, SEED, OPIR, UFRR, IFRR	MS	Vigilância em saúde e ambiente	39	Municípios da região amazônica apoiados com profissionais do Projeto Apoiadores Municipais para Prevenção, Controle e Eliminação de Malária; Óbitos Investigados; Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas; Programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato criados;
								Saúde indígena	505	Consultas odontológicas das gestantes indígenas durante o pré-natal realizadas
									363	Esquema Vacinal completo em crianças indígenas menores de 1 ano
									461	Consultas de crescimento e desenvolvimento infantil realizadas
									490	Consultas de pré-natal realizadas
									500	Óbitos Investigados
									515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência	1900	Programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato criados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Projeto Mosaico em Rede	O Projeto visa o enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, na perspectiva de melhorar a qualidade dos atendimentos de crianças e adolescentes, promovendo seu desenvolvimento saudável e integral.	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	20.000,00 mensal	Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Civil, Polícia Militar, Vereadores, Prefeitos, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, organizações da sociedade civil, lideranças indígenas e outros órgãos relevantes SETRABES EMENDAS PARLAMENTARES, SEPI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos;
							MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente com Absoluta Prioridade	1980	Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social
									2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação
									MIN	Definir estratégias para implementação de comitês de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCAs) dos estados e do Distrito Federal

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Projeto Mosaico na Escola	O Projeto visa o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, por meio de informações sobre as diversas formas de violência com abordagem de temas relevantes: bullying, cyberbullying, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros, na perspectiva de fortalecimento do autocuidado e da autoproteção de crianças e adolescentes	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	25.000,00/mês	SEPI, Secretaria de Estado da Educação, Escolas da Rede Pública	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	2193	Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais;
								Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação
							MEC	Educação Básica Democrática, com Qualidade e Equidade	1453	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores e profissionais da Educação Básica no âmbito da Educação do campo
									1454	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da Educação Básica no âmbito da Educação do campo

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Apoio Técnico aos municípios que abrangem territórios indígenas do estado de Roraima	O apoio visa orientar os técnicos locais para a elaboração do Plano de Ação Municipal para Ampliação e Fortalecimento do SUAS, por meio de oficinas para todos os territórios indígenas do estado de Roraima.	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	249.600,00	CRAS, CREAS, Secretarias de Assistência Social, lideranças de associações indígenas, FUNAI, MDS/SNAS.	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1981	Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Apoio Técnico aos CREAS	O apoio visa o fortalecimento da proteção social especial de média complexidade, a partir de orientações fundamentadas pelas normativas e resoluções do SUAS, bem como o monitoramento dos serviços executados pelos CREAS nos municípios	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	20.000,00 mensal	Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Secretarias de Assistência Social	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1981	Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Campanhas de prevenção (enfrentamento da violência sexual, trabalho infantil)	As campanhas acontecem todos os anos em datas/meses específicos buscando disseminar informações sobre os direitos de crianças e adolescentes ao desenvolvimento saudável, livre de toda forma de violência ou exploração, nas perspectiva de mobilizar a rede de proteção, prevenir situações de violações de direitos, divulgar canais de denúncia e informar sobre as redes de apoio à população em geral.	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	100.000,00	SEPI, Sec. de Estado da Educação, Escolas da Rede Pública, CREAS, Sec. de Assistência Social, Polícia Civil, Detran, organizações da sociedade civil.	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	2193	Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais
							MEC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Criação de abrigos específicos para crianças e adolescentes indígenas em situação de vulnerabilidade social, abandono e órfãos	O acolhimento institucional é um serviço de alta complexidade que visa garantir a proteção integral de crianças e adolescentes sob medida protetiva, em razão de violações de direitos: abandono, violência intrafamiliar, maus tratos, negligência, entre outras	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	5.379.659,52	Abrigo Infantil, Abrigo Masculino, Abrigo Feminino	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1981	Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados
							MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	2193	Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais
							MEC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Oficina de manejo agrícola voltada para as todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Proporcionar a autonomia dos povos originários na gestão de seus alimentos, promovendo a segurança alimentar, melhoria da nutrição e incentivo a agricultura sustentável, através da entrega de Kits de Ferramentas Agrícolas	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	800.000,00	SEADI SEPI FUNAI MDS EXERCITO	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
									1919	Projetos de transição agroecológica e produção sustentável em territórios indígenas em implementação
									1920	Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena em implementação
									1922	Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	REMÉDIOS DA MÃE TERRA Hortas Medicinais (Conhecimentos Tradicionais)	O objetivo da proposta é estimular a atividade da medicina tradicional, nas comunidades indígenas, através de incentivo com a implantação das hortas medicinais, acompanhados de oficinas e capacitações para o preparo dos remédios, com recursos naturais no uso da prevenção as doenças acometidas nas comunidades indígenas. Atenderá 200 unidades de hortas medicinais, com participação de aproximadamente 1.500 pessoas	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	2.500.000,00	SEPI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Contratação de 2 profissionais de saúde para acompanhar o tratamento de famílias indígenas em risco vulnerável, com bebidas alcoólicas e drogas.	Profissional de saúde para fazer acompanhamento dos Jovens e adultos em risco vulnerável a bebida alcoólica e drogas, resgatando aos anseios do familiar e suas crenças dos povos originários.	Zona Urbana no Município de Boa Vista	Curto	30.000,00	BASA, SUDAM, FUNAI	MS	Atenção Especializada à Saúde	1635	Profissionais especialistas atuando no SUS
									1825	Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial capacitados em saúde mental
								Saúde indígena	515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Construção de posto de saúde, perfuração de poços artesianos, sistema de encanação, manejo de resíduos e programas sociais.	Para atender comunidades que sofrem com a estiagem, canos para transporte de água das nascentes, caixa d'água para reservatórios de animais e humanos, Coleta de lixo e programas sociais voltados para mães e crianças que sofrem abuso dentro da comunidade.	Comunidades indígenas (Interior) macuxi, Wapixana, Taulipang Ingaricó, Yanomami	Médio	500.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL, SETRABES, CASA DA MULHER BRASILEIRA	MPI	Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1974	Edificações tradicionais construídas
							MS	Saúde indígena	515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas
								Atenção especializada à saúde	2725	Centros de Parto Normal construídos (maternidades)
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Oficina de medicinais tradicionais indígenas	A oficina de medicinais tradicionais indígenas é fundamental para que os conhecimentos indígenas sejam repassados de gerações, principalmente dos detentores dos conhecimentos para os jovens. Ao longo do projeto serão realizadas 4 oficinas anuais para conhecer, desenvolver as práticas da medicina tradicional indígenas, serão realizadas oficinas em cada comunidade.	Município de Pacaraima, povos indígenas macuxi/ wapixana/ taurepang. comunidades indígenas (Sabiá, Santa Rosa, Boca da Mata, Entroncamento) aproximadamente 150 pessoas.	Curto	300.000,00	DSEI-Leste - RR, Governo de Roraima (Secretaria do Estado dos Povos Indígenas).	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
							MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1599	Fortalecimento e/ou estruturação de grupos e redes de ensino, pesquisa e extensão em SSAN junto a Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Fortalecer a educação indígena, acesso às tecnologias e inovações pautadas aos interesses indígenas.	Fortalecer a educação indígena, utilizando as tecnologias disponíveis, bem como incentivar os membros das comunidades em inovações que fortaleça os conhecimentos indígenas, possibilitando o acesso a todos.	Município de Pacaraima	Médio	400.000,00	Governo de Roraima (Secretaria de educação); prefeitura municipal de Pacaraima; SENAR; FUNAI; UFRR; IFRR; UERR.	MPI	Direitos Pluriétnicos -Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1971	Conteúdos traduzidos em línguas indígenas tradicionais, em particular aqueles que orientam povos indígenas em toda sua diversidade quanto aos seus direitos e ao acesso a políticas e serviços públicos e ao sistema de justiça e garantia de direitos
									1980	Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social
									1981	Referenciamentos de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados
									1982	Comunidades escolares apoiadas para elaboração, adequação e implementação de projetos político-pedagógicos e currículos específicos com a perspectiva indígena

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Resgate a Medicina Tradicional	Projeto que visa realizar cursos formativos sobre produção de chás, lambedores, garrafadas e práticas de cuidados e prevenção tradicionais.	T.I. São Marcos; Comunidades do Barro, Tachi e São Miguel. (Pacaraima e Boa Vista) Taurepang, Macuxi, Wapichana e Sapará	Curto	70.000,00	Médicos Sem Fronteiras, INSTITUTO-INSIKIRAN	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
							MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1599	Fortalecimento e/ou estruturação de grupos e redes de ensino, pesquisa e extensão em SSAN junto a Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
							MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
Educação, Tecnologia e Inovação	Construção e reformas das Escolas Indígenas.	Viabilizar escolas com equipamentos, internet e laboratórios que facilitem a educação e a manutenção da língua materna (Macuxi e/ou Wapichana)	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Médio	100.000,00	Governo Federal, MEC, Governo de Roraima, Prefeitura e SEED e	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
									3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras
									1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para Educação Básica
									1479	Monitoramento da qualidade da conexão de internet utilizada pelas escolas da Educação Básica
									1481	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Chamada Pública para Pesquisa Científica em Arqueologia e outras áreas de pesquisadores indígenas de Roraima	Chamada Pública da FAPERR para pesquisas arqueológicas em Roraima, com foco em territórios indígenas. A iniciativa abrange inventários, estudos de arte rupestre e cerâmica, georreferenciamento e acervos digitais, com participação de especialistas, estudantes e comunidades locais. Visa valorizar o patrimônio arqueológico, promover educação patrimonial e turismo cultural sustentável, alinhada ao Roraima 2030 e à Lei nº 1.641/2022	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	2.250.000,00	FAPERR, UFRR, UERR, IFRR, MIRR, IPHAN, FUNAI, SECULT	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena;	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas
									1954	Projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos realizados
								Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena;	1984	Projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas a povos indígenas apoiados
Educação, Tecnologia e Inovação	Trilhas da Prevenção: Escolhas que contam	Trata-se de uma tecnologia construída para substituir palestras convencionais por um jogo de tabuleiro interativo que ensina prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Temos organização para aplicação do projeto e para capacitação de equipes multisetoriais para aplicá-lo em seus equipamentos	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	300.000,00	Instituições e Setores da SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA PÚBLICA	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1478	Chamadas públicas de projetos de pesquisa inter e transdisciplinar focada na solução de problemas socialmente relevantes
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2095	Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas
									2096	Publicações de livros sobre os sistemas indígenas de vida apoiadas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Formação de Jovens Pesquisadores Indígenas com Ações de Extensão Tecnológica	Concessão de bolsas de iniciação científica, tecnológica e de extensão para estudantes indígenas do ensino médio, técnico e superior, com foco em projetos vinculados às comunidades e desenvolvidos junto aos cursos ofertados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior — inclusive em polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), gerenciados pelo Instituto de Educação de Roraima (IERR). A ação promove não apenas o estímulo à pesquisa, mas a realização de projetos de Extensão Tecnológica com impacto social, ambiental, educacional ou produtivo nas comunidades indígenas.	Escolas Indígenas e municípios com polos educacionais coordenados pelo IERR e IFRR	Médio	3.500.000,00	FAPERR, UFRR, UERR, IFRR, IERR, UAB, SEED-RR e FUNAI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1984	Projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas a povos indígenas apoiados
							MEC	Educação Profissional e Tecnológica que transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
Educação, Tecnologia e Inovação	Laboratório Móvel para Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica	Implantação e operação de laboratórios móveis interativos voltados para práticas educativas em ciência, tecnologia e inovação (robótica, energias renováveis, agroecologia, informática, linguagens digitais e ensino de programação de computadores). Esses laboratórios atuarão junto às escolas indígenas e polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), gerenciados pelo Instituto de Educação de Roraima (IERR), com forte componente de extensão tecnológica, sendo coordenados por professores e estudantes dos cursos de Graduação, em especial pelas licenciaturas ofertadas pela UFRR, UERR, IFRR, IERR (UAB) nos municípios do interior. A ação também capacita lideranças locais, valoriza saberes tradicionais e promove soluções para demandas locais de todos os territórios indígenas do estado do Roraima	Escolas Indígenas e municípios com polos educacionais coordenados pelo IERR e IFRR	Médio	4.132.800,00	FAPERR, UFRR, UERR, IFRR, IERR, UAB, SEED-RR e FUNAI	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1481	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso
									1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
							MCTI	Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	1190	Descentralização dos investimentos em laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)
									1193	Infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) disponibilizadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI
									1194	Disponibilização de infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para realização de serviços em atendimento a demandas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Chamada Pública com Políticas Afirmativas para Pesquisadores Indígenas	Realização de chamada pública da FAPERR com foco exclusivo em projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação coordenados por pesquisadoras e pesquisadores indígenas. A ação visa promover o protagonismo indígena na produção de conhecimento, contemplando temas como território, educação, saúde, meio ambiente, saberes tradicionais, culturas, tecnologias sociais e inovação comunitária. Os projetos deverão ser realizados dentro das próprias comunidades, respeitando os protocolos de consulta e os modos de vida tradicionais. A chamada incluirá políticas afirmativas, como cotas de bolsas para indígenas, critérios diferenciados de avaliação, apoio técnico e oficinas formativas. Busca-se, com isso, consolidar a inclusão de povos indígenas nos sistemas formais de CT&I, fortalecendo lideranças científicas e epistemologias próprias, em sintonia com o Roraima 2030.	Comunidades indígenas em todo o estado de Roraima, em articulação com instituições públicas de ensino superior e centros de pesquisa.	Curto	2.250.000,00	FAPERR, UFRR, UERR, IFRR, IERR, FUNAI e organizações indígenas	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade; Educação Profissional e Tecnológica que transforma	1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
									1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
									1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Aquisição de materiais digitais para o fortalecimento da educação indígena, por meio de materiais que combinam saberes tradicionais com tecnologias adaptadas às realidades locais, ensinar jovens e adultos da Associação Kapóí a utilizarem para uma ferramenta de estudo e trabalho, preservando línguas e culturas indígenas.	Aquisição de 5 computadores, 5 tablets, 5 notebooks e 2 impressoras para o fortalecimento da educação que incluem o uso da ferramenta digital para preservar línguas e cultura indígenas, permitindo que conhecimentos ancestrais sejam transmitidos de maneira inovadora, aprendizado de qualidade sem comprometer a identidade dos povos indígenas da Associação Indígena de Roraima Kapóí, e bairros adjacentes no contexto urbano de Boa Vista.	Município de Boa Vista, na Associação Indígena de Roraima Kapóí, no contexto urbano e povos originários vindo do contexto rurais das etnias: Macuxi, Wapixana, Ianomami, Xirixana, Ye'keana, Taurepang, Patamona e outras.	Médio	50.000,00	BNDES, SUDAM, FUNAI	MEC	Educação Básica Democrática com Qualidade e Equidade	1481	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso
									1463	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas indígenas
									1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para Educação Básica
Educação, Tecnologia e Inovação	Oficinas de manuseio a ferramenta digital e oficinas de preservação nas tradicionais.	Oficinas de capacitação com certificados para o público jovens e adultos, com softwares e aplicativos voltados para a preservação de línguas indígenas, como plataformas de ensino bilíngue, que facilite a aprendizagem e a inclusão digital.	Município de Boa Vista, Associação Indígena de Roraima Kapóí	Médio	100.000,00	BNDES, SUDAM, FUNAI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Cursos de inclusão digital, plataforma educacional e capacitação.	Para lideranças, professores, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade	Comunidades indígenas (Interior) macuxi, Wapixana, Taulipang Ingaricó, Yanomami	Curto	250.000,00	SEED, CEFORR, IERR	MPI	Direitos Pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
Educação, Tecnologia e Inovação	Língua do Parente	Cursos formativos que visam aprimorar a escrita da língua portuguesa para jovens nas comunidades, atrelando isso as línguas maternas. Muitas vezes a escrita é uma barreira para processos seletivos aos jovens estudantes.	Pacaraima/ Taurepang, Macuxi, Wapichana e Sapará	Longo	150.000,00	IFRR	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									1970	Inserção de intérpretes de línguas indígenas em serviços de atendimento a públicos indígenas
									1971	Conteúdos traduzidos em línguas indígenas tradicionais, em particular aqueles que orientam povos indígenas em toda sua diversidade quanto aos seus direitos e ao acesso a políticas e serviços públicos e ao sistema de justiça e garantia de direitos
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1954	Projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									2790	Universidades interculturais indígenas criadas

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	I Festival Cultural Indígena do Estado de Roraima	Visa celebrar e promover a rica diversidade cultural dos povos indígenas da região de Roraima. O evento tem como objetivo além de destacar a importância das tradições e saberes indígenas, também gerar um impacto positivo na economia local e fortalecer o turismo em Boa Vista, a capital do estado. O FESTIVAL, é uma celebração da tradição cultural dos povos indígenas de Roraima, oferecendo uma plataforma para a preservação e promoção de suas tradições enquanto impulsiona o desenvolvimento econômico e turístico da região.	Todos os territórios Indígenas (Grupos culturais, artesãos, mestre dos saberes e fazedores da cultura).	Curto	5.000.000,00	FUNAI, MPI, MinC, MIDR, SECUT, FETEC, SEPI e as instituições parceiras, Museu dos Povos Indígenas	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									1958	Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas
Cultura e Direitos pluriétnicos	Implantação de Centros Culturais Indígenas	Locais de referência da cultura indígena de Roraima por meio da realização de Circuito dos Saberes Originários	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Longo	10.000.000,00	SEPI, Todos os parceiros e órgãos públicos estaduais, municipais e federais	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1974	Edificações tradicionais construídas
									1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Promoção e fomento à agricultura familiar indígena	A aquisição de veículos como caminhões baú trucado e toco, pick-ups 4x4 e vans é essencial para o transporte de produtos culturais indígenas, viabilizando sua comercialização em feiras e eventos, além de apoiar ações culturais, educativas e logísticas. Essa infraestrutura fortalece a identidade, autonomia e geração de renda das comunidades, em consonância com os direitos garantidos pela Constituição Federal	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Longo	10.000.000,00	SEPI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
Cultura e Direitos pluriétnicos	Roraima Sem Racismo	Promoção de atividades educativas, culturais e formativas voltadas ao enfrentamento do racismo e à valorização da diversidade étnico-racial, por meio de: palestras, rodas de conversa, oficinas, campanhas de sensibilização, capacitação para servidores e atividades culturais.	Todos os territórios indígenas do estado de Roraima	Curto	200.000,00	SEED, SEPI, FUNAI, MDS, EXERCITO, DPE, UFRR, IFRR, TJRR, MIR, MPF, Casa da Mulher Brasileira	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2095	Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas;
									2097	Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1972	Materiais de orientação e conscientização elaborados, voltados ao combate à discriminação e à prestação adequada de serviços públicos para indígenas, bem como à disseminação para povos indígenas, em toda sua pluralidade, de orientações para o acesso aos seus direitos e às políticas e serviços públicos

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	1 revista com 30 páginas, 100 exemplares sobre as Iniciativas que a associação Kapói realiza nestes 15 anos de existência, buscando valorizar e preservar a sustentabilidade, tradições e saberes.	Mostrar através da publicação da revista para a sociedade os trabalhos de artesanatos com semente, a culinária e dança parixara executados pelos associados da associação Kapói, não deixar suas ancestralidades esquecidas. Uma contrapartida nessa pesquisa para elaboração dessa revista, fazer doação em parceiros da associação Kapói a Instituições como SESC, SEBRAE, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, FUNAI, escolas, universidades e SUDAM, transformando essa revista em um contexto de divulgação turística para o fortalecimento permitindo que a riqueza cultural dos povos indígenas seja apreciada por um público maior.	Município de Boa Vista, na zona urbana, com as várias etnias: Macuxi, Wapixana, lanomami, Xirixana, Ye'keana, Taurepang, Patamona e outras	Médio	50.000,00	ANATEL, SUDAM	MinC	Direito à cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									MIN	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais tradicionais
									1960	Acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos ampliados e diversificados, visando contemplar a diversidade cultural dos povos indígenas
							MPI	Direitos Pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	1952	Produto editoriais publicados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Construção de centro comunitário, curso de Capacitação para lideranças (tuxauas e líderes comunitários)	Para atender lideranças sobre sua importância em debates, roda de conversa e seu desempenho na comunidade.	Comunidades indígenas (Interior) Etnias macuxi, Wapixana, Taulipang Ingarikó, Yanomami	Médio	750.000,00	CEFORR, IERR, SEBRAE, DEFENSORIA ESCOLEGIS/RR	MPI	Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1974	Edificações tradicionais construídas
Cultura e Direitos pluriétnicos	Evento tradicional	Que as comunidades tenham a liberdade de organizarem seus eventos com os membros da comunidade e parceiros valorizando a cultura, língua e tradições.	Comunidades indígenas (Interior) macuxi, Wapixana, Taulipang Ingarikó, Yanomami	Curto	200.000,00	FUNAI, SEPI, GOVERNO DE RORAIMA, PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA DE CULTURA	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1917	Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados
									1929	Feiras de artes, artesanatos e outros produtos da sociobiodiversidade indígenas apoiadas
									2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
Cultura e Direitos pluriétnicos	Fortalecer as práticas culturais dos povos indígenas.	Desenvolver atividades voltadas as artes, músicas, danças, artesanatos, cerâmica, línguas indígenas.	Comunidades no município de Pacaraima	Médio	250.000,00	Governo de Roraima (secretaria de cultura); UFRR; IFRR; FUNAI; Prefeitura de Pacaraima	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									1958	Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Segurança e Proteção territorial	Apoiar/ fortalecer as políticas indígenas de segurança, gestão territorial, ambiental existentes dentro das comunidades indígenas.	É fundamental que tenha condições necessárias para que as comunidades possam realizar a segurança, gestão territorial e ambiental dentro de seus territórios, sem deixar lado as obrigações dos órgãos de fiscalização.	Comunidades no município de Pacaraima	Médio	500.000,00	Funai; Ibama; ICMbio; Governo de Roraima; Prefeitura de Pacaraima.	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1895	Planos de proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados elaborados
									1899	Equipes móveis capacitadas para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
Cultura e Direitos pluriétnicos	Construção e manutenção de centros culturais indígenas urbanos, servindo como espaços para atividades culturais.	Construção do centro Cultural Indígena em Boa vista servirá como espaços para atividades culturais, educacionais e de saúde e Medicina Tradicional Indígenas dentro da capital.	Município de Boa Vista-RR Capital	Médio	25.000.000,00		MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1974	Edificações tradicionais construídas
									1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Coral de Jovens do Baixo São Marcos	Continuidade do coral de jovens indígenas do Baixo São Marcos. O Coral realiza apresentações em língua macuxi nos eventos escolares, e comunitários.	Baixo São Marcos (Boa Vista) – Macuxi e Wapichana	Médio	110.000,00	IBVM – Instituto Boa Vista de Música	MPI	Direitos Pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
Segurança e Proteção territorial	Fortalecimento da vigilância e do monitoramento territorial Indígena.	As lideranças e comunidade indígenas iniciaram a formação de “grupos de vigilância, proteção e monitoramento” que tem por objetivo garantir a proteção territorial e ambiental dentro das terras indígenas devido à falta de segurança e diversos tipos de violações.	Todos os territórios indígenas estado de Roraima	Médio	5.000.000,00	FUNAI, MPE, MPF, CIR, SEPI, Organizações Indígenas. Comunidades Indígenas e associações indígenas	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1895	Planos de proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados elaborados
									1899	Equipes móveis capacitadas para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Segurança e Proteção territorial	O projeto já existe uma associação indígena, para representar e defender os direitos indígenas, parcerias com Instituições, proteção Jurídica e Políticas Públicas, educação e conscientização.	Promover mais proteção nos programas sociais do governo federal, estadual e municipal, cota para inclusão de povos indígenas da zona urbana em vulnerabilidade nos programas habitacionais, que são os habitantes, desassistidos.	Município de Boa Vista, Associação Indígena de Roraima Kapói.	Médio	A definir	FUNAI, SUDAM, GOVERNO DE RORAIMA, PREFEITURA DE BOA VISTA	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
							MJSP	Segurança pública com cidadania	1822	Ações integradas de segurança pública realizadas (Senasp)
							MDHC	Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade	2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Segurança e Proteção territorial	Monitoramento e fiscalização	No território Yanomami contra invasores, crimes ambientais e atividades ilegais.	Território Yanomami	Curto	500.000,00	FUNAI	MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1822	Ações integradas de segurança pública realizadas (Senasp)
									339	Aprimoramento do policiamento orientado por inteligência (PRF)
							MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem-viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1895	Planos de proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados elaborados
									1899	Equipes móveis capacitadas para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato
									1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1900	Programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato criados
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1980	Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social
									1973	Equipamentos estruturados para atividades de apoio a mulheres indígenas vítimas de violência, contemplando suas especificidades socioculturais

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Segurança e Proteção territorial	Formação e treinamento de agentes ambientais indígenas Waiwai	Formação de vigilância territorial, formação de manuseio de equipamento de monitoramento territorial, apoio para expedição de proteção territorial, equipamento de proteção territorial, materiais de consumo para proteção territorial, construção de pontos de vigilâncias com equipamentos. Aluguel de veículos para apoio de fiscalização e monitoramento territorial e expedição.	Proteção de TI Trombetas Mapuera, município de Caroebe	Médio	500.000,00	IEPÉ	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1895	Planos de proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados elaborados
									1899	Equipes móveis capacitadas para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
									1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
Segurança e Proteção territorial	Segurança digital territorial	O Projeto visa criar uma sala de controle 24hs das fronteiras indígenas e locais com recorrência de infrações e invasões territoriais. Através de capacitação e uso de serviços de imagem de satélite, será possível adequar uma resposta rápida à situações de risco.	T.I. São Marcos (Pacaraima /Boa Vista). Taurepang, Macuxi, Wapichana e Sapará	Curto	250.000,00	APITSM, CIR e ISA	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergê	1890	Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados
									1895	Planos de proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados elaborados
									1899	Equipes móveis capacitadas para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato
									1896	Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental
							MJSP	Segurança Pública com Cidadania	1822	Ações integradas de segurança pública realizadas (Senasp)
									339	Aprimoramento do policiamento orientado por inteligência (PRF)

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação social	Fortalecimento das organizações indígenas urbanas, promovendo a representatividade e a autonomia na gestão de seus interesses.	Promoção de ações como feiras, festivais, incentivando com fomento os artistas indígenas.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
Governança e Participação social	Criação de conselhos consultivos indígenas urbanos junto às administrações municipais, garantindo participação ativa na formulação de políticas públicas.	Fazer parceria com as instituições Públicas de formação contínuo e técnicos em gestão Pública para as lideranças indígenas.	Município de Boa Vista	Curto		IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MCID	Cidades Melhores	1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades
							MPI	Direitos Pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
					1965				Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada	

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Governança e Participação social	Capacitação de lideranças indígenas, com foco em gestão pública, direitos indígenas e advocacy, inspirando-se em iniciativas como o projeto IREHI – Cuidando dos Territórios e indígenas urbanos.	Fazer parceria com as instituições Públicas de formação contínuo e técnicos em gestão Pública para as lideranças indígenas.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
Saúde, Bem-Estar e Assistência social	Implementação de programas de saúde indígena urbana, atendendo os Indígenas urbanos também pelo DSEI	Atendimento de todos os indígenas, não só os aldeados, mas também os que vivem na cidade.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MS	Saúde Indígena	505	Consultas odontológicas das gestantes indígenas durante o pré-natal realizadas
									363	Esquema Vacinal completo em crianças indígenas menores de 1 ano
									461	Consultas de crescimento e desenvolvimento infantil realizadas
									490	Consultas de pré-natal realizadas
									497	Acompanhamento alimentar e nutricional de crianças indígenas menores de 1 ano realizado
									500	Óbitos Investigados
									505	Consultas odontológicas das gestantes indígenas durante o pré-natal realizadas
									515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Saúde, Bem-Estar e Assistência Social	Prioridade na rede pública de saúde, integrando saberes tradicionais e medicina tradicional.	Realizar formação de agentes de saúde indígena para atender com prioridade e humanização e eficaz os Indígenas que moram na capital Boa Vista.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MS	Saúde Indígena	515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas
								Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1127	Trabalhadores, gestores, usuários e estudantes qualificados a partir de ofertas educacionais em áreas prioritárias do SUS
									1139	Trabalhadores, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social quallificados em Educação Popular em Saúde
									1143	Projetos de Vivências no SUS para trabalhadores, docentes, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social executados
Saúde, Bem-Estar e Assistência Social	Formação de agentes de saúde indígenas, promovendo atendimento culturalmente sensível e eficaz para todos indígenas Urbanos.	Realizar formação de agentes de saúde indígena para atender com prioridade e humanização e eficaz os Indígenas que moram na capital Boa Vista.	Município de Boa Vista	Curto		IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MS	Saúde Indígena	515	Trabalhadores qualificados na atenção à saúde dos povos indígenas
								Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1127	Trabalhadores, gestores, usuários e estudantes qualificados a partir de ofertas educacionais em áreas prioritárias do SUS
									1139	Trabalhadores, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social quallificados em Educação Popular em Saúde
									1143	Projetos de Vivências no SUS para trabalhadores, docentes, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social executados

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Desenvolvimento de programas educacionais bilíngues, onde ensinará as línguas maternas e valorizando as línguas e culturas indígenas.	Realizar campanhas e ações contra o preconceito e racismo que sensibiliza e valoriza os Indígenas que residem na capital Boa Vista e o patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2095	Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas;
									2097	Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1970	Inserção de intérpretes de línguas indígenas em serviços de atendimento a públicos indígenas
									1971	Conteúdos traduzidos em línguas indígenas tradicionais, em particular aqueles que orientam povos indígenas em toda sua diversidade quanto aos seus direitos e ao acesso a políticas e serviços públicos e ao sistema de justiça e garantia de direitos
									1972	Materiais de orientação e conscientização elaborados, voltados ao combate à discriminação e à prestação adequada de serviços públicos para indígenas, bem como à disseminação para povos indígenas, em toda sua pluralidade, de orientações para o acesso aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1948	Material de divulgação da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil produzido
									1949	Cooficialização das línguas indígenas implementada

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Educação, Tecnologia e Inovação	Capacitação em tecnologias digitais, possibilitando a preservação e divulgação das culturas indígenas, como realizado pelo Instituto Catitu.	Realizar campanhas e ações contra o preconceito e racismo que sensibiliza e valoriza os Indígenas que residem na capital Boa Vista e o patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação
							MCOM	Comunicações para Inclusão e Transformação	235	Capacitar pessoas em habilidades digitais
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2097	Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
Cultura e Direitos pluriétnicos	Promoção de eventos culturais indígenas, como festivais, exposições, feiras e oficinas, fortalecendo a identidade cultural.	Realizar campanhas e ações de valorização do patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
							MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									1958	Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Apoio à produção e difusão de conteúdos culturais, incluindo literatura, contos, música e audiovisual, conforme exemplificado pelo projeto Vídeo nas Aldeias.	Realizar campanhas e ações de valorização do patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1953	Produtos audiovisuais lançados
									1954	Projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									1958	Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas
									1962	Eventos artísticos, culturais e científicos realizados
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

continuação

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Estabelecimento de políticas de proteção ao patrimônio cultural indígena, garantindo a preservação e valorização das tradições Indígenas.	Realizar campanhas e ações de valorização do patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2095	Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas
									2096	Publicações de livros sobre os sistemas indígenas de vida apoiadas
									2097	Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos apoiados
									1965	Preparação e qualificação de indígenas para o controle social realizada
									1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
									1947	Diagnósticos locais sociolinguísticos apoiados
									1951	Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados
									1954	Projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos realizados
									1955	Projetos comunitários de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiados
									1957	Indígenas treinados em gestão, pesquisa, documentação e difusão do patrimônio cultural indígena
									1958	Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas
									1959	Acervos arquivísticos, bibliográficos e etnográficos processados tecnicamente, visando à conservação dos bens culturais
									1960	Acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos ampliados e diversificados, visando contemplar a diversidade cultural dos povos indígenas
									1961	Acervos documentados e disponibilizados em repositórios digitais, visando ampliar o acesso dos povos indígenas

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

conclusão

Eixos	Projetos ou ações	Breve descrição	Área de alcance	Prazo	Valor estimado	Potenciais parceiros	Vinculação com PPA federal 2024/2027			
					R\$	Instituições regionais	Ministérios	Programa	Código de entrega	Entrega
Cultura e Direitos pluriétnicos	Promoção de ações e campanhas de sensibilização e combate ao preconceito, fortalecendo o respeito e a convivência harmoniosa nas cidades.	Realizar campanhas e ações contra o preconceito e racismo que sensibiliza e valoriza os Indígenas que residem na capital Boa Vista e o patrimônio cultural indígena.	Município de Boa Vista	Curto	*	IFRR, FUNAI, SEPI Secretárias Municipais, Estadual e Federais Comunidades indígenas DISEI	MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2095	Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas;
									2097	Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas
									2098	Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas
									2099	Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas realizadas
									1964	Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados
									1968	Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, de modo a ampliar o acesso adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos
									1972	Materiais de orientação e conscientização elaborados, voltados ao combate à discriminação e à prestação adequada de serviços públicos para indígenas, bem como à disseminação para povos indígenas, em toda sua pluralidade, de orientações para o acesso aos seus direitos e às políticas e serviços públicos

*Valor total estimado de R\$ 50.000.000,00 para o conjunto de projetos.

ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDSTI-RR

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO DO PIDSTI-RR

continua

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO			TRATAMENTO DO RISCO			
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)	Resposta ao Risco		Controles Internos	Responsável
PIDSTI-RR (Elaboração do Plano)	Dificuldades na obtenção de dados e informações sobre os territórios indígenas	Dificuldade de acesso aos dados; uso de dados incompletos	Panorama pode divergir da realidade	5	5	25	RM	Mitigar	Buscar informações junto às instituições que atuam com as questões indígenas	Técnico
	Pouca participação e engajamento das comunidades indígenas e/ou dos atores regionais	Documento sem o respaldo dos atores locais	Desconhecimento do Plano pelos atores locais	4	10	40	RA	Eliminar	Seminário com lideranças indígenas e com os governos para apresentar a proposta do Plano	CGPLA/ DPLAN/ FUNAI/ GOV. RR
	Dificuldade de comunicação com as comunidades indígenas	Não conhecimento da língua falada pelos indígenas	Dificuldade de comunicação e de compreensão das propostas	5	8	40	RA	Eliminar	Utilizar a FUNAI como intermediadora da comunicação com os povos indígenas	DPLAN/ FUNAI
	Dificuldade de logística e infraestrutura para a realização das reuniões estratégicas e seminário.	Dificuldade de acesso e infraestrutura para realização de reuniões estratégicas e seminário.	Baixa participação dos povos indígenas nos seminários	8	10	80	RE	Mitigar	Realizar os seminários em pontos estratégicos e garantir transportes e alimentação aos indígenas	CGPLA /FUNAI
	Força de trabalho reduzida	Interrupção ou maior tempo na elaboração do Plano	Dilação do cronograma	5	8	40	RA	Mitigar/ Transferir	Atribuir temáticas conforme a formação do técnico/Colaboração externas/ Contratação de consultorias	CGPLA/ DPLAN
	Ingerências externas na elaboração do Plano	Interferências político-administrativas	Descaracterização dos objetivos do Plano	2	10	20	RM	Eliminar	Apresentação da proposta do Plano aos gestores das instituições	CGPLA/ DPLAN
	Gestores federais, estaduais e municipais não internalizarem as propostas do Plano	Governos não participarem do processo de elaboração do Plano	Plano não ter o reconhecimento dos entes subnacionais	4	8	32	RM	Mitigar	Reuniões de alinhamento e apresentação dos objetivos do Plano aos entes subnacionais	GAB/DPLAN

continuação

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO			TRATAMENTO DO RISCO			
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)	Resposta ao Risco		Controles Internos	Responsável
PIDSTI-RR (Execução do Plano)	Ausência de projetos objetivos que reflitam possibilidades de atendimento das escutas ativas coletadas	Não refletir a necessidade registrada na escuta ativa coletada	o não atendimento/mitigação da necessidade do público alvo	3	10	30	RM	Eliminar	Trabalhar articulação junto ao ente federativo responsável pelo território a fim de que designem agentes estaduais responsáveis pelos elaboradores dos projetos.	GOV. RR e Funai
	Baixa destinação/direcionamento de programas orçamentários e recursos	Dificuldade para implementação das ações previstas	Baixa efetividade do Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer articulação política junto aos ministérios e instituições regionais	GAB/DPLAN
	Os responsáveis pela governança do Plano não atuarem satisfatoriamente	Ineficácia do Plano	Baixa efetividade do Plano	2	10	20	RM	Eliminar	Realizar reuniões periódicas para discutir estratégias para a implementação do Plano; se necessário, substituir membros da governança	GAB/DPLAN
	Conjuntura econômica e fiscal desfavorável	Baixo crescimento econômico e queda na arrecadação fiscal	Dificuldade de financiamento da política pública	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer parcerias com instituições nacionais e internacionais de forma a não depender exclusivamente do orçamento público	GAB/DPLAN
	Mudanças legislativas que afetem direitos indígenas	Dificuldade de execução das ações	Baixa efetividade do Plano	2	10	20	RM	Eliminar	Criar movimento junto aos legisladores que impeça as alterações legislativas com esses fins	Governos e sociedade civil
	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano em razão de conjunturas político-eleitorais	Baixo engajamento dos novos gestores na execução do Plano	8	10	80	RE	Mitigar	Formar uma governança sólida para o Plano de forma a garantir a continuidade das ações propostas; aprovação do Plano no CONDEL/SUDAM	CONDEL/SUDAM

conclusão

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDSTI-RR (Avaliação do Plano)	Dificuldade para obtenção de informações sobre projetos e ações executadas	Dificuldade de monitoramento e avaliação do Plano	Relatórios parciais ou incompletos/ Reduzido controle da sociedade	8	10	80	RE	Eliminar	Criar pontos focais juntos às secretarias de governo de Roraima, às instituições regionais, aos ministérios e às comunidades indígenas para coleta de dados e informações	CGAVI/ DPLAN
	Cultura de monitoramento e avaliação de políticas pouco difundidas entres gestores	Dificuldade/pouco apoio à elaboração de relatórios de monitoramento e de avaliação	Desconhecimento dos resultados do Plano pela sociedade; desinformação sobre a efetividade do Plano	3	10	30	RM	Eliminar	Orientar a gestão pública sobre a importância do monitoramento e da avaliação das políticas tendo como base as fiscalizações dos órgãos de controle	CGAVI/ DPLAN
	Insuficiência de recursos humanos e financeiros para o monitoramento e avaliação	Não elaboração dos relatórios por falta de pessoal ou de recursos financeiros	Fiscalizações dos órgãos de controle podem estabelecer medidas orientativas ou determinativas junto à gestão responsável pelo Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer grupo de trabalho/contratar consultorias	CGAVI/ DPLAN

Fonte: Sudam (2025).

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baena, 1113 - Marco
CEP: 66093-082 - Belém - Pará
ouvidoria@sudam.gov.br
(91) 4008-5689 / 0800 610 021
www.gov.br/sudam

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Apoio:



**GOVERNO
DE RORAIMA**